

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014



**6ª CÂMARA DE
COORDENAÇÃO E REVISÃO
DO MPF**

Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República
6ª Câmara de Coordenação e Revisão

Elaboração, organização e revisão
6ª Câmara de Coordenação e Revisão

Foto da capa
Antônio Augusto - Secom/MPF

Sumário

1	Membros, equipe, distribuição e representantes nos estados e municípios...	4
1.1	- Membros Titulares.....	4
1.2	- Membros Suplentes.....	4
1.3	- Distribuição.....	5
1.4	- Representantes	6
1.5	- Equipe.....	14
2	Grupos de Trabalho.....	17
2.1	- Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais.....	17
2.2	- Grupo de Trabalho Demarcação.....	20
2.3	- Grupo de Trabalho Educação Escolar Indígena	26
2.4	- Grupo de Trabalho Quilombos.....	30
2.5	- Grupo de Trabalho Registro Civil.....	47
2.6	- Grupo de Trabalho Saúde Indígena.....	48
2.7	- Grupo de Trabalho Violação dos Povos indígenas e Regime Militar.....	52
3	Planejamento Temático da Câmara.....	61
4	Atividades dos membros relacionadas à temática da 6ª CCR.....	63
4.1	- Reuniões do Dr. Daniel Antônio de Moraes Sarmento.....	63
4.2	- Reuniões da Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.....	63
4.3	- Reuniões do Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira.....	69
4.4	- Reuniões da Dra. Eliana Péres Torelly de Carvalho.....	70
4.5	- Reuniões do Dr. João Akira Omoto.....	70
4.6	- Reuniões do Dr. Luciano Mariz Maia.....	70
4.7	- Reuniões do Dr. Márcio Barra Lima.....	71
4.8	- Reuniões da Dra. Maria Eliane Menezes de Farias.....	71
5	Estatísticas	72
5.1	- Portarias Publicadas/6ª CCR	72
5.2	- Correspondências Recebidas e Expedidas.....	72
5.3	- Passagens.....	72
5.4	- Diárias.....	72
5.5	- Atuação Pericial.....	72
5.6	- Reuniões Ordinárias.....	73
5.7	- Histórico das reuniões ordinárias.....	73
5.8	- Procedimentos Distribuídos e Relatados.....	73
5.9	- Quantidade de ICPs e PAs instaurados.....	74
5.10	- Procedimentos instaurados nos estados (por área de atuação, assunto e tipo).....	74
5.11	- Gráficos e Estatísticas da 6ª Câmara.....	76
5.12	- Material de Biblioteca.....	78
5.13	- Alguns fatos de 2014 envolvendo a temática da 6ª CCR.....	79
6	Eventos.....	86
6.1	- Eventos apoiados pela 6ªCCR.....	86
6.2	- Participação em Audiências Públicas.....	88
6.3	- Eventos promovidos pela 6ª CCR.....	91
6.4	- Outros eventos.....	93
7	Comunicação.....	95
7.1	- Boletim Informativo.....	95
7.2	- Clipagem da mídia	96
7.3	- E-clipping jurídico.....	98
7.4	- Sítio Eletrônico	99

Apresentação

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do MPF, de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à proteção da população indígena e comunidades tradicionais. “À ela incumbe atuar nos feitos cíveis relativos à defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e relacionados às comunidades tradicionais” (Resolução CSMPF nº 148, art. 2º, § 6º, de 1/4/2014), com destaque para as seguintes áreas de atuação:

- Ciganos
- Comunidades extrativistas
- Comunidades ribeirinhas
- Indígenas
- Quilombolas

1 Membros, equipe, distribuição e representantes nos estados e municípios

-Composição

Colegiado da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

1.1 - Membros Titulares

Coordenadora: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira*

Subprocuradora-Geral da República

– Luciano Mariz Maia*

Subprocurador-Geral da República

– João Akira Omoto*

Procurador Regional da República

1.2 - Membros Suplentes

– Moacir Guimarães Moraes Filho*

Subprocurador-Geral da República

– Eliana Péres Torelly de Carvalho*

Procurador Regional da República

- Márcio Barra Lima *

Procurador Regional da República

*Portaria PGR/MPF nº 505, de 24/6/2014, publicada em 26/6/2014 no Diário Oficial da União (DOU).

1.3 - Distribuição

As questões submetidas à 6ª Câmara são encaminhadas aos membros conforme o critério de distribuição por estados, acordado na Reunião nº 368, de 10/5/2010. A distribuição por estado é a seguinte:

- Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Vinculação:

- Acre (AC)
- Amapá (AP)
- Amazonas (AM)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Pará (PA)
- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Tocantins (TO)



- Dr. João Akira Omoto

Vinculação:

- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Paraná (PR)
- Rio Grande do Sul (RS)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)



- Dr. Luciano Mariz Maia

Vinculação:

- Alagoas (AL)
- Bahia (BA)
- Ceará (CE)
- Paraíba (PB)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Sergipe (SE)



1.4 - Representantes

- Nas Procuradorias Regionais

◆ PRR 1ª Região	Eliana Péres Torelly de Carvalho
◆ PRR 2ª Região	Daniel Antônio de Moraes Sarmento
◆ PRR 3ª Região	Maria Luiza Grabner
◆ PRR 4ª Região	Marcus Vinicius Aguiar Macedo
◆ PRR 5ª Região	Roberto Moreira de Almeida

- Nas Procuradorias da República nos estados

◆ Acre	Luis Gustavo Montovani
◆ Alagoas	Ticiane Andrea Sales Nogueira
◆ Amapá	Thiago Cunha de Almeida
◆ Amazonas	Fernando Merloto Soave
◆ Bahia	Leandro Bastos Nunes
◆ Ceará	Francisco de Araújo Macedo Filho
◆ Distrito Federal	Ana Carolina Alves Araújo Roman
◆ Espírito Santo	Walquíria Imamura Picoli
◆ Goiás	Léa Batista de Oliveira Moreira Lima
◆ Maranhão	Alexandre Silva Soares
◆ Mato Grosso	Alisson Nelicio Cirilo Campos
◆ Mato Grosso do Sul	Marco Antônio Delfino de Almeida
◆ Minas Gerais	Thiago dos Santos Luz
◆ Pará	Felício de Araújo Pontes Junior
◆ Paraíba	José Godoy Bezerra de Souza
◆ Paraná	Antônia Léia Neves Sanches
◆ Pernambuco	Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves
◆ Piauí	Kelston Pinheiro Lages
◆ Rio de Janeiro	Ana Padilha Luciano de Oliveira
◆ Rio Grande do Norte	Caroline Maciel da Costa
◆ Rio Grande do Sul	Mário Cichowski dos Santos
◆ Rondônia	Leonardo Sampaio de Almeida Reginaldo Pereira da Trindade
◆ Roraima	Gustavo Kenner Alcântara
◆ Santa Catarina	Analucia de Andrade Hartmann
◆ São Paulo	Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho Patrick Montemor Ferreira Priscila Costa Schereiner
◆ Sergipe	Lívia Nascimento Tinôco
◆ Tocantins	Alvaro Lotufo Manzano João Gabriel Moraes de Queiroz

- Nas Procuradorias da República nos municípios

Procuradoria da República Município de Assú-RN	no	• Victor Albuquerque de Queiroga
Procuradoria da República Município de Alagoinhas-BA	no	• Eduardo da Silva Villas-Boas
Procuradoria da República Município de Altamira-PA	no	• Cynthia Arcoverde Ribeiro Pessoa • Higor Rezende Pessoa • Thais Santi Cardoso da Silva
Procuradoria da República Município de Anápolis- GO	no	• Ana Paula Fonseca de Goes Araújo • Rafael Paula Parreira Costa
Procuradoria da República Município de Angra dos Reis-RJ	no	• Felipe Almeida Bogado Leite • Monique Cheker de Souza
Procuradoria da República Município de Apucarana-PR	no	• Raphael Otávio Bueno Santos
Procuradoria da República Município de Araçatuba-SP	no	• Gustavo Moysés da Silveira • Paulo de Tarso Garcia Astolphi
Procuradoria da República Município de Araguaína-TO	no	• Aldo de Campos Costa • Ludmilla Vieira de Souza Mota
Procuradoria da República Município de Arapiraca-AL	no	• Ticiane Andrea Sales Nogueira
Procuradoria da República Município de Araraquara-SP	no	• Gabriel da Rocha
Procuradoria da República Município de Assis-SP	no	• Leonardo Augusto Guelfi
Procuradoria da República Município de Bacabal-MA	no	• Hilton Araújo de Melo
Procuradoria da República Município de Bagé-RS	no	• Carlos Augusto Toniolo Goebel
Procuradoria da República Município de Balsas-MA	no	• Marcelo Santos Correa
Procuradoria da República Município de Barra do Garças- MT	no	• Wilson Rocha Assis
Procuradoria da República Município de Barreiras-BA	no	• João Paulo Lordelo Guimarães Tavares • Márcio Albuquerque de Castro
Procuradoria da República Município de Barretos-SP	no	• André Bueno da Silveira
Procuradoria da República Município de Bauru-SP	no	• Fabio Bianconcini de Freitas
Procuradoria da República Município de Bento Gonçalves- RS	no	• Alexandre Schneider
Procuradoria da República Município de Blumenau-SC	no	• Ricardo Kling Donini
Procuradoria da República Município de Bragança Paulista-SP	no	• Ricardo Nakahira
Procuradoria da República Município de Caçador-SC	no	• Anderson Lodetti Cunha de Oliveira
Procuradoria da República Município de Cáceres-MT	no	• Ana Carolina Haliuc Bragança • Felipe Antônio Abreu Mascarelli
Procuradoria da República Município de Cachoeira do Sul- RS	no	• Luís Felipe Schneider Kircher
Procuradoria da República Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES	no	• Alexandre Senra • Renata Maia da Silva
Procuradoria da República Município de Caicó-RN	no	• Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins
Procuradoria da República Município de Campina Grande-PB	no	• Acácia Soares Peixoto Suassuna • Bruno Barros de Assunção • Bruno Galvão Paiva
Procuradoria da República Município de Campinas-SP	no	• Aureo Marcus Makiyama Lopes
Procuradoria da República Município de Campo Formoso- BA	no	• Elton Luiz Freitas Moreira

Procuradoria da República no Município de Campo Mourão-PR	William Tetsuo Teixeira Iwakiri
Procuradoria da República no Município de Campo dos Goytacazes-RJ	- Bruno de Almeida Ferraz - Eduardo Santos de Oliveira - Stanley Valeriano da Silva
Procuradoria da República no Município de Canoas-RS	- Jorge Irajá Louro Sodré - Pedro Antônio Roso
Procuradoria da República no Município de Capão da Canoa-RS	Felipe da Silva Müller
Procuradoria da República no Município de Caraguatatuba- SP	Maria Rezende Capucci
Procuradoria da República no Município de Caruaru-PE	Natália Lourenço Soares
Procuradoria da República no Município de Cascavel-PR	- Carlos Henrique Macedo Bara - Felipe Delia Camargo - Thales Fernando Lima
Procuradoria da República no Município de Caxias-MA	- André Estima de Souza Leite - Anselmo Santos Cunha
Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul-RS	Luciana Guarnieri
Procuradoria da República no Município de Chapecó-SC	Carlos Humberto Prola Junior
Procuradoria da República do Município de Colatina-ES	Jorge Munhós de Souza
Procuradoria da República no Município de Concórdia-SC	Carlos Humberto Prola Júnior
Procuradoria da República no Município de Corrente-PI	cargo vago
Procuradoria da República no Município de Corumbá-MS	- Túlio Fávaro Beggiato - Yuri Corrêa da Luz
Procuradoria da República no Município de Coxim-MS	Cinara Bueno Santos Prikladnitzky
Procuradoria da República no Município de Crateús/Tauá-CE	Sara Moreira de Souza Leite
Procuradoria da República no Município de Criciúma-SC	Darlan Airton Dias
Procuradoria da República no Município de Cruz Alta-RS	Pedro Henrique Oliveira Kenne da Silva
Procuradoria da República no Município de Cruzeiro do Sul- AC	Marino Lucianelli Neto
Procuradoria da República no Município de Divinópolis-MG	- Gustavo de Carvalho Fonseca - Luciana Furtado de Moraes
Procuradoria da República no Município de Dourados-MS	Marco Antonio Delfino de Almeida
Procuradoria da República no Município de Erechim-RS	Carlos Eduardo Raddatz Cruz
Procuradoria da República no Município de Eunápolis-BA	Fernando Zelada
Procuradoria da República no Município de Feira de Santana-BA	Marcos André Carneiro Silva
Procuradoria da República no Município de Floriano-PI	Saulo Linhares da Rocha
Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu-PR	- Alexandre Collares Barbosa - Robson Martins
Procuradoria da República no Município de Franca-SP	- Daniela Pereira Batista Poppi - Wesley Miranda Alves
Procuradoria da República no Município de Francisco Beltrão-PR	Indira Bolsoni Pinheiro
Procuradoria da República no Município de Garanhuns-PE	- Antonio Nilo Rayol Lobo Segundo - Maria Marília Oliveira Calado de Moura
Procuradoria da República no Município de Governador Valadares-MG	- Bruno Costa Magalhães - Felipe Valente Siman

Procuradoria da República Município de Guaíra-PR	no	- Andressa Caroline de Oliveira Zanette - Maicon Fabrício Rocha
Procuradoria da República Município de Guajará-Mirim-RO	no	Daniel Luis Dalberto
Procuradoria da República Município de Guanambi-BA	no	- Paulo Rubens Carvalho Marques - Vitor Souza Cunha
Procuradoria da República Município de Guarapuava-PR	no	Roberson Henrique Pozzobon
Procuradoria da República Município de Guaratinguetá-SP	no	Marília Ribeiro Soares Ramos Ferreira
Procuradoria da República Município de Guarulhos-SP	no	Rhayssa Castro Sanches Rodrigues
Procuradoria da República Município de Gurupi-TO	no	Walter José Mathias Júnior
Procuradoria da República Município de Ilhéus/Itabuna-BA	no	- Cristina Nascimento de Melo - Gabriel Pimenta Alves - Tiago Modesto Rabelo
Procuradoria da República Município de Imperatriz-MA	no	Pedro Melo Pouchain Ribeiro
Procuradoria da República Município de Ipatinga-MG	no	Bruno José Silva Nunes
Procuradoria da República Município de Irecê-BA	no	Samir Cabus Nache Junior
Procuradoria da República Município de Itaituba-PA	no	Janaína Andrade de Sousa
Procuradoria da República Município de Itajaí-SC	no	Ricardo Martins Baptista
Procuradoria da República Município de Itaperuna-RJ	no	Cláudio Márcio de Carvalho Chequer
Procuradoria da República Município de Itapeva-SP	no	Lucas Bertinato Maron
Procuradoria da República Município de Itapipoca-CE	no	Ricardo Magalhães de Mendonça
Procuradoria da República Município de Jacarezinho-PR	no	Diogo Castor de Mattos
Procuradoria da República Município de Jales-SP	no	Carlos Alberto dos Rios Junior
Procuradoria da República Município de Jaraguá do Sul-SC	no	Cláudio Valentim Cristani
Procuradoria da República Município de Jaú-SP	no	Marcos Salati
Procuradoria da República Município de Jequié-BA	no	Flávio Pereira da Costa Matias
Procuradoria da República Município de Ji-Paraná-RO	no	Henrique Felber Heck
Procuradoria da República Município de Joaçaba-SC	no	Mário Roberto dos Santos
Procuradoria da República Município de Joinville-SC	no	Tiago Alzuguir Gutierrez
Procuradoria da República Município de Juazeiro do Norte/ Iguatu-CE	no	- Celso Costa Lima Verde Leal - Livia Maria de Sousa - Rafael Ribeiro Rayol
Procuradoria da República Município de Juína-MT	no	Cleber de Oliveira Tavares Neto
Procuradoria da República Município de Juiz de Fora-MG	no	- Marcelo Borges de Mattos Medina - Onofre de Faria Martins
Procuradoria da República Município de Jundiá-SP	no	Rubens José de Calasans Neto
Procuradoria da República Município de Lages-SC	no	Nazareno Jorgealem Wolff
Procuradoria da República Município de Lajeado-RS	no	Cláudio Terre do Amaral

Procuradoria da República Município de Limoeiro Norte/Quixadá-CE	no do	- Francisco Alexandre de Paiva Forte - Patrício Noé da Fonseca
Procuradoria da República Município de Linhares-ES	no	Paulo Henrique Camargos Trazzi
Procuradoria da República Município de Londrina-PR	no	Gustavo de Carvalho Guadanhin
Procuradoria da República Município de Luziânia-GO	no	Onésio Soares Amaral
Procuradoria da República Município de Macaé-RJ	no	Flávio de Carvalho Reis
Procuradoria da República Município de Mafra-SC	no	Rui Maurício Ribas Rucinski
Procuradoria da República Município de Manhuaçu-MG	no	Lucas de Moraes Gualtieri
Procuradoria da República Município de Marabá-PA	no	- Andrea Costa de Brito - Lilian Miranda Machado
Procuradoria da República Município de Marília-SP	no	- Célio Vieira da Silva - Diego Fajardo Maranhã Leão de Souza - Jefferson Aparecido Dias
Procuradoria da República Município de Maringá-PR	no	Danielle Dias Curvello
Procuradoria da República Município de Monteiro-PB	no	Renan Paes Félix
Procuradoria da República Município de Montes Claros-MG	no	- Allan Versiani de Paula - André de Vasconcelos Dias - Marcelo Malheiros Cerqueira
Procuradoria da República Município de Mossoró-RN	no	- Aécio Mares Tarouco - Emanuel de Melo Ferreira
Procuradoria da República Município de Naviraí-MS	no	Francisco de Assis Floriano e Calderano
Procuradoria da República Município de Niterói-RJ	no	- Antônio Augusto Soares Canedo Neto - Wanderley Sanan Dantas
Procuradoria da República Município de Nova Friburgo-RJ	no	João Felipe Villa do Miu
Procuradoria da República Município de Novo Hamburgo- RS	no	Pedro Nicolau Moura Sacco
Procuradoria da República Município de Osasco-SP	no	- Almir Teubl Sanches - Thiago Henrique Viegas Lins
Procuradoria da República Município de Ourinhos-SP	no	Antônio Marcos Martins Manvailer
Procuradoria da República Município de Palmares-PE	no	Ana Fabíola de Azevedo Ferreira
Procuradoria da República Município de Paracatu-MG	no	Hebert Reis Mesquita
Procuradoria da República Município de Paragominas-PA	no	Nathalia Mariel Ferreira de Souza Pereira
Procuradoria da República Município de Paranaguá-PR	no	- Adriano Barros Fernandes - Sérgio Valladão Ferraz
Procuradoria da República Município de Paranaíba-PR	no	Henrique Gentil Oliveira
Procuradoria da República Município de Parnaíba-PI	no	Pedro Henrique Oliveira Castelo Branco
Procuradoria da República Município de Passo Fundo-RS	no	- Bruna Pfaffenzeller - Fernanda Alves de Oliveira
Procuradoria da República Município de Passos-MG	no	- Gustavo Henrique Oliveira - Helen Ribeiro Abreu
Procuradoria da República Município de Pato Branco-PR	no	Marcelo Godoy
Procuradoria da República Município de Patos de Minas-MG	no	- Marcelo Freire Lage - Sérgio de Almeida Cipriano
Procuradoria da República Município de Pau dos Ferros-RN	no	Antônio Marcos da Silva de Jesus

Procuradoria da República no Município de Paulo Afonso-BA	no	• Analu Paim Cirne
Procuradoria da República no Município de Pelotas-RS	no	• Max dos Passos Palombo
Procuradoria da República no Município de Petrolina/ Juazeiro-PE	no	• Leonardo Cervino Martinelli • Mara Elisa de Oliveira • Polireda Madaly Bezerra de Medeiros
Procuradoria da República no Município de Petrópolis-RJ	no	• Charles Stevan da Mota Pessoa • Joana Barreiro Batista • Vanessa Seguezzi
Procuradoria da República no Município de Picos-PI	no	• Maria Clara Lucena Dutra de Almeida Brito
Procuradoria da República no Município de Piracicaba-SP	no	• Camila Ghanous • Leandro Zedes Lares Fernandes • Raquel Cristina Rezende Silvestre
Procuradoria da República no Município de Ponta Grossa-PR	no	• Osvaldo Soweck Júnior
Procuradoria da República no Município de Ponta Porã-MS	no	• Ricardo Pael Ardenghi
Procuradoria da República no Município de Pouso Alegre-MG	no	• Lucas Horta de Almeida • Michel Francois Drizul Havrenne
Procuradoria da República no Município de Presidente Prudente-SP	no	• Luis Roberto Gomes • Tito Lívio Seabra
Procuradoria da República no Município de Redenção-PA	no	• cargo vago
Procuradoria da República no Município de Resende-RJ	no	• Izabella Marinho Brant • Paulo Sérgio Ferreira Filho
Procuradoria da República no Município de Ribeirão Preto-SP	no	• Carlos Roberto Diogo Garcia
Procuradoria da República no Município de Rio do Sul-SC	no	• Lucyana Marina Pepe Affonso
Procuradoria da República no Município de Rio Grande-RS	no	• Anelise Becker
Procuradoria da República no Município de Rio Verde-GO	no	• Lincoln Pereira da Silva Meneguim
Procuradoria da República no Município de Rondonópolis-MT	no	• Guilherme Rocha Gopfert • Paulo Taek Keun Rhee
Procuradoria da República no Município de Salgueiro/ Ouricuri-PE	no	• Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves
Procuradoria da República no Município de Santa Cruz do Sul-RS	no	• Ricardo Gralha Massia
Procuradoria da República no Município de Santa Maria-RS	no	• Cinthia Gabriela Borges
Procuradoria da República no Município de Santa Rosa-RS	no	• Letícia Carapeto Benrdt
Procuradoria da República no Município de Santana do Livramento-RS	no	• Cícero Augusto Pujol Corrêa
Procuradoria da República no Município de Santarém-PA	no	• Fabiana Keylla Schneider • Luís de Camões Lima Boaventura • Rafael Klautau Borba Costa
Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo-RS	no	• Antônio Carlos Marques Cardoso • Osmar Veronese
Procuradoria da República no Município de Santos-SP	no	• Antonio José Donizetti Molina Daloia • Felipe Jow Namba • Luis Eduardo Marrocos de Araújo • Luiz Antônio Palácio Filho • Roberto Farah Torres
Procuradoria da República no Município de São Bernardo do Campo-SP	no	• André Lopes Lasmar • Fabiana Rodrigues de Sousa Bortz • Ricardo Luiz Loreto • Steven Shuniti Zwicker

Procuradoria da República no Município de São Carlos-SP	Ronaldo Ruffo Bartolomazi
Procuradoria da República no Município de São Gonçalo-RJ	Marco Otávio Almeida Mazzoni
Procuradoria da República no Município de São João da Boa Vista-SP	Lúcio Mauro Carloni Fleury Curado
Procuradoria da República no Município de São João de Meriti-RJ	Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha
Procuradoria da República no Município de São João del Rei-MG	- Ludmila Junqueira Duarte Oliveira - Thiago dos Santos Luz
Procuradoria da República no Município de São José do Rio Preto-SP	- Anna Flávia Nóbrega Cavalcanti Ugatti - Eleovan César Lima Mascarenhas - Rodrigo Luiz Bernardo Santos - Svamer Adriano Cordeiro
Procuradoria da República no Município de São José dos Campos-SP	Angelo Augusto Costa
Procuradoria da República no Município de São Mateus-ES	- Carolina Augusta da Rocha Rosado - Walquiria Imamura Picoli
Procuradoria da República no Município de São Miguel do Oeste-SC	- Camila Bortolotti - Edson Restanho
Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia-RJ	- Leandro Botelho Antunes - Rodrigo Golívio Pereira
Procuradoria da República no Município de São Raimundo Nonato-PI	Maria Clara Lucena Dutra de Almeida Brito
Procuradoria da República no Município de Serra Talhada-PE	Manoel Antônio Gonçalves da Silva
Procuradoria da República no Município de Sete Lagoas-MG	- Antônio Arthur Barros Mendes - Letícia Ribeiro Marquete
Procuradoria da República no Município de Sinop-MT	Henrique Hanh Martins de Menezes
Procuradoria da República no Município de Sobral-CE	- Ana Karízia Távora Teixeira Nogueira - José Milton Nogueira Junior
Procuradoria da República no Município de Sorocaba-SP	- Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira - Osvaldo dos Santos Heitor Junior - Vinícius Marajó Dal Secchi
Procuradoria da República no Município de Sousa-PB	- Djalma Gusmão Feitosa - Tiago Misael de Jesus Martins
Procuradoria da República no Município de Tabatinga-AM	- André Luis Castro Caselli - Bruno Olivo de Sales
Procuradoria da República no Município de Taubaté-SP	Adjame Alexandre Gonçalves Oliveira
Procuradoria da República no Município de Tefé-AM	- Eliabe Soares da Silva - Francisco de Paula Vitor Santos Pereira
Procuradoria da República no Município de Teixeira de Freitas-BA	Marcela Regis Fonseca
Procuradoria da República no Município de Teófilo Otoni-MG	Paula Cristine Bellotti
Procuradoria da República no Município de Teresópolis-RJ	Paulo Cezar Calandrini Barata
Procuradoria da República no Município de Três Lagoas-MS	- Davi Marcucci Pracucho - Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes
Procuradoria da República no Município de Tubarão-SC	Eloi Francisco Zatti Faccioni
Procuradoria da República no Município de Tucuruí-PA	Luiz Eduardo de Souza Smaniotto
Procuradoria da República no Município de Uberaba-MG	- Felipe Augusto Barros Carvalho Pinto - Thales Messias Pires Cardoso
Procuradoria da República no Município de Uberlândia-MG	- Cleber Eustáquio Neves - Frederico Pellucci - Leonardo Andrade Macedo

Procuradoria da República no Município de Umuarama-PR	- Luís Wanderley Gazoto - Ricardo Tadeu Sampaio
Procuradoria da República no Município de União da Vitória-PR	Eduardo Alves Fonte
Procuradoria da República no Município de Uruguaiana-RS	- Filipe Andrios Brasil Siviero - Pedro Martins Costa Jappur
Procuradoria da República no Município de Varginha-MG	Marcelo José Ferreira
Procuradoria da República no Município de Viçosa-MG	Gabriela Saraiva Vicente de Azevedo
Procuradoria da República no Município de Vilhena-RO	Daniel Azevedo Lôbo
Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista-BA	- André Sampaio Viana - Roberto D'Oliveira Vieira
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda-RJ	Julio José Araujo Junior

- Em Comissões e Conselhos

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

Dr. Wilson Rocha Assis (a partir de 14/11/2013)

Procurador da República

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN)

Dr. Anselmo Henrique Cordeiro Lopes (a partir de 26/9/2013)

Procurador da República

Comissão Especial Tupinambá, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)

Dra. Maria Eliane Menezes de Farias (a partir de 5/10/2012)

Subprocuradora-Geral da República

Comissão Especial Xavante, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)

Dra. Márcia Zollinger (a partir de 5/10/2012)

Procuradora da República no Distrito Federal

1.5 - Equipe

- Secretaria Executiva

Isabel Costa Figueiredo

José Pereira Santana Júnior (desde 19/12/2014)

Neide Guimarães Furtado (Secretária Executiva)

Paulo Sérgio Maia do Lago Silva (até 13/10/2014)

Priscila Lombardi da Cruz (desde 9/4/2014)

- Assessoria Administrativa

Aline Aranda Freitas (desde 14/4/2014)

Camila Abdala (até 6/11/2014)

Igor Silva Dacier Lobato Jinkings (até 8/4/2014)

Juçara dos Santos Gomes (desde 5/11/2014)

Luciana Neves de Jesus (até 10/3/2014)

Marlon Kusumoto Souza (até 18/3/2014)

Monique Ganime Ferraz (desde 22/7/2014)

Priscila Moreira Azevedo Araújo (até 19/5/2014)

Rodrigo Carneiro Nascimento (Assessor-Chefe)

Raíssa Martins Pinheiro (desde 11/11/2014)

Victor Evangelista Andrade Silva (até 30/7/2014)

- Assessoria Jurídica

André Cavalcante Barbosa

Carla Daniela Leite Negócio (Assessora-Chefe) (até 26/2/2014)

César Augusto Baldi (Assessor-Chefe) (desde 28/1/2014)**

Danilo Barbosa Sodré

Darlise Moura Castro

Giselly Cristina Alves Souza dos Santos

João Maria Ludugero da Silva (desde 9/6/2014)

Karina Costa Recedive

- Assessoria Pericial

Ângela Maria Baptista (Assessora-Chefe)

Elaine Amorim

Jorge Bruno Souza

Leonardo Leocádio da Silva

Marco Paulo Fróes Schettino

Maria Fernanda Paranhos

- Assessoria de Planejamento

Fernando Sanchez de Souza

Rodrigo Chagas Coimbra (Assessor-Chefe)

- Apoio

Estagiários em Antropologia:

Artur Guimarães Dias Pimentel

Marina Flores de Oliveira Franzim

Rafaela Dantas de Souza Macedo

*as datas de chegada e saída dos servidores na 6ª CCR estão baseadas nos memorandos de apresentação

** data da portaria de nomeação

- Analistas Periciais em Antropologia nos estados

Deborah Stucchi	PR/SP
Edmundo Gomes Alves Filho	PR/MG
Francisco Carlos Oliveira Reis	PR/SP
Ivan Soares Farias	PR/AL
Jacira Monteiro de Assis Bulhões Maria Betânia P. G. Guerra Duarte	PR/RJ
Jankiel de Campos	PR/MS
Joiza Maria de Arruda Madeiro	PR/MA
Luciana Maria de Moura Ramos	PRM/Londrina
Márcio Martins dos Santos	PR/TO
Marcos Farias de Almeida	PR/SC
Marcos Homero Lima	PRM/Dourados
Míriam de Fátima Chagas	PRR/4ª Região
Otávio Rocha de Siqueira	PRM/Caruaru
Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva	PRM/Santarém
Rebeca Campos Ferreira	PR/Ji-Paraná
Sérgio Góes Telles Brissac	PR/CE
Sheila dos Santos Brasileiro	PR/BA
Waldenir Bernini Lichtenthaler	PRM/Marabá
Walter Alves Coutinho Júnior	PR/AM

- Participação dos servidores em treinamentos em 2014¹

Descrição	Número de participantes
Adobe Captivate	1
Ambientação para novos servidores	1
Análise e Melhoria de Processos de Trabalho	1
Análise econômico-financeira de Parcerias Público-Privadas	1
Atendimento ao Cidadão	1
Curso básico de Plone 4	2
Design Instrucional para EAD	1
Estrutura de Gestão Pública	1
Ética e Administração Pública	1

1 No período em que estavam lotados na 6ª CCR.

Ética e Cidadania	1
Etnografia do Conflito Além da Mediação	6
Execução Orçamentária e Financeira (EAD)	3
Gerenciamento de Projetos	1
Gerenciamento e Administração de Projetos, realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas/SG	1
Gestão de Pessoas	1
Gestão Pública	1
Gestão Pública, Ética e Cidadania	1
Indicadores e Gestão do Desempenho no Setor Público	2
Instrutor do curso de Direito Indigenista, oferecido pela ESMPU	1
Introdução ao Sistema Único	1
Legislação aplicada à Gestão de Pessoas- Lei nº 8112/90	1
Liderança e Gestão de Pessoas – PGR, PR/DF e PRR1	1
Liderança e Gestão de Pessoas Por Competências, realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas/SG	1
Noções de Direito Administrativo	1
Noções de Direito Processual do Trabalho	2
Noções de Direito Processual Penal	1
Novos horizontes da gestão pública brasileira, realizado no IDP - Instituto Brasiliense de Direito Público	1
Oficina de elaboração do SiGEO MPF – Oficina 1: Instalação e configuração da plataforma SiGEO	2
Oficinas de elaboração do SiGEO MPF - Oficina 2: carga de dados geográficos em banco de dados POSTGIS	3
Oficinas de elaboração do SiGEO MPF - Oficina 3: administração do I3GEO	3
Palestra "Ansiedade"	2
Participação na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Natal-RN, como autor do artigo em GT "Mathipe a (i)moralidade das coisas entre os Yanomami"	1
Planejamento de Gestão Estratégica	1
Português Instrumental I - Concordância e regência nominal	1
Português Jurídico	2
Processo Civil Coletivo, realizado pela SG	2
Programa de Desenvolvimento Gerencial, organizado pela MindQuest em parceria com a Harvard Business	1
Sistema Pericial Nacional (Turma 02)	3
Sistema Pericial Nacional (Turma 03)	3
Técnicas em Secretariado	1
Treinamento da ferramenta Qlikview, promovido pela STIC	1
Treinamento para usuários do Sistema Único	1
Treinamento sobre GESTÃO ESTRATÉGICA, organizado pela ESMPU	1
TOTAL DE TREINAMENTOS	65

2 Grupos de Trabalho

2.1 - Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais



Reunião do GT *Comunidades Tradicionais*, realizada em 9/9/2014.

E-mail do grupo - 6ccr_conhecimentos_tradicionais@listas.mpf.gov.br

Composição:

Alexandre Silva Soares alexandresoares@mpf.mp.br

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes anselmolopes@mpf.mp.br

Antônio José Donizetti Molina Daloia antoniodaloia@mpf.mp.br

Cristina Nascimento de Melo cristinamelo@mpf.mp.br

Edilson Vitorelli Diniz Lima edilsonvitorelli@mpf.mp.br

Edmundo Antônio Dias Netto Júnior edmundoantonio@mpf.mp.br

Eliana Péres Torelly de Carvalho (Coordenadora) etorelly@mpf.mp.br

Marco Antônio Delfino de Almeida marcoalmeida@mpf.mp.br

Maria Luiza Grabner mariagrabner@mpf.mp.br

Maria Rezende Capucci maria@mpf.mp.br

Sandra Akemi Shimada Kishi sandrakishi@mpf.mp.br

Wilson Rocha Assis wilsonassis@mpf.mp.br

Corpo Técnico

Marco Paulo Fróes Schettino (Analista do MPU/Perícia/Antropologia) marcopaulo@mpf.mp.br

Rodrigo Carneiro do Nascimento (Assessor Administrativo) rodrigocn@mpf.mp.br

- Relatório de Atividades

O Grupo de Trabalho inicialmente denominado *Conhecimentos Tradicionais* assumiu, ao longo de sua existência, um extenso rol de atribuições e atividades, consolidando-se como instância importante de diálogo do Ministério Público Federal com os povos e comunidades tradicionais do Brasil. A ampliação do escopo de trabalho do GT foi oficializada por meio da Portaria 02/2014/6CCR/MPF, de 7 de agosto de 2014.

O Grupo de Trabalho recebeu três novos membros, sendo eles Cristina Nascimento de Melo, Edilson Vitorelli Diniz Lima e Edmundo Antônio Dias.

Os membros do GT têm acompanhado o trabalho de órgãos do governo que debatem temas relacionados aos direitos de povos e comunidades tradicionais. Os procuradores da República Sandra Kishi e Anselmo Henrique Cordeiro Lopes acompanham as reuniões do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), problematizando temas relativos à tutela do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais a ele associados.

Na temática objeto de trabalho do CGEN, o Grupo de Trabalho *Comunidades Tradicionais* produziu ainda Nota Técnica sobre o Projeto de Lei nº 7.735/2014, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências. O projeto tramita no Congresso Nacional em regime de urgência e objetiva substituir a MP 2186-16/2001, que hoje regulamenta a matéria. O GT acompanha a tramitação do projeto de lei, auxiliado pela assessoria parlamentar da PGR, e tem participado de diversas discussões sobre o projeto, travadas em diversas instâncias, especialmente no CGEN.

Os membros do GT Wilson Rocha Assis, Edmundo Antônio Dias e Marco Paulo Fróes Schettino (analista pericial em antropologia), por sua vez, acompanham a agenda da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com o objetivo de conhecer e compreender a diversidade de segmentos abarcados pelo conceito de povos e comunidades tradicionais e trazer ao MPF as demandas dos diversos grupos representados na Comissão.

Entre os dias 5 e 8 de junho de 2014, os membros do GT *Comunidades Tradicionais* participaram do VIII Encontro dos Povos do Cerrado, organizado pela Rede Cerrado, em Brasília/DF, participando ativamente de diversas discussões e prestando atendimento às comunidades tradicionais presentes no evento. Entre os temas debatidos pelos procuradores da República e corpo técnico do Ministério Público Federal, com cerca de 800 representantes de comunidades tradicionais do Cerrado, merecem referência a Lei do Cerrado, a regulamentação da consulta prevista na Convenção 169 da OIT e sua aplicação a

povos e comunidades tradicionais, o acesso a recursos genéticos do Cerrado e a repartição de benefícios com as comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais associados, além do marco legal sanitário aplicável à comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Durante o Encontro dos Povos do Cerrado, membros do GT *Comunidades Tradicionais* e a coordenadora da 6ª CCR, Deborah Duprat, acompanharam reunião entre a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e representantes da comunidade tradicional dos Geraizeiros, que estavam em greve de fome pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras. A presença do Ministério Público Federal contribuiu para o encerramento da greve de fome e retomada das negociações para a constituição definitiva da Unidade de Conservação. As negociações tiveram continuidade em Minas Gerais, com o acompanhamento do membro do GT Edmundo Antônio Dias, resultando na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), decretada em outubro de 2014.

O Grupo de Trabalho fomentou ainda a participação de diversos procuradores da República nos encontros regionais de povos e comunidades tradicionais, ocorridos entre dezembro de 2013 e setembro de 2014, nas cidades de Salvador/BA, Belém/PA, Cuiabá/MT, Curitiba/PR e Vitória/ES. Os encontros regionais foram organizados na forma de etapas preparatórias para o II Encontro Nacional de Povos de Comunidades Tradicionais, ocorrido em Brasília entre os dias 25 e 28 de novembro de 2014. Durante o Encontro Nacional, foi organizada sala de atendimento do Ministério Público Federal, para colheita de representações posteriormente encaminhadas a colegas de todas as regiões do Brasil.

A dificuldade e a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo GT *Comunidades Tradicionais* podem ser demonstradas pelo número expressivo de segmentos sociais representados no II Encontro Nacional: ciganos, quilombolas, povos indígenas, extrativistas, andirobeiras, apanhadores de flores sempre-vivas, benzedeiros, caatingueiros, caboclos, caíças, catadoras de mangaba, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, marisqueiras, morroquianos, pantaneiros, pescadores artesanais, pomeranos, povos e comunidades de terreiros, quebradeiras de coco babaçu, raizeiras, retireiros do Araguaia, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e veredeiros.

Em 8 e 9 de outubro de 2014, foi realizado o II Encontro Temático da 6ª CCR, em Salvador. Durante o evento ocorreu o lançamento do Manual de Atuação da 6ª CCR, intitulado "Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral – Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais", de autoria da procuradora regional da República Maria Luíza Grabner, juntamente com a pesquisadora Eliane Simões e a analista pericial em antropologia do MPF/SP, Débora Stucchi.

Durante o II Encontro Temático, foram debatidos e aprovados um conjunto de enunciados e propostas de atuação relacionados aos conflitos envolvendo povos e comunidades tradicionais. O evento teve a participação de diversos membros do Ministério

Público Federal, bem como de representantes da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos.

- Metas para 2015

Tal como se depreende do relatório de atividades do GT de 2014, faz-se necessário o prosseguimento das vertentes de atuação do grupo, que deverão ocorrer do seguinte modo:

- 1) Continuidade do acompanhamento da agenda do CGEN e da CNPCT;
- 2) Realização de duas audiências públicas com comunidades tradicionais que apresentem situações de conflito em relação à utilização de seus conhecimentos tradicionais e regularização territorial;
- 3) Realização de duas vistorias de campo, se possível na mesma oportunidade das audiências públicas, a comunidades cuja realidade traduza os conflitos mais comuns relacionados à proteção dos conhecimentos tradicionais e garantia de direitos territoriais, buscando uma melhor compreensão dos processos sociais e das reivindicações de direitos expressas nesse cenário;
- 4) Elaboração de Manual de Atuação para apresentar a membros e servidores do MPF os vários segmentos abarcados pelo conceito de *povos e comunidades tradicionais*, orientando o trabalho da instituição na proteção e promoção de seus direitos fundamentais;
- 5) Realização de quatro reuniões no decorrer do ano, destinadas à discussão das medidas necessárias à atuação em casos concretos; tratamento a ser dado a informações recebidas; articulação com órgãos públicos, ONGs e setores interessados no tema; avaliação de novas hipóteses de atuação; demais temas relevantes.

Por oportuno, salientamos que a atuação do GT *Comunidades Tradicionais* dirige-se a uma parcela ainda bastante desassistida da população brasileira, na maioria das vezes habitante de lugares remotos do território nacional e carente de instrumento de defesa de seus direitos de cidadania. Assim, vislumbra-se que as medidas já adotadas e aquelas sugeridas para 2015 inserem-se na perspectiva de atuação do MPF em prol da sociedade, especialmente a proteção de direitos fundamentais, a aproximação com o cidadão e o trabalho em grupo e parcerias, tal como contemplado no mapa estratégico do MPF.

2.2 - Grupo de Trabalho Demarcação

E-mail do grupo: 6ccr_demarcacao@listas.mpf.gov.br

Composição:

Carlos Humberto Prola Júnior prola@mpf.mp.br

Cristina Nascimento de Melo cristinamelo@mpf.mp.br
Fabiana Keylla Schneider fabianaschneider@mpf.mp.br
Fernanda Alves de Oliveira fernandaa@mpf.mp.br
Fernando Merloto Soave fernandosoaave@mpf.mp.br
Julio José Araujo Junior (Coordenador) julioaraujo@mpf.mp.br
Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha lucianagadelha@mpf.mp.br
Mara Elisa de Oliveira maraooliveira@mpf.mp.br
Márcia Brandão Zollinger marciazollinger@mpf.mp.br
Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves beatrizribeiro@mpf.mp.br
Marino Lucianelli Neto marinolucianelli@mpf.mp.br
Paulo Henrique Camargos Trazzi paulotrazzi@mpf.mp.br
Roberto Moreira de Almeida roberto@mpf.mp.br

Corpo Técnico

Isabel Costa Figueiredo (Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração) isabelfigueiredo@mpf.mp.br
Jorge Bruno Souza (Analista do MPU/Perícia/Antropologia) jorgebss@mpf.mp.br



Reunião do GT *Demarcação*, realizada em 20/10/2014

-Relatório de Atividades:

O ano de 2014 foi marcado pela estruturação das atividades do grupo, sobretudo quanto aos aspectos técnicos para acompanhamento dos processos demarcatórios, e pela elaboração de subsídios ao MPF para a atuação frente às ameaças aos direitos dos povos indígenas que avançaram durante o ano, inclusive no contexto das eleições presidenciais.

Houve uma total paralisia nos processos demarcatórios, o que se agravou no segundo semestre, prejudicando inclusive a interlocução do GT com a Funai e com demais

órgãos do governo federal. A saída de mais uma presidente (interina) da autarquia contribuiu para agravar esse quadro.

Diante desse cenário, o Grupo de Trabalho dedicou-se ao cumprimento de seu planejamento institucional, à consolidação dos dados de demarcação e ao acompanhamento dos desdobramentos da ação coordenada “MPF em Defesa das Terras Indígenas”, ocorrida em abril de 2013.

Em abril deste ano, foi realizado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região o seminário “A questão indígena e o Poder Judiciário”, com o apoio da 6ª CCR, oportunidade em que se pôde tratar do tema *terras indígenas* com magistrados e expor as dificuldades encontradas na matéria em questão. No mesmo mês, o GT participou do Seminário Internacional sobre os 10 anos da Convenção 169, que ocorreu no CNMP, com a organização da 6ª CCR.

Considerando as diretrizes estabelecidas pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, elaborou-se um projeto de atuação para o grupo de trabalho, com o fim de incrementar a interlocução com a ponta e permitir que os membros das unidades que vivenciem conflitos, principalmente naquelas de maior rotatividade, possam ter maior acesso e contato com a Funai, cujas atividades quanto a demarcações se concentram em Brasília.

O projeto pretende criar e difundir ferramentas de atuação para membros do MPF, relativas à promoção e controle da regularização fundiária das terras indígenas. Baseia-se no acompanhamento dos desdobramentos da ação coordenada “MPF em defesa das terras indígenas”, realizada em 19 de abril de 2013 pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Na referida ação coordenada, foram propostas 19 ações civis públicas, em vários estados da federação (Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco), as quais obtiveram nove decisões liminares favoráveis – sendo duas mantidas pelo Tribunal Regional Federal – e seis sentenças – sendo quatro procedentes, uma de extinção (já transitada em julgado) e um indeferimento de petição inicial.

Pretende-se um acompanhamento permanente dos desdobramentos da ação coordenada, buscando-se a obtenção de provimentos jurisdicionais favoráveis – tanto provisórios quanto definitivos –, bem como cobrando da Funai uma posição administrativa que cumpra as decisões proferidas, acompanhando-se de perto o processo demarcatório. Além disso, serão selecionados dois casos emblemáticos, para acompanhamento mais próximo com a realidade dos procuradores que atuam na ponta, por meio de reuniões e caravanas.

Espera-se, ao final, que essa atuação possa ser devidamente sistematizada e sirva de guia para novas ações coordenadas, a partir da definição de casos emblemáticos e prioritários. Almeja-se, ainda, que o MPF esteja pronto para decidir acerca de uma nova

atuação coordenada na matéria.

O objetivo será alcançado se o MPF dispuser de meios adequados para garantir o cumprimento do mandamento constitucional acerca do reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, bem como para a solução dos conflitos fundiários envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais.

O projeto foi submetido ao Subcomitê de Projetos Finalísticos, que pediu esclarecimentos quanto à realização das chamadas *caravanas pela demarcação*, tendo em vista os seus custos e a eventual possibilidade de o procurador natural realizar essa atividade. Sucede que o objetivo é conferir meios à 6ª CCR, mais especificamente ao GT, de produzir material – antropológico, jurídico e de comunicação – em apoio aos procuradores naturais, o que certamente garantirá, nesses casos-piloto e em casos futuros, uma melhor atuação do MPF junto à Funai, especialmente em Brasília. Espera-se que, ao final desse processo inicial, seja possível roteirizar uma atuação de apoio aos membros e garantir que o GT possa contribuir especificamente com a atuação de mais unidades.

Atualmente está sendo avaliada, pelo GT, a possibilidade de reapresentar o projeto ao subcomitê. De qualquer forma, pretende-se realizar desde já as atividades previstas no projeto, ainda que de forma adaptada, independentemente de eventual nova apresentação junto ao subcomitê sob a forma de projeto.

No fim de 2014, o GT assessorou a 6ª CCR na organização do Encontro Nacional, no qual o tema “terras indígenas” foi debatido durante um dos dias, para tratar das condicionantes da Raposa Serra do Sol. Diversos temas foram abordados na oportunidade, gerando encaminhamentos ao GT, podendo destacar os seguintes:

- Uma das formas também de garantir maior efetividade da política de regularização seria uma ponderação administrativa sobre a capacidade de trabalho da Funai, na medida em que a ausência de recursos e funcionários implica dificuldades para implementação da política. Compreender qual é a prioridade de demarcação da Funai, como também os conflitos mais críticos, de forma que o MPF pudesse influenciar na resolução de casos críticos, algo que poderia ser mapeado. Nesse sentido, caberia também ao MPF uma intervenção junto ao planejamento orçamentário no PPA, LDO e LOA. Como instrumento de visualização estratégica das terras indígenas que possuem conflito, poderia utilizar o mapeamento temático realizado pelo SiGEO.
- Dessa maneira, a identificação dos processos administrativos de demarcação que estão paralisados poderá possibilitar a judicialização, tendo como fundamento a decisão que reconhece que o processo administrativo é declaratório, autoexecutório e que há mora na omissão administrativa.
- Melhoramento dos laudos para atender às novas exigências judiciais;

- Realização, pela 6ª CCR, de levantamento dos processos administrativos de demarcação de terras indígenas pendentes a fim de, em reunião com a Funai, discutir a adequação dos laudos antropológicos já elaborados, visando sua complementação, e a produção de laudos futuros já amoldados aos novos requisitos;
- Realização, pela 6ª CCR, de reunião com a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) a fim de que constem as coordenadas geográficas no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID).
- Faz-se necessária uma maior interlocução que envolva um estudo mais amplo, inclusive com a possibilidade de trabalhar o entorno das áreas demarcadas. Uma alternativa que se apresenta é a modificação da Portaria nº 14 (para que haja a previsão específica de que no laudo conste a análise do entorno das áreas).
- Pagamentos de indenizações antes da publicação da portaria declaratória: o pressuposto é que o pagamento antecipado deve ser uma estratégia facilitadora da desintrusão, não sendo regra, mas exceção. É interessante também avaliar alternativas ao artigo 231 da Constituição Federal, pela cessão de terras pela União, possibilitando regularização fundiária.
- Marco temporal: não procede o entendimento explicitado pela Funai no sentido de que, antes da publicação da portaria não haveria segurança jurídica para o pagamento da indenização, uma vez que a identificação e levantamento fundiário já revelam a tradicionalidade da ocupação da terra.
- Formação de um grupo de estudo sobre a Petição 3388 e ED com a finalidade de avaliar os aspectos positivos a serem celebrados e os negativos a serem superados, tendo como pressuposto os fundamentos: autoexecutoriedade dos direitos fundamentais; confiança legítima; excepcionalidade da medida em casos de urgência e necessidade premente de pacificação social; discricionariedade administrativa quanto ao momento do pagamento das indenizações (silêncio do Decreto nº 1.775).
- Estabelecer maior diálogo com o Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV), objetivando propor maior número de aulas com as demandas da 6ª CRR, sobretudo devido às lotações iniciais dos colegas.
- Publicação de obra com abordagem antropológica e análise das condicionantes com base na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob o título "Os indígenas, o STF e o constitucionalismo fraternal". Previsão: junho de 2015.
- Complementarmente à produção e publicação de obra, a realização de evento/seminário para promover o diálogo e o debate entre MPF e demais atores, como o Judiciário, Advocacia Geral da União, Defensoria Pública da União, entre outros, convidando como palestrantes Carlos Ayres Britto, Luis Roberto Barroso e a

Relatoria dos Direitos dos Povos Indígenas da Comissão (Comissionada Rose-Marie Belle Antoine); estabelecer diálogo com tais atores, a fim de criar fóruns permanentes nos moldes dos já criados em relação à saúde em Minas Gerais. Promover diálogo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) visando à introdução de questões sobre comunidades tradicionais nas provas de concurso da magistratura federal.

Metas para 2015

- Realizar o projeto “MPF em defesa das terras indígenas”, elaborado em 2014, ainda que de forma mais reduzida;
- Cumprir as deliberações do Encontro Nacional, sobretudo as que se referem à organização de seminário, elaboração de publicação e formação de grupo de estudos;
- Aprofundar a interlocução com a Funai, aproveitando-se do diálogo já realizado por membros da 6ª CCR, como o Procurador Regional João Akira;
- Realização de 3 reuniões:
 - Abastecer a página da *internet* do GT *Demarcação* com modelos de atuações extrajudiciais (TAC, recomendações), ações judiciais, jurisprudência e artigos doutrinários.
 - Acompanhamento pelo GT *Demarcação*, a pedido dos povos indígenas, dos procuradores naturais ou da 6ª CCR, das reuniões realizadas em Brasília-DF entre lideranças indígenas e autoridades públicas, como, por exemplo, o Ministro da Justiça e a Presidente da Funai, quando a pauta referir-se à demarcação de terras indígenas.
 - Produção, pelos membros do GT *Demarcação*, de artigos acadêmicos ou jornalísticos a respeito de terras indígenas.
- Principais temas a serem acompanhados pelo GT *Demarcação* durante 2015: a) acompanhamento do andamento dos processos de demarcação de terras indígenas em curso, em todas as suas fases; b) acompanhamento da constituição de grupos técnicos pela Funai para a elaboração de estudos de identificação e delimitação de terra indígena, bem como da disponibilidade e empenho orçamentário nessa matéria, tendo em vista o grande número de terras indígenas pleiteadas sem providências por parte da autarquia indigenista; c) índios isolados e sua proteção territorial – portaria de restrição de uso e demarcação; d) desintrusão de terras indígenas ocupadas; e) gestão das terras indígenas e arrendamentos; f) laudos antropológicos; g) acompanhamento dos projetos de lei em curso que versam sobre interesses territoriais indígenas, especialmente a PEC 215, PLP 227, Portaria nº 303 da AGU e Portaria MJ que regulamenta o Decreto nº 1.775/96.

Reuniões

Março de 2015

Pauta: a) implementação do projeto e eleição de dois casos emblemáticos, com a indicação de responsáveis; b) organização de seminário; c) descentralização do grupo em subgrupos regionais; d) aprovação de eventos com parceiros; e) acompanhamento de casos no STF e na Funai.

Agosto de 2015

Pauta: a) apresentação dos trabalhos pelos grupos que cuidam dos casos emblemáticos; b) acompanhamento dos desdobramentos do seminário; c) apresentação de relatório dos subgrupos regionais; d) acompanhamento de casos no STF e na Funai.

Outubro de 2015

Pauta: a) avaliação dos trabalhos realizados; b) encaminhamento do planejamento para o ano seguinte; c) formação da pauta para o Encontro Nacional; d) acompanhamento de casos no STF e na Funai.

2.3 - Grupo de Trabalho Educação Escolar Indígena



Discussão sobre projeto relacionado à Educação Escolar Indígena, no período da manhã (5/9/2014).



Reunião do GT com a AMGE, no período da tarde, realizada em 5/9/2014.

- E-mail do grupo: 6ccr_educacao@listas.mpf.gov.br

Composição

Adriana Zawada Melo adrianazawada@mpf.mp.br

Carlos Eduardo Raddatz Cruz carloscruz@mpf.mp.br

Cristina Nascimento de Melo cristinamelo@mpf.mp.br

Henrique Felber Heck henriqueheck@mpf.mp.br

Lucyana Marina Pepe Affonso lucyanapepe@mpf.mp.br

Luis de Camões Lima Boaventura camoesboaventura@mpf.mp.br

Maria Eliane Menezes de Farias mariaeliane@mpf.mp.br

Maria Rezende Capucci maria@mpf.mp.br

Natália Lourenço Soares (Coordenadora) nataliasoares@mpf.mp.br

Paula Cristine Bellotti paulabellotti@mpf.mp.br

Paulo Gilberto Cogo Leivas pauloleivas@mpf.mp.br

Rodrigo Gomes Teixeira rodrigoteixeira@mpf.mp.br

Thais Santi Cardoso da Silva thaissant@mpf.mp.br

Corpo Técnico

César Augusto Baldi (Assessor Jurídico) cesaraugusto@mpf.mp.br

Leonardo Leocádio da Silva (Analista do MPU/Perícia/Antropologia) leonardosilva@mpf.mp.br

Priscila Lombardi da Cruz (Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração) priscilalombardi@mpf.mp.br

- Relatório de Atividades

O GT *Educação Indígena* vem acompanhando a implantação dos territórios etnoeducacionais. Também buscará uma experiência piloto de discussão e acompanhamento da formação destes, tendo sido eleito para tanto o Estado do Amapá, que conta com os territórios do Oiapoque e do Tumucumaque.

O GT acompanha, ainda, a contratação e formação dos professores indígenas nos diversos estados, bem como o estabelecimento de diretrizes para essas ações e as responsabilidades dos gestores nesse mister. Além disso, vem atuando para fortalecer o controle social, tomando como parâmetro os critérios adotados pelos Distritos Sanitários de Saúde Indígena. Pretende-se que os territórios etnoeducacionais adotem os mesmos parâmetros de controle.

O GT tem trabalhado a teoria do *disparate impact* (discriminação intencional) em relação à aplicação das verbas públicas destinadas à educação indígena, por meio do chamado "racismo institucional".

Quanto à fiscalização dos recursos, foi noticiada pelo MEC, em reunião realizada em 8 de dezembro de 2013, a existência de um sistema de acesso e controle. Os representantes do GT solicitaram o cadastramento a esse sistema, com destinação de *login* e senha para acesso dos dados.²

²Conforme informado pela Secadi à 6ª CCR, "em atendimento à Lei nº 12.527/2011 e com a finalidade de dar transparência aos procedimentos de transferências de recursos, o FNDE disponibiliza no seu portal todas as informações constantes dos Termos de Compromissos, relativos ao PAR e ao PAC-2-

Em 2014 o Grupo de Trabalho *Educação Indígena* discutiu sobre o acesso à educação indígena superior, no que tange os critérios adotados na execução dos vestibulares (ingressos nas universidades federais) e os problemas derivados da adoção de diferentes critérios das políticas de cotas; a dificuldade de acesso dos indígenas para realizarem as provas do vestibular, tendo em vista a falta de financiamento para deslocamento por parte dos órgãos governamentais; problemas relativos ao Programa de Bolsa Permanência, ao qual o acesso passou a ser burocratizado em decorrência da má gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e pela própria rotina administrativa decorrente da portaria regulamentadora.

Na prática, a universidade cria uma comissão que busca viabilizar o acesso à bolsa por parte dos indígenas. Há, contudo, problema de limitação, uma vez que a portaria refere-se a indígenas que moram em aldeia e não àqueles que moram na cidade. Segundo os grupos indígenas, os estudantes que estão na cidade devem ser reconhecidos pela comunidade de origem; caso não seja validado pela universidade, o indígena volta para o requisito geral recebendo uma bolsa de menor valor. A Secretaria de Educação Superior (Sesu) é o órgão que homologa a inscrição da bolsa permanência encaminhada para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promover a descentralização de recursos; experiência exitosa do Programa “Rede de Saberes”, financiado pela Fundação Ford, que propiciou várias ações centradas na criação de um espaço de convivência como fator central de auxílio-permanência do indígena na universidade, estando encaminhada a terceira etapa do projeto, objetivando a inclusão no mercado de trabalho e também a permanência dos indígenas em termos de pós-graduação.

Por fim, foi levantado também o problema do retorno dos professores indígenas para suas respectivas comunidades, em termos de concurso público para professor, no qual o processo seletivo não faz uma avaliação adequada. Esse é um problema que se reproduz no Brasil todo e há a necessidade de avaliar uma forma de ingresso diferenciada, visto que o concurso não é a melhor forma de contratação, ocorrendo, inclusive, a possibilidade de inviabilizar a carreira do professor indígena.

Foi realizada reunião do GT com representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e Fundação Nacional do Índio (Funai), acerca da educação escolar indígena. Sobre o problema das quesitações para uma educação diferenciada, a Capes sustentou não ter função propositiva, sendo essa responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é centro de pesquisa definidor de diretrizes orçamentárias para educação básica e ensino superior, ao passo que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apenas é

Educação. Para acessar, basta clicar no link <http://simec.mec.gov.br/par/carregaTermos.php>, optar por estado e/ou prefeitura e indicar a unidade da federação e o nome do município desejado”.

agência fomentadora. Segundo representante do Museu do Índio, a Capes avalia a pós-graduação e pode ser indutora de política para a pós-graduação.

Em reunião com o Inep, o GT apontou a necessidade de obtenção de dados que sejam utilizados pelo membros do MPF com o objetivo de aprimorar a educação indígena. Os membros apresentaram a conclusão de que os dados expostos pelo Inep não refletem adequadamente a realidade indígena e, por consequência, os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) também não fazem tanto sentido, principalmente pelo sistema avaliativo adotado.

Ademais, o GT fez um levantamento de toda a legislação escolar indígena e das linhas de financiamento existentes. Também a Secadi, em resposta à solicitação do GT, encaminhou nota técnica apontando os programas que são ou podem ser acessados pelos gestores municipais, estaduais e federais, que será encaminhada para todos os representantes da 6ª CCR como auxílio na atuação dos colegas da ponta.

A partir das discussões e reuniões realizadas ao longo do ano, o GT apontou como prioridade para 2015 o aperfeiçoamento do censo escolar do Inep, a partir da perspectiva de que ele não obtém dados confiáveis acerca da educação escolar indígena e sem dados confiáveis nem a administração pode planejar a melhora da educação indígena, nem o Ministério Público Federal pode realizar um trabalho de qualidade para a melhoria da educação escolar indígena.

Assim, foi elaborado pelo GT o projeto “MPF em defesa da educação indígena”, cujas finalidades consistem em: desenvolver um diagnóstico que avalie os formulários, a metodologia e os resultados obtidos pelo censo do Inep em 2013, naquilo que tangencia a questão indígena; alcançar melhorias na educação indígena pela eficiente fiscalização das políticas públicas e recursos destinados às escolas indígenas; promover na implementação de políticas públicas a consolidação de uma educação diferenciada para os grupos indígenas, em especial, a partir de dados confiáveis sobre a realidade específica dos povos indígenas; fornecer instrumentos para a atuação dos membros, de forma a possibilitar a coordenação de ações em acordo com as diretrizes estratégicas da 6ªCCR; organizar um sistema de assessoria ao membro, fornecendo diagnósticos e dados precisos, com o objetivo de auxiliar na instrução judicial e extrajudicial dos procedimentos relativos à educação indígena. O projeto foi aprovado e iniciará sua execução em 2015.

Metas para 2015

Diante do exposto, o Grupo de Trabalho *Educação Indígena*, a fim de alcançar os seus objetivos, tem como plano de ação para 2015 a execução do projeto “MPF em defesa da educação indígena”, abarcando inclusive a disponibilização de dados para as

procuradorias; mapa interativo que compare e monitore a situação declarada no censo escolar e a atuação do MPF; realização de seminário.

A finalidade do seminário seria debater com os indígenas, movimentos sociais e instituições que trabalham com a educação indígena, os principais problemas acarretados pelos formulários do censo, na medida em que produzem impactos significativos na descentralização de recursos. Logo, seria uma oportunidade para haver um espaço participativo no qual a sociedade tentaria pautar alguns parâmetros de melhoria para o censo escolar e talvez fomentar a constituição do Censo Escolar Indígena. Assim, é de se observar que os dados do último censo serão apresentados, sendo uma oportunidade para também demonstrar quais seriam os principais problemas enfrentados e como as instituições públicas poderiam se organizar para atender melhor as especificidades exigidas para uma boa educação indígena.

2.4 - Grupo de Trabalho Quilombos



Reunião do GT Quilombos (15/9/2014)

E-mail do grupo: 6ccr_quilombos@listas.mpf.gov.br

Composição

Antônio Marcos da Silva de Jesus marcosjesus@mpf.mp.br

Cristina Nascimento de Melo cristinamelo@mpf.mp.br

Daniel Antônio de Moraes Sarmento dsarmento@mpf.mp.br

Fabiana Keylla Schneider fabianaschneider@mpf.mp.br

Leandro Mitidieri Figueiredo leandromitidieri@mpf.mp.br

Lilian Miranda Machado lilianmachado@mpf.mp.br

Lucas Aguilar Sette lucassette@mpf.mp.br

Maria Luiza Grabner (Coordenadora) mariagrabner@mpf.mp.br

Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira nathaliamariel@mpf.mp.br

Roberto Moreira de Almeida roberto@mpf.mp.br

Ticiane Andrea Sales Nogueira ticiananogueira@mpf.mp.br

Walter Claudius Rothenburg rothenburgwc@mpf.mp.br

Corpo Técnico

Angela Baptista (Assessora Pericial) angela@mpf.mp.br

César Augusto Baldi (Assessor Jurídico) cesaraugusto@mpf.mp.br

Monique Ganime Ferraz (Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração) moniqueferraz@mpf.mp.br

-Relatório de Atividades

I) O Grupo de Trabalho *Quilombos* realizou quatro reuniões ordinárias e duas apresentações em 2014, a saber:

- Reunião do GT *Quilombos* - 17/3/2014 (Brasília);
- Reunião do GT *Quilombos* - 18/3/2014 (Brasília);
- Reunião conjunta dos GTs da 6ª CCR - 7/8/2014 (Brasília) - para discutir estratégias de atuação dos Grupos de Trabalho e elaboração de projetos nas respectivas temáticas;
- Reunião do GT *Quilombos* - 15/9/2014 (Brasília);
- Apresentação do GT *Quilombos* no II Encontro Temático da 6ª CCR/MPF - 8/10 e 9/10 (Salvador/BA);
- Apresentação do GT *Quilombos* no XIV Encontro Nacional da 6ª CCR/MPF - 3/12 a 5/12 (Florianópolis/SC);

II) Em 2014 o GT prioritariamente continuou a dar seguimento ao Inquérito Civil Público-ICP nº 1.00.00.000991/2010-55 instaurado em 18/11/2009 para apurar a situação geral das políticas públicas destinadas à garantia do direito à terra das comunidades quilombolas no Brasil. Para o que interessa ao presente relatório, limito-me a sintetizar a seguir as importantes iniciativas tomadas pelo GT em 2014 visando atingir os objetivos do ICP, bem ainda os resultados até aqui alcançados:

a) Foi solicitado pelo GT ao assessor em Economia da 6ª CCR/MPF, Fernando Sanchez de Souza, que desse seguimento, em 2014, ao acompanhamento das Ações Previstas no Programa Brasil Quilombola e/ou Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, ambos vinculados à unidade orçamentária do Incra, de interesse para o presente inquérito. Para tanto, foram elaboradas as Informações Técnicas (ITs) nº 003/2014 e 007/2014. Tal seguimento já ocorrera em 2011, 2012 e 2013 e permitiu a verificação do orçamento disponível, valores empenhados e efetivamente pagos em relação às ações de interesse do ICP denominadas "indenização" e "demarcação". **Importante realçar que, a**

partir de 2014 a atualização dos dados orçamentários do Incra é realizada quinzenalmente pelo analista pericial em Economia da 6ª CCR acima nominado e está disponibilizada na página da Câmara (Caminho: endereço MPF internet, GT Quilombos, Orçamento Temático: LOA 2014 – Execução orçamentária – Quilombos e Populações Tradicionais).

Neste ponto cabe lembrar que a partir do acompanhamento do orçamento quilombola pelo GT, o quadro - que era de total ineficiência na execução orçamentária encontrado pelo grupo por ocasião da instauração do inquérito (2009)- melhorou consideravelmente, como provam os informes e relatórios produzidos pela assessoria econômica da 6ª CCR/MPF juntados aos autos. Se tínhamos uma execução orçamentária de 0% de 2004 a 2008, exceção 2006, e 6,52% em 2009, referente ao pagamento de indenização aos ocupantes de territórios quilombolas; e para o reconhecimento, demarcação e titulação de áreas quilombolas, apenas 21,27%, em 2011 chegou-se ao empenho de 98,31% dos recursos orçamentários dispostos para as ações eleitas pelo GT *Quilombos*, já referidas, ou seja, de fato as ações "indenização" e "demarcação" foram utilizadas quase em sua totalidade. Em 2012 houve uma queda dos números, mas ainda assim ocorreu o empenho de 85,08% dos recursos orçamentários previstos (cf. IT 002/2013 de 30/4/2013 do assessor econômico da 6ª CCR Fernando Sanches de Souza).

Nada obstante, o quadro acima, aparentemente promissor, modificou-se repentinamente em 2013, com a redução do orçamento em mais de 50%, conforme pode ser constatado por meio de análise técnica realizada a pedido do GT *Quilombos*. Cumpre aqui ressaltar que a IT nº 007/2013, elaborada em 23/9/2013 a pedido do GT, traz importantes informações acerca das ações orçamentárias relacionadas com a demarcação e regularização das terras dos quilombolas no período que se inicia em 2004 e se encerra em 2013. Atualizando tais dados, a IT nº 007/2014, de 6/10/2014, complementada pela IT nº 001/2015, de 12/2/2015, cujas cópias integram o presente relatório, apresentam dados da execução orçamentária da despesa das ações diretamente relacionadas com a demarcação das terras dos quilombolas elencadas nas ações respectivas no período de 2004 a 2014. Nas planilhas constantes dos Apêndices da referida IT está apresentada a variação percentual ano a ano das dotações orçamentárias, do orçamento autorizado, dos valores empenhados, dos liquidados e dos pagos no período de 2004 a 2014. Os dados de 2014 referem-se ao acumulado nesse ano, até 05 de janeiro de 2015.

Observou-se, em valores nominais, dos dados apresentados (vide quadro constante da IT nº 001/2015 já referida), que os montantes nominais do orçamento autorizado aumentaram significativamente de 2004 a 2012. A partir de 2012 o orçamento autorizado reduziu gradativamente, retornando a valores de 2007 e 2011. Em outra tabela (também constante da IT nº 001/2015), o analista de economia optou por comparar os "valores empenhados por ano, pois refletem obrigatoriamente o orçamento autorizado e o contingenciamento que tenha ocorrido no período, em face do que prescreve o art. 58 da Lei 4.320/64". Verifica-se nesse último quadro demonstrativo que houve um aumento real dos

valores empenhados de 2004 até 2006. De 2007 a 2009 os valores empenhados reduziram gradativamente e em 2010 houve considerável crescimento real. Já em 2011 houve uma pequena queda. Em 2012 voltou a crescer e atingiu o maior valor da série histórica. Em 2013 sofreu uma pequena redução de 7%. Para 2014, base de referência dos demais montantes, houve redução de 39% nos valores empenhados até 5/1/2015 em relação a 2013, conforme demonstrado no Quadro 2 da IT 001/2015.

b) Relembro que, desde a reunião realizada em 17/5/2013 entre o GT e representantes do Incra, constatou-se já naquela altura, a diminuição significativa da atuação do Incra na efetivação da política territorial quilombola – quadro que se manteve em 2014 - refletida nos números e resultados alcançados até então, como depois se confirmou nos estudos mencionados no item a) acima. Os representantes do Incra na referida reunião, a par de reconhecer a importância da atuação do MPF para impulsionar os procedimentos ali em curso, acabaram por reconhecer que o Governo tem solicitado mais informações do que aquelas previstas na Instrução Normativa que regulamenta o procedimento administrativo de identificação, demarcação e titulação de terras para comunidades quilombolas, comportamento esse que nominaram de “qualificação dos dados”, por meio da ampliação do campo das consultas em descompasso com a referida IN, criando maiores “empecilhos burocráticos” sobretudo em razão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal “novo” procedimento acabou por ocasionar uma queda acentuada na publicação de Relatórios Técnicos de Identificação e Demarcação (RTIDs) e Portarias, como ficou demonstrado no Relatório Técnico nº 117/2013 elaborado pelo analista pericial em antropologia da 6ª CCR/MPF Leonardo Leocádio da Silva e explicitado em nosso relatório de atividades de 2013.

c) Relembro ainda a questão da crônica insuficiência de servidores lotados no setor de regularização fundiária do Incra, que era cerca de 85 por ocasião da instauração do ICP. Por meio de Ofício nº 180/2013, o Incra atualizou as informações ao GT no tocante ao número de antropólogos, que chegava a 60 no quadro de servidores públicos até àquela data (julho/2013). O último concurso foi realizado em 8/4/2010, com validade até 28/12/2013 e previsão de 46 vagas para o cargo de antropologia, sendo que, conforme informado, os candidatos estão sendo nomeados continuamente até o provimento de todas as vagas. Informação mais recente do Incra dá conta de que o número de técnicos – antropólogos e engenheiros agrônomos – foi ampliado para 134 profissionais em todo o Brasil (cf. Relatório Técnico nº 071/2014/6ª CCR/Asper, de 19/9/2014). Nada obstante, relembre-se que, em várias reuniões presenciais o GT *Quilombos* posicionou-se veementemente pela possibilidade de contratação excepcional de antropólogos no caso, uma vez configurada a situação de carência do quadro dos servidores do Incra, com base na Lei nº 8.745/1993, que define parâmetros para a contratação temporária. Tal posicionamento do GT foi fundamental para que o Incra revisse sua anterior postura, assentada em parecer jurídico do órgão, que concluía pela impossibilidade dessa contratação excepcional, fosse por convênios ou via

licitação. A partir daí, e sem prejuízo de eventuais outras medidas visando aumentar o quadro de servidores antevisto, houve por bem o Incra de lançar o Edital de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico (nº 15 de 17/8/2011), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para elaboração de 158 Relatórios Antropológicos, divididos em 41 Lotes, referentes às comunidades quilombolas ali listadas, que servirão à confecção dos RTIDs necessários à identificação e delimitação dos respectivos territórios. Em resposta aos questionamentos feitos pelo GT *Quilombos*, o Presidente do Incra informou, por meio do Ofício nº 180/2013-P, de 3/7/2013, que foram contratados 115 relatórios antropológicos, sendo que apenas 14 deles tiveram o trabalho de campo e redação concluídos. Atualmente, a maior parte deles estão em complementação de dados, fruto da análise realizada pelo Incra e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sendo que a previsão de entrega era até dezembro/2013. Na mesma correspondência o Incra informou a sua justificativa para a demora na conclusão desses trabalhos, a saber: dificuldades técnicas do trabalho de campo pelas empresas contratadas; dificuldades técnicas do próprio Incra; e dificuldade inicial na análise dos primeiros produtos entregues. Conforme dados disponíveis até 27/7/2014 no *site* do Incra, apenas um RTID foi publicado - em 25 e 30/5/2013 - referente às Comunidades *Caonge, Calambá, Dendê, Engenho da Ponte e São Tiago do Iguapé*, localizadas no Município de Cachoeira, no Estado da Bahia. Bem por isso, o GT continua atento às questões envolvendo a modalidade de licitação escolhida (pregão) e a capacidade técnica das empresas participantes, que são motivos de preocupação do Grupo, que, por sua vez, vem solicitando esclarecimentos ao Incra a respeito do encaminhamento dos processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas que tiveram os respectivos Relatórios Antropológicos licitados.

d) Importante relembrar também os contatos efetuados pelo GT *Quilombos* com a ABA, visando debater e buscar soluções voltadas à melhoria da qualidade técnica dos laudos antropológicos que instruem os procedimentos administrativos de identificação e demarcação dos territórios quilombolas a cargo do Incra. Devido às várias deficiências observadas, muitos desses estudos tornaram-se vulneráveis às contestações, inclusive judiciais, o que poderia dificultar e atrasar o processo de regularização respectivo. Como fruto dessa interlocução, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em 19/10/2011 e ainda em vigor entre a ABA e o Incra "com o objetivo de fortalecer os trabalhos de regularização fundiária dos territórios quilombolas desenvolvidos pelo INCRA". Portanto, graças a tal instrumento, a ABA, desde então, vem acompanhando e avaliando os relatórios antropológicos contratados pelo Incra, visando garantir a qualidade desses trabalhos, como se viu no item c) acima;

e) Nesse mesmo contexto de maior fiscalização do MPF sobre as ações do Incra, o GT *Quilombos* também acompanhou a notícia (de 17/5/2012) de uma outra parceria instituída entre o Incra e a Seppir para agilizar a identificação e delimitação de áreas quilombolas com a descentralização de R\$1,2 milhão para ações daquele Instituto voltadas à elaboração de

RTIDs, que incluem estudo antropológico, levantamento fundiário, de planta e memorial descritivo, assim como o cadastramento das famílias quilombolas. Ficou, na mesma ocasião, acertada a composição de um grupo de trabalho conjunto para atuar na qualificação e monitoramento de informações dos processos de titulação em andamento no Incra. Em reunião do GT realizada em 17/5/2013, os representantes do Incra informaram que tal parceria vem dando certo e “pelos dados, pode-se perceber uma vinculação orçamentária de cerca de 80% do recurso, o que apresenta um empenho significativo, sendo que este Termo de Cooperação reflete esta boa execução”. Perguntados pelo GT sobre por que, então, não houve publicação de RTIDs e Portarias no mesmo ritmo, informaram que as limitações dos recursos humanos seriam um dos grandes entraves a par também do maior nível de exigência do Governo Dilma, para “qualificação dos dados”, introduzindo etapas não previstas na Instrução Normativa respectiva, como já referimos no item b) acima;

f) Relembramos, para efeito de comparação, que o Plano Plurianual (PPA)2012-2015 traça metas, de responsabilidade do Incra, referentes ao objetivo nº 0987, que visa "realizar a regularização fundiária das comunidades quilombolas, por meio da delimitação, reconhecimento, indenização das benfeitorias e imóveis, desintrusão e titulação dos territórios quilombolas." São as seguintes metas previstas para o referido quadriênio: a) contratar e conveniar a elaboração de relatórios antropológicos; b) Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas; c) Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas; d) Publicar 140 Portarias reconhecendo 64.000 hectares e beneficiando 14 mil famílias; e) Publicar 190 RTIDs, identificando 660.000 hectares, beneficiando 13 mil famílias; f) vistoriar e avaliar 520.000 hectares de terras inseridas nos territórios quilombolas, indenizando 250.000 hectares.

g) No entanto, se houve efetivamente uma "movimentação" orçamentária mais eficiente em 2011 e 2012, como se viu no item a) acima, aliada ao aumento efetivo da contratação de relatórios antropológicos, peça fundamental à confecção dos RTIDs que conferem maior segurança jurídica às comunidades quilombolas, como se viu no item c) acima, infelizmente tal quadro não se reverteu, até o momento, em conquistas concretas por parte desses povos, uma vez que dados atuais da política de regularização dos territórios quilombolas do Incra (obtidos do *site* oficial em 2014) apontam para uma decadência dos números e metas em 2012, 2013 e também em 2014. Relembre-se que até o final de 2012 tivemos a publicação de apenas 12 Decretos de Desapropriação por Interesse Social; 3 Portarias de Reconhecimento de Território; 4 Relatórios Técnicos de Identificação e Demarcação; 4 títulos de propriedade coletiva da terra (dados do Incra). Já em 2013 os números foram em sua totalidade ainda piores, sendo que, até o final daquele ano tivemos a publicação de apenas 11 Decretos Presidenciais de Desapropriação por Interesse Social; 7 Portarias de Reconhecimento de Território; 3 Relatórios Técnicos de Identificação e Demarcação; 00 títulos de propriedade coletiva da terra (dados do Incra). O ano de 2014 não destoa desse cenário de escassez

continuada na implementação das políticas públicas voltadas à regularização territorial quilombola. Conforme apurado no *site* do Incra, foram publicados em 2014: 10 Relatórios Técnicos de Identificação e Demarcação; 13 Portarias de Reconhecimento de Território; 00 Decretos de Desapropriação por Interesse Social; 4 Títulos de propriedade coletiva da terra. Somados os resultados obtidos nesses três anos, eles perfazem apenas 19,17%, 16,43% e 8,85%, respectivamente, do número de decretos, portarias e RTIDs estimados pelo PPA referente ao quadriênio 2012-2015, como visto anteriormente, o que continua muito abaixo da média, mesmo para cada ano!

h) Portanto, as informações prestadas em reuniões realizadas em 2013 entre o GT e representantes do Incra, aliadas aos dados obtidos nos *sites* oficiais e trabalhados pela assessoria técnica da 6ª CCR a pedido do grupo, mostram que os "gargalos" desde o início identificados, de que tem, portanto, pleno conhecimento o Incra e, eventualmente, outros fatores políticos não declarados, continuam a impedir a plena e eficaz implementação da política pública voltada à garantia do território étnico dos povos quilombolas no Brasil, nada obstante os inegáveis avanços em relação a alguns aspectos considerados pelo GT por ocasião da instauração do Inquérito Civil Público em apreço, já examinados nos itens anteriores. Cumpre ainda relatar, pela importância, a reunião do GT, realizada em 6/9/2013, com servidores do Incra, os quais trouxeram dados importantes sobre tais "gargalos". Informaram, por exemplo, que "só estão sendo aprovados processos onde não há conflitos ou sobreposição de interesses públicos ou privados no território. Informaram que existem diversos processos tecnicamente prontos, dependendo apenas de uma decisão política/administrativa para o prosseguimento. Afirmaram que existiam 21 processos nessas condições, dos quais apenas 06 foram aprovados, justamente aqueles nos quais não havia registro de qualquer espécie de conflitos. Enfatizaram que discordam desse encaminhamento e que vinham buscando priorizar justamente os processos nos quais existe iminência de conflito, justamente em razão do risco que representam e da perspectiva de solução por meio da garantia dos direitos dos quilombolas." A propósito desse debate, segue o link da reportagem em que se encontra a nota encaminhada pela Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (CNASI) confeccionada pelos servidores (<<http://reporterbrasil.org.br/2013/09/servidores-do-incra-criticam-lentidao-e-retrocesso-no-processo-de-reconhecimento-de-areas-quilombolas/>>) e (<<http://www.radiotube.org.br/audio-2990Z73sPVnIw>>).

Bem por isso, o GT *Quilombos*, atento à vertiginosa redução dos números e metas, aos baixos números alcançados em 2012 e 2013 e, quando em comparação às metas estipuladas no PPA-2012-2015 (item f) acima) acabou por confirmar a necessidade de uma ação coordenada, prevista no planejamento do GT do ano anterior, que foi efetivamente desencadeada na semana do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) sob a coordenação da 6ª CCR, qual seja, uma atuação conjunta do MPF em todo o Brasil, concebida prioritariamente pelo GT e debatida previamente no Encontro Nacional da 6ª CCR/MPF, realizado em João Pessoa, na Paraíba, em junho de 2013 e também no Encontro Regional da

6ª CCR realizado em Alter do Chão-PA, em outubro de 2013. Os resultados da Ação Coordenada do MPF em defesa das terras quilombolas na Semana da Consciência Negra podem ser conferidos com mais detalhes na página da 6ª CCR/MPF, no *site* da PGR.

i) Também a pedido do GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais* foi produzido em 14/11/2013 o Relatório Técnico nº 117/2013, pelo analista pericial em antropologia da 6ª CCR/MPF Leonardo Leocádio da Silva. Esse Relatório Técnico teve por objeto apontar os principais empecilhos estruturais que o Incra vem enfrentando para a consolidação de uma política pública eficaz de regularização de Territórios Quilombolas, que persistiram em 2014 com pequenas alterações. Dessa forma, a análise efetuada promove uma reflexão sobre os dados orçamentários, o quantitativo de funcionários e, por fim, visualiza aspectos dos empecilhos ocasionados por ingerências políticas e seus impactos nos resultados da política pública desde sua implementação, em 2004. Assim, detalhando de maneira bastante didática e ilustrando com gráficos, os poucos resultados obtidos pela atual política do Governo Federal de regularização de territórios quilombolas, em cotejo com o orçamento e quadro técnico disponível no referido Relatório Técnico, foi também fundamental para embasar a série de ações coordenadas pela 6ª CCR em todo o Brasil, por ocasião da Semana da Consciência Negra (de 18 a 22 de novembro de 2013), com atuação destacada dos membros do GT *Quilombos*, entre outros colegas com atuação na matéria.

j) Sem prejuízo, o GT persiste na sua atividade extrajudicial, buscando a interlocução com as autoridades responsáveis pela implementação dessa política e outras instituições parceiras, a saber: Incra, FCP, Seppir, AGU, Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e ABA, sempre na busca de informações atualizadas sobre os encaminhamentos adotados, visando à adoção de medidas eficientes voltadas à garantia dos territórios quilombolas.

k) Nesse passo, cumpre ressaltar importante iniciativa da 6ª CCR por meio de reunião com todos os integrantes dos respectivos GTs realizada em Brasília, em 7/8/2014, para discutir estratégias de atuação dos grupos de trabalho e elaboração de projetos temáticos. A partir das deliberações tomadas nessa reunião, o GT *Quilombos*, em reunião realizada em 15/9/2014, atribuiu ao analista pericial em antropologia do MPU Leonardo Leocádio da Silva a responsabilidade inicial pelo preenchimento dos formulários referentes a dois projetos de iniciativa do GT *Quilombos*, que contou também, para sua finalização, com a colaboração do servidor Rodrigo Coimbra e da analista pericial em antropologia do MPU Rebeca Campos Ferreira. A saber: 1º Projeto: "Manual de Atuação: reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas" e 2º Projeto: "Manual de Atuação: Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas". Os projetos foram finalizados e encaminhados para a 6ª CCR em 19/12/2014 e aguardam a apresentação ao Subcomitê de Projetos Finalísticos do MPF pela gerente do primeiro projeto e coordenadora do GT *Quilombos*, Maria Luiza Grabner, a ser realizada em 23/2/2015;

l) **Também em razão das deliberações tomadas na referida reunião de 7/8/2014, o GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais* teve o seu nome alterado para GT *Quilombos***, tendo em vista a absorção do tema “Comunidades Tradicionais” pelo GT *Conhecimentos Tradicionais*, que também teve o seu nome alterado, consequentemente, para GT *Comunidades Tradicionais*. Tais mudanças permitirão uma maior concentração de esforços dos integrantes do GT *Quilombos* na fiscalização do cumprimento das políticas públicas territoriais e de todas as demais voltadas às comunidades quilombolas, o que se tornava particularmente difícil em face da amplitude do tema então objeto da atuação do grupo;

m) Ainda como fruto da reunião que congregou todos os membros de GTs da 6ª CCR e reforçou a necessidade da criação de mecanismos para maior aproximação entre as atividades dos GTs e a base, foi realizado o Encontro Regional da 6ª CCR, coordenado pelo GT *Quilombos*, em 9 e 10 de outubro, na cidade de Salvador-BA, ocasião em que foram debatidos os seguintes temas recorrentes na atuação dos membros: 1) Conflitos territoriais: territórios tradicionais indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais e unidades de conservação; 2) Políticas Públicas para as comunidades quilombolas e territórios tradicionais não regularizados; 3) Licenciamento ambiental e consulta pública em territórios quilombolas; 4) Balanço da ação coordenada de 2013 na defesa das terras quilombolas. Na Plenária desse Encontro, realizada em 9/10, foram aprovados vários enunciados de capital importância para orientar a atuação dos membros na temática quilombola, entre outras afins. Tais enunciados foram posteriormente referendados no XIV Encontro Nacional da 6ª CCR realizado de 3 a 5/12/2014 na cidade de Florianópolis/SC, compondo o quadro geral de enunciados da 6ª CCR que pode ser acessado em <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf/enunciados/enunciados/>. **No mesmo Encontro Regional foram distribuídas as primeiras versões impressas do Manual de Atuação “Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o assecuramento de Direitos Socioambientais”.**

III) Outra questão grave identificada pelo GT *Quilombos* quando da instauração do ICP, que continuou a merecer acompanhamento atento do Grupo durante todo o ano de 2014, foi o número significativo de procedimentos relativos aos territórios quilombolas paralisados no Incra e em outros órgãos do Governo Federal, como a Câmara de Conciliação da AGU e Casa Civil. Relembre-se que, diante de tal quadro, o GT *Quilombos* expediu nos anos anteriores vários ofícios, realizou diversas reuniões com as autoridades competentes e, diante da persistência dos impasses e demora na resolução dos conflitos noticiados por tempo muito além do razoável, todas sem conciliação ou arbitragem, a configurar grave omissão da União, o tema foi elencado como prioritário para atuação do GT, no XII Encontro Nacional da Sexta Câmara/MPF realizado de 12 a 14/3/2012. Assim, e após várias tentativas infrutíferas de resolução amigável, o GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais* expediu, em 24 de

outubro de 2012, a Recomendação nº 01/2012, com o prazo de 180 dias, ao Senhor Consultor-Geral da União para que promovesse a conciliação ou, quando não cabível esta, a arbitragem das controvérsias entre órgãos e entidades públicas federais submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), envolvendo a consecução de políticas públicas para a realização de direitos fundamentais, em especial das seguintes comunidades quilombolas: Machadinho, São Domingos e Família dos Amaros (Paracatu/MG); Cunani (Calçoene/AP); Comunidades do Rio Trombetas (Oriximiná/PA); Território Quilombola do Jamari, Juquizeiro, Juquei e Palhal (Oriximiná/PA); Santo Antônio do Guaporé (São Francisco do Guaporé/RO); Mumbuca (Jequitinhonha e Almenara/MG); São Roque ou Pedra Branca (divisa do RS/SC); Morro Alto (RS); Cachoeira Porteira (PA); Jamari/Último Quilombo (Alto Rio Trombetas/PA); Moura (PA); Marambaia (RJ); Alcântara (MA); Rio dos Macacos (BA).

Relembre-se que a CGU/MPF já solicitara reunião ao GT e à 6ª CCR/MPF para prestar esclarecimentos sobre o objeto da Recomendação, que fora realizada em 17/12/2012, quando foram entregues documentos por meio do Ofício nº 181/2012/CGU/AGU, de 14/12/2012. Posteriormente, às vésperas da reunião do GT *Quilombos* de 8/4/2013, mais documentos foram encaminhados pelo Ofício nº 60/2013/CGU/AGU, em complementação às informações repassadas pelo ofício anterior, dando conta de uma série de providências que estão sendo tomadas visando ao cumprimento da Recomendação do MPF, com solicitação de mais prazo para tanto. Outros documentos foram ainda encaminhados pela CGU/AGU em complementação aos ofícios anteriores, a saber: Ofícios nº 62/2013, 74/2013, 95/2013, 104/2013, 122/2013, 164/2013, e 001/2014. O Sr. Consultor-Geral da União solicitou, ainda, uma audiência com a 6ª CCR para prestar outros esclarecimentos pessoalmente. A vasta documentação enviada foi tabulada pela assessora do GT Ângela Baptista, à medida que foi dando entrada na 6ª CCR, sendo que parte desse material já foi analisado por ocasião da reunião do GT *Quilombos*, realizada em 8/4/2013, ocasião em que o GT deliberou por solicitar outros esclarecimentos e/ou complementação das informações até ali prestadas. Em decorrência, foi encaminhado pela CGU Ofício nº 79/2013-CGU-AGU tratando especificamente da resposta às indagações contidas no Ofício nº 215/2013/6CCR/MPF. Subsequentemente, foram encaminhados pela CGU/AGU os Ofícios nº 99/2014, 119/2014, 120/2014. O Relatório Técnico nº 071/2014/6ª CCR/Asper, elaborado pela assessora do GT Ângela Baptista em 19/9/2014, sintetiza o estado atual dos entendimentos com a CGU/AGU: foram encaminhados CD-ROMs com todos os processos nos quais se discute a sobreposição entre áreas quilombolas e Unidades de Conservação, para conhecimento e providências; informa-se o cancelamento da reunião agendada no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos. Também informa que a natureza do assunto – formulação de políticas públicas – suscitou provocação da Subchefia da Casa Civil da Presidência da República e tais processos também foram encaminhados ao MMA. A análise da maior parte dessa documentação encaminhada pela CGU/AGU já foi realizada pelo membro do GT *Quilombos* Lucas Sette, que constatou a falta de efetividade dos encaminhamentos dos processos na Advocacia Geral da União, do ponto de vista do interesse das comunidades

quilombolas. Pelo contrário, o GT teve conhecimento de tratativas realizadas no âmbito da CCAF dando conta de relocação de populações quilombolas com o aval do Incra. Em razão disso, em reunião do GT *Quilombos* realizada em 15/9/2014 em Brasília, pretendeu-se estabelecer uma estratégia de atuação conjunta entre 6ª e 4ª CCR, o que acabou prejudicada em face da impossibilidade de participação da coordenadora da 4ª CCR convidada, a subprocuradora-geral da República Sandra Cureau, por motivo de força maior. Tal providência de atuação conjunta mostra-se ainda mais necessária, tendo em vista as informações recentemente trazidas ao conhecimento do GT *Quilombos* por meio do Ofício nº 005/2015/CGU/AGU, de 7/1/2015, onde se lê que o Ministério do Meio Ambiente, provocado pela CGU/AGU, alinha informações consolidadas por aquela pasta ministerial com posicionamento individualizado para cada questão objeto das controvérsias. A CGU explicita que as informações constantes do documento do MMA “dão conta do atual estado das negociações, que presentemente se desdobram diretamente entre os entes interessados, aos quais cabem providências efetivas para resolução do problema” e “referidas informações dão conta de necessidade de ajustamento técnico e de gestão entre os Ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário e das respectivas autarquias vinculadas, no caso o ICMBIO e INCRA”. Aduz, por fim, que “os referidos ajustes transcendem a área de atuação e competência dessa Consultoria-Geral da União” e “os processos administrativos, de que se trata, estão sob a guarda do Ministério do Meio Ambiente”. Por mais esse motivo e sem prejuízo do tratamento conjunto da questão pela 6ª e 4ª CCR/MPF, o GT *Quilombos* entende que os processos administrativos de demarcação de territórios quilombolas devem ter seguimento junto ao Incra, independentemente das tratativas em curso perante a CCAF, tratando-se de matéria prioritária, conforme planejamento do GT para 2015;

IV) Importante ressaltar, em complementação ao item III) anterior, que muitos dos conflitos levados à Câmara de Conciliação e Arbitragem da CGU/AGU dizem respeito à sobreposição de territórios tradicionais – indígenas, quilombolas e outros - com Unidades de Conservação Ambiental e, especialmente, as Unidades de Conservação da natureza de Proteção Integral, cuja presença humana tem sido apenas tolerada em condições excepcionais pela maioria dos gestores ambientais, tanto em âmbito federal quanto estadual. Por esse motivo, desde o Encontro Nacional da 6ª CCR/MPF, ocorrido no período de 22 a 26 de novembro de 2010, na cidade de Campo Grande/MS, o GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais* teve a oportunidade de propor e ver acolhida pela plenária do Encontro a proposta de atuação prioritária no tocante aos conflitos decorrentes da sobreposição de unidades de conservação ambiental com territórios tradicionais.

Por conta disso, a coordenadora do GT expediu o Ofício nº 3.369/2010–PRR 3ª Região já em 10 de dezembro de 2010, encaminhando considerações sobre a minuta de Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) voltada a disciplinar “as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração e implementação de Termos de Compromisso em Unidades de Conservação Federais”, proposta

como resultado do Seminário e da Oficina sobre Termo de Compromisso com Populações Tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral, coordenados pelo ICMBio e realizados em Brasília entre 10 e 13 de novembro de 2010. Não obstante o encaminhamento noticiado em 2010, apenas em 2012 foi editada a versão definitiva da norma comentada, a saber, IN ICMBio nº 26 de 5/7/2012, que trata dos termos de compromisso entre o ICMBio e as populações tradicionais. Nada obstante alguns aspectos ainda polêmicos, pode-se dizer com segurança que a norma editada é bem melhor do que a minuta inicialmente proposta, tendo incorporado conceitos e referências às normas de direito interno e internacional protetivas do território, identidade e cultura dos povos tradicionais, como sustentado pelo GT *Quilombos* no ofício encaminhado àquele Instituto. Por fim, noticio que a questão também foi tratada pela primeira vez de modo mais abrangente, reunindo as visões da 6ª e 4ª CCR/MPF, no 19º Encontro da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, realizado em Aracajú-SE, de 17 a 19 de outubro de 2012, quando a Coordenadora do GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais*, Maria Luiza Grabner, à convite do coordenador da 4ª CCR, Mário Gisi, teve a oportunidade de realizar uma apresentação a respeito do tema, sob o título “Unidades de Conservação e Populações Tradicionais: Transformando Conflitos em Oportunidades”. Após a realização da Plenária do Encontro foram tomadas importantes deliberações pelos procuradores da República com atuação na área ambiental e de patrimônio cultural, que garantem a compatibilização de direitos com os povos tradicionais, nos casos de ocorrentes sobreposições de áreas. Reproduzimos novamente neste relatório as Deliberações 8, 9, 10, 11 e 12 do 19º Encontro Nacional da 4ª CCR/MPF pela sua importância também para a garantia do direito aos territórios tradicionais quilombolas:

8. Fazer uma leitura do art. 42 do SNUC conforme a CF e Convenção 169 da OIT, entre outras, para permitir a conciliação da presença das populações tradicionais em UCs de todas as categorias.
9. Afirmar a presença das populações tradicionais como agentes e aliados importantes na preservação/conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira.
10. Firmar a negociação com as populações tradicionais, mediante Consulta Prévia, Livre e Informada, como pressuposto para a criação das UCs de qualquer categoria e para a gestão compartilhada, ao invés do reassentamento compulsório.
11. Fomentar a instituição de programas específicos de apoio as populações tradicionais em UCs de uso sustentável.
12. A desafetação e a recategorização podem não ser as melhores soluções, portanto, quando possível, propor a dupla afetação.

Ainda como resultado do 19º Encontro da 4ª CCR/MPF, foram acordadas as seguintes medidas a curto prazo, de interesse para o GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais*:

1. Estabelecimento de um roteiro para atuação do MPF no acompanhamento dos processos de consolidação das UCs (a cargo do GT UC);
 - Capítulo sobre as sobreposições com populações tradicionais (contribuição da Dra. Maria Luiza Grabner)
2. Após a conclusão do roteiro, expedir ofícios (com roteiro anexado) aos procuradores naturais das áreas com UCs para acompanhamento do processo de consolidação;
3. Proposta de transformação do GT de UCs em um GT intercameral (4ª e 6ª CCR);
4. Estabelecer uma interlocução entre o GT e o TCU.

Enfim, em 2013, como coroação desse longo processo de entendimento entre a 4ª e 6ª CCR do MPF, pela coordenadora do GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais*, com a inestimável assessoria antropológica da analista pericial da PR/SP Deborah Stucchi e também da bióloga e ex-gestora do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), Eliane Simões, foi apresentada a versão final do “Capítulo” do “Roteiro de Atuação” referido no item 1 supra, de 15/10/2013. Esse trabalho foi encaminhado para aprovação dos Exmos. subprocuradores-gerais Mário Gisi e Deborah Duprat, coordenadores, respectivamente, da 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF. Esse “Capítulo”, devido à complexidade do tema, acabou se tornando um trabalho autônomo, complementar ao “Roteiro de Atuação” desenvolvido pelos demais integrantes do GT *Regularização Fundiária de Unidades de Conservação* da 4ª CCR/MPF, que trata especificamente das sobreposições dessas unidades com territórios de povos tradicionais. Tal trabalho acabou por gerar em 2014 o primeiro produto impresso da série “Manual de Atuação” da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, intitulado “*Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguração de direitos socioambientais*”, que foi oficialmente apresentado pelo GT *Quilombos* – e distribuído a todos os procuradores participantes – durante o II Encontro Temático da 6ª CCR/MPF, ocorrido em 8 e 9/10/14 em Salvador-BA. Referido “Manual” encontra-se também disponível na página de 6ª CCR (<<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>>);

V) O GT *Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais* também elegeu como prioritária a questão específica da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre os territórios quilombolas, em razão de algumas comunidades já acumularem dívidas milionárias que colocam em risco a sua sobrevivência física e cultural. Tal assunto vem sendo tratado em Procedimento Administrativo próprio, fora, portanto, do Inquérito Civil Público nº 991/2010. Naqueles autos, a pedido do grupo, foi elaborado o parecer disponível no *site* da 6ª CCR/MPF pelo procurador Regional da República da PRR2ª Região Celso de Albuquerque Silva, defendendo a intributabilidade das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. O

pleito foi trazido ao GT por algumas comunidades quilombolas do Pará e o parecer auxiliou na defesa daqueles casos concretos, a cargo da Procuradoria da República naquele estado. Após a reunião do GT realizada em 24/10 e atendendo o que restou nela deliberado, foi expedido ofício em 8/11/2012 à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com solicitação embasada nos artigos 11 e 13 da Lei Complementar nº 73/93, para que fosse fixada a interpretação dos artigos 5º, § 2º; 153, § 4º; 215; 216 da Constituição, do artigo 68 do ADCT e dos artigos 2º e 3º, da Lei nº 9.393/96, de modo a reconhecer a não incidência do ITR sobre terras de remanescentes de quilombo, com base nos fatos e fundamentos expostos no parecer da lavra do procurador Regional da República Celso de Albuquerque Silva, antes mencionado, que defende a imunidade implícita das terras dos remanescentes de quilombos. O pleito do GT *Quilombos* foi acolhido em parte pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por meio do Parecer/PGFN/CAT/Nº 896/2013, encaminhado pelo Ofício/PGFNº/1005, de 16/5/2013.

Referido parecer acaba por reconhecer a imunidade a pequenas propriedades rurais, sob o fundamento de que a titulação coletiva, determinada pelo Decreto nº 4.887, de 2003, não deve obstaculizar a imunidade. O GT *Quilombos*, em 2014, manteve novos contatos com a PGFN (cf. ata de reunião do GT de 17/3/2014) visando provocar a adequação do parecer supracitado para que todos os territórios quilombolas, independentemente do seu tamanho, fossem também beneficiados com a isenção ou imunidade do ITR. Paralelamente à atuação junto à PGFN, **o GT *Quilombos* acompanhou a tramitação de um projeto de lei que acabou por ser aprovado no final de 2014, originando a Lei nº 13.043/14 que prevê a isenção do ITR às comunidades quilombolas, tendo sido resultado da mobilização das comunidades quilombolas e entidades de defesa de seus direitos em todo o Brasil junto aos setores do Congresso Nacional e Governo Federal, que tinham como principal objetivo eliminar a obrigatoriedade do ITR.** O argumento base foi o fato de as comunidades quilombolas serem classificadas como vulneráveis – em sua maioria abaixo da linha da pobreza – e não terem a menor condição de arcar com despesas de milhões de reais. Segundo a diretoria do Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, as ações judiciais em curso que cobram valores milionários dessas comunidades devem ser encerradas. O GT *Quilombos*, por meio de sua atuação constante e incisiva, com a elaboração de pareceres jurídicos e participação ativa de seus membros na ação coordenada da semana do Dia da Consciência Negra, sem dúvida alguma colaborou para o amadurecimento do debate jurídico sobre a questão, fornecendo argumentos jurídicos de peso para que os poderes constituídos adequassem suas normas e leis aos ditames da Constituição Federal e tratados internacionais aplicáveis à hipótese.

VI) Outras questões com acompanhamento contínuo do GT *Quilombos*:

- Julgamento da ADI-3239 perante o Supremo Tribunal Federal: O GT vem acompanhando desde o início a tramitação da Ação Direita de Inconstitucionalidade promovida pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), no intuito de invalidar o Decreto nº 4.887/2003 que regulamentou “o procedimento para

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. Em razão da repercussão que tal julgamento acarretará sobre a atual política pública de regularização dos territórios quilombolas no Brasil, estudos jurídicos foram realizados pelos procuradores Regionais da República, membros do GT, Walter Claudius Rothemburg (“Parecer contrário ao Projeto de Decreto Legislativo nº 44 de 2007, de autoria do Deputado Federal Valdir Colatto”) e Daniel Sarmiento (“A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação” e “Territórios quilombolas e Constituição: a ADI 3.239 e a constitucionalidade do Decreto 4.887/03”), disponíveis no *site* da 6ª CCR/MPF, com o fim de subsidiar a atuação do MPF nas várias instâncias em que as questões trazidas pela ADI se colocam, tais como: a autoaplicabilidade do Art. 68 do ADCT; a utilização do critério de autoatribuição para identificação dos remanescentes de quilombos; critérios de territorialidade utilizados pelo Decreto 4.887/2003 (reprodução física, social, econômica e cultural do grupo étnico); efetividade da Constituição, entre outros aspectos. Conforme pesquisa realizada no *site* do STF, a ADI 3239 encontra-se com vista à Ministra Rosa Weber, desde 18/4/2012;

- O GT vem acompanhando também a tramitação do Projeto de Lei nº 1.836/2011, que restringe o atual conceito existente no Decreto 4.887/2003 envolvendo a extensão da ocupação e o critério da autoatribuição da condição de remanescente de quilombo;
- O GT vem acompanhando com a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) a tramitação do Projeto de Emenda Constitucional PEC 215/2000, que transfere para o Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras indígenas, quilombolas (PEC 161/2007 apensada à PEC 215/2000) e de Unidades de Conservação Ambiental (PEC 291/2008 apensada à PEC 161);

VII) Os membros do GT também participam ou acompanham vários eventos sobre a temática quilombola e de outras comunidades tradicionais. Ressalto, nesta ocasião, os seguintes ocorridos em 2014:

1) Participação do GT *Quilombos* no II Encontro Temático da 6ª CCR/MPF – 8 e 9/10/14 (Salvador-BA). O GT foi responsável pela sugestão de pauta e coordenação do evento, cuja programação contou também com palestras da coordenadora do GT, Maria Luiza Grabner, e do membro do GT Leandro Mitidieri. Ocorreu na ocasião o lançamento oficial do Manual de Atuação da 6ª CCR intitulado “Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais”, de autoria da coordenadora do GT em conjunto com a analista pericial em antropologia do MPU Deborah Stucchi e a especialista convidada Eliane Simões;

2) Participação do GT Quilombos no XIV Encontro Nacional da 6ª CCR/MPF – 3/12/14 a 5/12/14 (Florianópolis-SC), onde foram apresentados pelo grupo os dois projetos considerados prioritários pelo GT a serem desenvolvidos em 2015, a saber: a) Manual de Atuação: reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas; b) Manual de Atuação: políticas públicas para comunidades quilombolas;

3) Participação do membro do GT *Quilombos* Walter C. Rothemburg e da analista pericial em antropologia do MPU Sheila Brasileiro em reunião na Secretaria da Presidência da República, em 8/9/2014, para debater direitos fundamentais da comunidade quilombola de Rio dos Macacos-BA, em conflito com a Marinha do Brasil,

4) Acompanhamento contínuo pelo GT *Quilombos* dos programas em execução relacionados à temática quilombola, publicados no sítio eletrônico por meio do link: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/orcamento-tematico/2014/loa-2014-execucao-orcamentaria>>;

5) Consolidação dos enunciados contendo os entendimentos jurídicos pacificados no GT *Quilombos* e submetidos à aprovação das plenárias dos Encontros Regional e Nacional da 6ª CCR;

6) Participação da coordenadora do GT, Maria Luiza Grabner, e/ou da analista pericial em antropologia da PR/SP, Deborah Stucchi, em seis reuniões ao todo, envolvendo a temática quilombola no Estado de São Paulo, a saber: Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do Incra em São Paulo (1/4, 3/6, 15/10 e 17/11 de 2014); Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo (4/8/2014); e Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (24/6/2014);

7) Elaboração pela coordenadora do GT *Quilombos*, Maria Luiza Grabner, de um artigo intitulado "*O direito humano ao consentimento livre, prévio e informado como baluarte do sistema jurídico de proteção dos conhecimentos tradicionais*", entregue em setembro de 2014 para ser publicado em obra conjunta coordenada pela 6ª CCR, conforme deliberação do Encontro Regional da 6ª CCR realizado em outubro de 2013, em Alter do Chão-PA.

Metas para 2015

1) Realização de, ao menos, quatro reuniões ordinárias: duas no primeiro semestre e duas no segundo, em datas a serem oportunamente acordadas entre os membros, procurando compatibilizá-las, na medida do possível, com os Encontros da 6ª CCR, Nacional e Regionais;

- 2) Ultime as ações visando o encerramento da instrução do ICP nº 991/2010 sobre a garantia dos territórios quilombolas, com ênfase no acompanhamento do orçamento quilombola, estrutura administrativa do Incra, pregão para contratação de relatórios antropológicos, processos na CCA/CGU/AGU, levando em conta também os resultados da Ação Coordenada da Semana do Dia da Consciência Negra de 20/11/2013;
- 3) Colaborar na adoção de estratégias de atuação conjunta entre a 6ª CCR e a 4ª CCR no tocante aos casos de sobreposição de territórios tradicionais com unidades de conservação ambiental de proteção integral, tendo em vista as informações já coletadas no procedimento de acompanhamento do cumprimento da Recomendação nº 01/2012, expedida pelo GT *Quilombos* em 24/10/2012 e endereçada à Câmara de Conciliação e Arbitragem da CGU/AGU, que dão conta tanto do esgotamento das tratativas ali em curso quanto da proposição de acordos desfavoráveis às comunidades tradicionais;
- 4) Executar os projetos finalísticos propostos pelo GT *Quilombos*, a saber: 1º) Manual de Atuação: Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas; 2º) Manual de Atuação: Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Ambos com previsão de duração de 245 dias, tendo início em fevereiro de 2015 e término em outubro de 2015;
- 5) Realizar um seminário ainda no primeiro semestre de 2015, enfocando as demandas jurídicas do multiculturalismo no Brasil atual e as reivindicações específicas dos Povos e Comunidades Tradicionais, com a participação de colegas, teóricos e profissionais de áreas afins (especialmente antropólogos), conforme termo de referência a ser elaborado na primeira reunião do GT em 2015;
- 6) Realizar outras ações coordenadas na Semana do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) voltadas a dar efetividade aos direitos das comunidades quilombolas, por meio da realização de atos públicos, audiências públicas, expedição de recomendações, propositura de ações civis públicas, bem como dar intensa publicidade em todos os meios de comunicação, com vistas a informar a sociedade brasileira e dar maior visibilidade a essas populações e aos seus legítimos pleitos;
- 7) Dar continuidade ao acompanhamento dos casos eleitos como prioritários pelo GT *Quilombos* em reunião realizada em 18/3/2014, para dar suporte aos procuradores naturais, realizando visitas de campo, audiências públicas, etc. São eles: Comunidade *Nativas de Arapiuns* e *Brejo dos Crioulos*, em Minas Gerais; *Cruzeiro*, Município de Palmeirinha-MA; *Rio dos Macacos*, na Bahia; e Comunidade do *Carmo*, em São Paulo; sem prejuízo de outros casos em que se mostre oportuno o acompanhamento do GT, a critério do procurador natural;
- 8) Buscar a efetivação dos benefícios previdenciários e assistenciais às comunidades

quilombolas, junto ao INSS;

9) Acompanhar as políticas públicas voltadas à educação quilombola;

10) Apresentar prestação de contas anual pública da atuação do GT no início de dezembro e elaboração de plano de ação para 2016 na última reunião do grupo;

11) Estreitar os contatos com o GT *Comunidades Tradicionais*, da 6ª CCR, e também com os GTs *Grandes Empreendimentos* e *Regularização Fundiária das Unidades de Conservação*, ambos da 4ª CCR, tendo em vista os direitos fundamentais envolvidos, de interesse comum;

12) Agendar reunião conjunta do GT *Quilombos* com o GT *Terras Públicas* da 5ª CCR, para que sejam analisados e compatibilizados em relação às populações tradicionais, no que couber, os termos da Recomendação encaminhada pela coordenadora da 5ª CCR a todos os colegas, por meio do Ofício Circular nº 4/13 (documentos encaminhados pelo procurador da República Alexandre Jabur da PR/AM, por e-mail de 21/1/2014, à coordenadora do GT). Esclarece-se que a Recomendação em tela foi "*direcionada à Eletrobrás Amazonas Energia, segundo a qual a Secretaria de Patrimônio da União deve ser consultada antes de qualquer nova ligação de energia elétrica (atual ou futura) em quaisquer empreendimentos situados em terrenos de marinha e às margens de rio federal, assim como em suas praias e várzeas*";

13) Participação do GT *Quilombos* no Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) para os novos procuradores da República, ministrado pela ESMPU, de modo a tornar conhecida a temática quilombola.

2.5 - Grupo de Trabalho Registro Civil

Por meio da Portaria nº 22/2014/6CCR/MPF, de 19 de novembro, foi extinto o GT *Registro Civil*, "criado para definir parâmetros e metas que subsidiem atuação institucional de procuradores da República em temas relacionados ao registro civil de populações indígenas".

2.6 - Grupo de Trabalho Saúde Indígena



Reunião GT Saúde Indígena em 8/9/2014

E-mail do grupo: 6CCR_saude@listas.mpf.gov.br

Composição:

Analucia de Andrade Hartmann analucia@mpf.mp.br

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira deborah@mpf.mp.br

Emerson Kalif Siqueira eksiqueira@mpf.mp.br

Gustavo Kenner Alcântara (Coordenador) gustavoalcantara@mpf.mp.br

José Godoy Bezerra de Souza josesouza@mpf.mp.br

Julio José Araujo Junior julioaraujo@mpf.mp.br

Mara Elisa de Oliveira maraooliveira@mpf.mp.br

Márcia Brandão Zollinger marciazollinger@mpf.mp.br

Maria Resende Capucci maria@mpf.mp.br

Corpo Técnico

Angela Maria Baptista (Assessora Pericial) angela@mpf.mp.br

Camila Abdalla (Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração)
camilaabdala@mpf.mp.br

-Relatório de Atividades:

1. Introdução

O Grupo de Trabalho *Saúde Indígena* (GTSI) foi regulamentado pela Portaria nº 01/2012, de 29 de agosto de 2012. No exercício de suas atribuições, o GTSI pode, ainda, escolher temas prioritários no seu âmbito de atuação, visando à solução dos problemas que

estejam afetando as populações indígenas.

2. Temas acompanhados durante 2014

Foram objeto de acompanhamento pelo GT, em 2014, os seguintes temas:

2.1 Cumprimento do Acordo Judicial para realização do concurso para os cargos de profissionais de saúde indígena

Como desdobramento das reuniões realizadas ao longo de 2012 e 2013, em 2014 foi ajuizada, pelo Ministério Público do Trabalho, com acompanhamento de todas as etapas pelo Grupo de Trabalho, a execução do Termo de Conciliação Judicial, visando obrigar a União ao cumprimento da realização do concurso público para profissionais de saúde indígena. No âmbito do processo de execução foi estabelecido prazo para as partes realizarem reuniões, no intuito de analisar a possibilidade de acordo para realização do concurso. Em 7 de novembro de 2014, foi realizada reunião, na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, com a coordenadora da 6ª CCR, Deborah Duprat, o procurador do trabalho responsável pela condução do processo no âmbito trabalhista e com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), representada pelo secretário Antônio Alves. Na oportunidade, ficou acordado que a Sesai faria processo seletivo simplificado para possibilitar a contratação dos profissionais de saúde indígena.

2.2 Criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena

No segundo semestre de 2014, a Sesai encaminhou proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena, que se constituiria como serviço social autônomo, ou seja, pessoa jurídica de direito privado, o que surge como alternativa do governo para não dar cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial (TCJ) firmado perante a Justiça do Trabalho. Como benefícios da criação de tal ente, a Sesai apresenta facilidade de contratação de profissionais, sem a necessidade de concurso público, e a maior agilidade de aquisição de medicamentos e insumos para atividades de saúde indígena, sem a regência da Lei nº 8.666/93.

De acordo com a própria apresentação do governo, “a proposta de um novo modelo de gestão da saúde indígena pretende dar mais agilidade aos processos administrativos e às contratações de profissionais que atuam junto aos povos indígenas. O projeto idealizado pelo Ministério da Saúde – em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – ficará responsável pela execução das ações que integram a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) definida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.”³

3 Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/mais-sobre-sesai/14416-insi>>. Acesso em 20 de jan. 2015, às 14:46.

Visualizando diversos problemas na proposta, o GTSI elaborou, em 08 de setembro de 2012, com o Ministério Público do Trabalho, nota, divulgada em 9 de setembro de 2014 e disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/destaques-do-site/6a-camara-de-coordenacao-e-revisao-divulga-nova-nota-publica-sobre-a-criacao-do-insi>>. Dentre os itens abordados, demonstrou-se que: a proposta representaria retrocesso nas conquistas já alcançadas do Sistema Único de Saúde (SUS); significaria privatização da execução da saúde indígena, o que viola a Constituição da República de 1988; o modelo poderia suscitar alegações de falta de atribuição do MPF para investigar temas relativos à improbidade e crimes; fragilizaria o controle social; a proposta não havia sido tratada na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena; as premissas que fundavam a proposta seriam falsas, seja acerca dos moldes em que deveria o concurso público ser realizado, seja nas supostas vantagens trazidas pelo Insi; e, por fim, não teria sido submetida à consulta prévia, livre e informada, conforme prevê a Convenção 169 da OIT.

A publicação da nota em tempo hábil, em 9 de setembro de 2014, impediu a imediata aprovação da proposta pelo Conselho Nacional de Saúde, que deliberou pelo adiamento de análise da proposta, exigindo a presença dos presidentes de Conselhos Distritais Indígenas (Condisis) contrários à proposta – que não estavam presentes na oportunidade –, além de realização de oficina, com intuito de analisar melhor a proposta e apresentar os detalhes do modelo.

No intuito de garantir o adequado debate entre MPF e os diversos Condisis, o GTSI expediu ofício circular aos procuradores com atuação na matéria para que dialogassem com os órgãos de controle social, apresentando os diversos problemas da criação do Insi nos moldes propostos pela Sesai.

A pronta atuação da 6ª Câmara e do GTSI fomentou o debate e os estudos acerca da proposta, impedindo a aprovação sem transparência, conforme se descortinava. Até o fim do ano, em razão desse acompanhamento, não houve aprovação do instituto nem remessa de projeto de lei ou elaboração de medida provisória, embora se tenha notícias de que, mesmo após o acordo acerca do processo seletivo, realizado em 08 de novembro de 2014, não houve recuo do governo na intenção de aprovação do instituto, o que exigirá acompanhamento do MPF em 2015.

Metas para 2015

O presente Plano de Ação tem por objetivo estabelecer as atividades a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho *Saúde Indígena* (GTSI) durante 2015 e tem por base as deliberações tomadas nas reuniões ocorridas e nas decisões adotadas pelo GTSI nos anos anteriores.

1. Reuniões Ordinárias: o GTSI realizará três reuniões ordinárias em 2015: em fevereiro, junho e novembro. A reunião prevista para fevereiro terá como objeto de discussão a elaboração de projeto finalístico na área do controle social, estudo de medidas em face da possível criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena e estratégias para cumprimento do Plano de Ação de 2015. Com intuito de propiciar qualificação dos procuradores da República, conjuntamente com os órgãos de controle social, para atuação em temáticas de saúde indígena, serão definidos outros encaminhamentos que possam contribuir, a exemplo de elaboração de manual de atuação específico sobre a temática e enviar proposta de curso para a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Na mesma reunião será encaminhada requisição, via GT ou por meio dos procuradores naturais (modo a ser deliberado em reunião), à Sesai de informações acerca da estruturação e composição dos órgãos de controle social da saúde indígena, visando subsidiar a atuação dos membros e do próprio GTSI nessa área. Na reunião prevista para julho de 2015 serão debatidos os resultados iniciais do projeto finalístico sobre controle social e necessidades de eventuais ajustes, além de novas ações coordenadas na área de saúde. Também será, na mesma oportunidade, deliberado acerca do encontro temático sobre saúde indígena em Novo Airão-AM. Por fim, na terceira reunião, prevista para novembro, serão analisados os resultados obtidos em 2015 e aprovado o Plano de Ação de 2016.

2. Encontro Temático: em setembro de 2015, o GTSI realizará encontro temático em Novo Airão-AM, com a participação de procuradores da República que atuem na matéria indígena, quando serão debatidos temas atuais da saúde indígena, com a exposição de membros do MPF, de autoridades governamentais, especialistas e lideranças indígenas.

3. Audiência Pública: o GTSI fará, no primeiro semestre de 2015, em local a ser definido, audiência pública sobre a importância do controle social e da atuação conjunta deste com o Ministério Público Federal, com vistas a garantir melhorias na saúde indígena.

4. Conclusão e publicação de nova edição do manual de atuação em saúde indígena: consolidar o trabalho de elaboração de nova edição do manual de atuação indígena.

5. Temas que deverão ser acompanhados durante 2015:

a) cumprimento do Acordo Judicial para realização do concurso/processo seletivo para os cargos de profissionais de saúde indígena e demais desdobramentos;

b) acompanhamento das fiscalizações realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) na Sesai e nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs);

- c) acompanhamento da questão envolvendo a regularização das pistas de pouso em áreas indígenas;
- d) criação de políticas públicas de saúde para os agravos envolvendo o alcoolismo e o uso de drogas ilícitas em áreas indígenas;
- e) aprovação e execução de projeto finalístico relacionado ao controle social;
- f) acompanhamento dos encaminhamentos do governo que objetivem aprovar a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena, e demais consequências provenientes dessa medida.

2.7 - Grupo de Trabalho Violação dos Povos indígenas e Regime Militar

E-mail do grupo: 6ccr_crimes_ditadura@listas.mpf.gov.br

Composição

Antonio do Passo Cabral AntonioCabral@mpf.mp.br

Domingos Sávio Dresch da Silveira mingo@mpf.mp.br

Edmundo Antônio Dias Netto Júnior edmundantonio@mpf.mp.br

Julio José Araujo Junior julioaraujo@mpf.mp.br

Marco Antônio Delfino de Almeida marcoalmeida@mpf.mp.br

Maria Eliane Menezes de Farias MariaEliane@mpf.mp.br

Maria Rezende Capucci (Coordenadora) maria@mpf.mp.br

Marlon Alberto Weichert mweichert@mpf.mp.br

Melina Alves Tostes melinatostes@mpf.mp.br

Corpo Técnico

Aline Aranda Freitas (Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração) alinearanda@mpf.mp.br

César Augusto Baldi (Assessor Jurídico) cesaraugusto@mpf.mp.br

Leonardo Leocádio da Silva (Analista do MPU/Perícia/Antropologia) leonardosilva@mpf.mp.br

- Relatório de Atividades

O grupo de trabalho concentrou-se nas investigações referentes aos casos dos povos Waimiri-Atroari, Tenharim e Jiahui, e demais povos indígenas vitimados pela implantação do Reformatório Krenak, da Fazenda Guarani e pelo funcionamento da Guarda Rural Indígena no Estado de Minas Gerais, sem prejuízo do acompanhamento e apoio à atuação dos procuradores naturais nas respectivas Procuradorias da República, oferecendo assistência e articulação junto aos órgãos sediados em Brasília. Pode-se citar, por exemplo, a

atuação das PRMs Barra do Garças (PR/MT) e Dourados (PR/MS), entre outras.

Eventos e seminários

Entre 10 e 14 de março, o grupo participou, com os demais grupos do MPF que tratam do tema “justiça de transição”, do seminário “50 anos do golpe: a nova agenda da Justiça de Transição no Brasil”, que aconteceu na Universidade Católica de Pernambuco, em Recife, e reuniu representantes de diversos órgãos públicos e da sociedade civil, além de convidados estrangeiros, para debater aspectos relacionados à violação de direitos humanos ocorridas no período da ditadura militar. Durante o congresso, realizou-se o *Encontro Internacional de Membros do Ministério Público sobre Justiça de Transição*, do qual participaram membros do MP da Argentina, Guatemala, Uruguai e Brasil para promover a troca de experiências sobre a punição de crimes cometidos durante os regimes militares ocorridos na América Latina e sobre o direito à memória e à verdade.

O grupo organizou o seminário “Amazônia contra o autoritarismo – 50 anos depois”, que ocorreu em 28 de março, em Manaus. Cerca de 130 pessoas fizeram memória dos atos de violência e opressão física e cultural praticados contra os povos da Amazônia durante a ditadura militar e debateram, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), sobre as práticas de autoritarismo ainda hoje presentes na região.

Ao longo do ano, o grupo participou de discussões com entidades de defesa dos povos indígenas sobre temas relacionados à ditadura, em especial quanto aos desdobramentos dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que culminaram no relatório apresentado em 10 de dezembro.

Casos

Ação civil pública – Reparação ao povo Tenharim pelos danos decorrentes da construção da rodovia Transamazônica⁴

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) ingressou com [ação civil pública](#), com pedido de liminar, na Justiça Federal para declarar a responsabilidade da União e da Fundação Nacional do Índio (Funai) por violações de direitos humanos dos povos indígenas Tenharim e Jiahui, em decorrência de danos permanentes da construção da rodovia Transamazônica (BR-230) em seus territórios. Na ação, o MPF pede a condenação da União e da Funai à reparação dos danos com várias medidas, entre elas, o pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 20 milhões.

⁴ Reportagem da Ascom/AM, de 15/1/2014, disponível em: <<http://www.pram.mpf.mp.br/news/mpf-am-pede-reparacao-aos-indigenas-tenharim-e-jiahui-por-danos-causados-pela-construcao-da-rodovia-transamazonica>>.

A falta de preocupação quanto à sustentabilidade gerou prejuízos quanto ao uso do solo para atividades agrícolas, poluição atmosférica, acúmulo de lixo, redução da fauna – implicando novas readaptações nas atividades de caça –, desmatamento e alteração dos cursos d'água.

No âmbito sociocultural, o período da construção da rodovia gerou um impacto de grandes dimensões, quando houve forte contato interétnico, causando mortes em decorrência de doenças levadas pelos operários. Além disso, o MPF aponta que a 'pacificação' promovida pela Funai e o recrutamento para o trabalho nas obras causou forte desestruturação no grupo indígena, que, acuado por conta das atividades de tratores e aviões no local, deixou de promover maiores deslocamentos para não abandonar os seus territórios sagrados.

Os Tenharim não abandonaram a região, tendo se deslocado do rio Marmelos para as margens da rodovia justamente para estarem próximos de seus territórios sagrados. Ainda assim, a promoção do desmatamento e elaboração do traçado da rodovia sobre locais sagrados para os indígenas representou nova violação de seus direitos. Já o povo Jiahui sofreu grande diminuição, chegando a contar, às vésperas da demarcação da terra indígena, com apenas 17 pessoas.

A terra indígena Tenharim Marmelos teve o seu processo de demarcação concluído em 1996 e a Terra Indígena Jiahui teve a demarcação homologada em 2004. Em termos populacionais, os Tenharim abrangem, atualmente, 962 indígenas (737 na TI Tenharim Marmelos, 137 na TI Tenharim do Igarapé Preto e 88 na TI Sepoti). Os Jiahui totalizam 98 indígenas.

O MPF pede, na ação, a condenação da União e da Funai ao pagamento de indenização no valor de R\$ 10 milhões cada, totalizando R\$ 20 milhões, em conta específica em favor dos povos Tenharim e Jiahui, a serem aplicados em políticas públicas em favor deles, sob a coordenação da Funai, a partir de definição pelas próprias comunidades.

O MPF pede também que União e Funai sejam obrigadas a adotar medidas permanentes de proteção a locais sagrados e espaços imprescindíveis ao sentimento de pertencimento dos povos Tenharim e Jiahui, conforme indicação dos indígenas; reformar escolas nas aldeias Coiari, Taboca e Mafuí, além de construir novas escolas com professores contratados e desenvolvimento de processos próprios de aprendizagem; instalar polo-base da saúde indígena específico para as terras indígenas dos Tenharim e dos Jiahui; e criar um centro de memória e publicar material didático sobre os impactos da construção da rodovia sobre os povos Tenharim e Jiahui, ressaltando as características desses povos e os direitos sobre suas terras, com ampla distribuição, principalmente nos municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí.

A ação tramita perante a 1ª Vara Federal do Amazonas.

Reformatório Krenak e Fazenda Guarani

a) Introdução

O Reformatório Krenak localizava-se no território desse povo indígena, em área rural localizada entre os municípios de Resplendor/MG e Conselheiro Pena/MG, tendo funcionado como colônia penal e de trabalhos forçados de 1969 a 1972.⁵

A solenidade de formatura da 1ª turma da Guarda Rural Indígena (GRIN)⁶ foi realizada em Belo Horizonte, em 5 de fevereiro de 1970, no Batalhão Voluntários da Pátria, localizado no Bairro Prado, onde atualmente funcionam a Academia de Polícia Militar e o Regimento de Cavalaria da PMMG (fls. 97/98), estando documentada em diversas fotografias, uma das quais mostra um índio dependurado em um pau de arara sendo exibido para as autoridades presentes. Uma dessas autoridades era José Maria Alkmin, que foi vice-presidente da República entre 1964 e 1967 (governo Castelo Branco). Após, ocupou em Minas Gerais a Secretaria de Estado da Educação no Governo Israel Pinheiro. O próprio Israel Pinheiro, então governador de Minas Gerais (1966-1971), estava presente. Reportagem do jornal Folha de S. Paulo apontou ainda a presença do general José Costa Cavalcanti, ministro do Interior e um dos signatários do AI-5, de 13/12/68.⁷ Também estava presente o então capitão da Polícia Militar Manoel dos Santos Pinheiro, chefe da Ajudância Minas-Bahia.

Em 1972 ocorre a transferência de índios Krenak e de indígenas confinados para a Fazenda Guarani, no Município de Carmésia/MG.

Em dezembro de 1973, o Jornal do Brasil noticiou a saída dos últimos doze “índios delinquentes” do “reeducandário”.⁸

b) Atuação do GT

Foi feito contato, em 29 de abril de 2014, com o vice-presidente do *Grupo Tortura Nunca Mais* de São Paulo, Sr. Marcelo Zelic, coordenador do projeto “Armazém Memória”, que informou a existência de vasto material digital sobre as graves violações de direitos humanos perpetradas contra populações indígenas durante o regime militar, disponível nas páginas do “Armazém Memória” e da “Hemeroteca Digital” na *internet*.

5 Matéria da Folha “Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena”, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml>>; artigo “A proteção que faltava: o reformatório agrícola indígena Krenak e a administração estatal dos índios”, disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/CP/Arquivos/Arq612003/Arq612/7Arq612.pdf>>; e matéria “Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas”, disponível em: <<http://www.apublica.org/2013/06/ditadura-criou-cadeias-para-indios-trabalhos-forcados-torturas/>>.

6 A Guarda Rural Indígena (GRIN) foi criada pela Portaria nº 231 da Presidência da Funai, em 25 de setembro de 1969, com o objetivo de formar grupamentos paramilitares destinados a exercer o policiamento ostensivo de terras indígenas.

7 “Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena”, Folha de S. Paulo, caderno Ilustríssima, edição de 11.11.2012, (<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml>>)

8 Jornal do Brasil, edição de 5/12/1973.

Em **14 e 15 de maio de 2014**, o Grupo de Trabalho realizou **visita e oitivas na Terra Indígena Krenak**, localizada no Município de Resplendor/MG, com a presença de sua coordenadora, procuradora da República Maria Rezende Capucci, e dos procuradores da República Bruno de Almeida Ferraz e Edmundo Antonio Dias Netto Junior, responsáveis pela condução do *Procedimento Investigativo Criminal nº 1.22.009.000437/2012-92/PRM-Governador Valadares/MG* e do *Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000929/2013-49/PRDC-MG*. Foram ouvidos 17 indígenas que viveram durante a ditadura militar e/ou possuíam informações sobre o período de funcionamento do Reformatório Krenak – também chamado de Presídio Krenak, instalado no território dessa etnia indígena –, bem como sobre o deslocamento forçado de indígenas para a antiga Fazenda Guarani, situada no Município de Carmésia/MG, ocorrido em 1972. As oitivas seguiram o seguinte cronograma:

- Em 14/5/2014, na Aldeia Atorã, foram ouvidos Douglas Krenak, Ruthi Bezerra da Silva, Oredes Krenak, Dejanira Krenal e Euclides Krenak;
- Em 15/5/2014, foram ouvidas, nas Aldeias Naknenuk, Nakrehé e Watu, as testemunhas Takruk Mik (Laurita Maria Felix), Manelão Pankararu (Manoel Vieira das Graças), Takruko (José Cecílio Damasceno), Maria Júlia Izidoro Krenak, Maria Sônia Izidoro Krenak, Bibiano da Silva Pereira, Basílio Luiz Krenak, Marcos Krenak (Marcos da Silva Pereira), Cacique Nego (José Alfredo de Oliveira), Maria do Carmo Santos, Itamar Krenak e Aparecida Krenak.

Ainda em 15/5/2014, o GT visitou as **ruínas do Reformatório Krenak**.

Os depoimentos e a visita foram registrados em áudio e vídeo pelo servidor Frederico Antônio Ferreira, da Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Minas Gerais. Auxiliaram na colheita dos depoimentos a assessora jurídica Raquel Portugal Nunes e a analista processual Renata da Costa Quinino, da Procuradoria da República em Minas Gerais.

Ainda com o objetivo de apurar graves violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar contra os povos indígenas, que são objeto do Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000929/2013-49/PRDC-MG e do Procedimento Investigatório Criminal nº 1.22.009.000437/2012-92/PRM-Governador Valadares/MG, em **23, 24 e 25 de agosto de 2014**, o GT realizou **visita e oitivas na Terra Indígena Maxakali**, nos municípios de Bertópolis/MG, Ladainha/MG e Santa Helena de Minas. Os procuradores da República Edmundo Antonio Dias Netto Junior, Julio José Araujo Junior e Paula Bellotti, assessorados pelo analista pericial em antropologia da 6ª CCR Jorge Bruno Souza e pela assessora jurídica Raquel Portugal Nunes, realizaram a oitiva dos indígenas abaixo mencionados, que vivenciaram o período de funcionamento do Presídio Krenak e de atuação da Guarda Rural Indígena:

- Na Aldeia Verde, foram ouvidos, em 23/8/2014, Noêmia Maxakali, Sueli Maxakali e

Gustavo Maxakali;

- Em 24/8/2014, na T.I. Maxacali/Água Boa, realizou-se a oitiva de Antônio José Maxacali, Maria Diva Maxakali e Rondon Maxakali;
- Em 25/8/2014, colheu-se o depoimento, na Aldeia Bueno e Aldeia do Valdemar (T.I. Maxacali/Água Boa), de Tomé Maxakali, Carmindo Maxakali e Kokti Maxakali. Nesse dia, Maria Diva conduziu, ainda, os procuradores da República ao local onde funcionava, no período da ditadura militar, cadeia indígena situada na Terra Indígena Maxakali/Água Boa.

Os depoimentos foram registrados em áudio e vídeo pelo servidor Frederico Antônio Ferreira, da Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Minas Gerais.

No intuito de realizar a oitiva do **capitão da Polícia Militar Manoel dos Santos Pinheiro**, que foi protagonista, em Minas Gerais, da relação do Estado autoritário com os indígenas durante o período ditatorial, tendo em vista que foi o Chefe da Ajudância Minas-Bahia entre 1967 e 1973, foram realizadas quatro **tentativas de intimação** do policial militar reformado: (i) em 3/11/2014, a intimação restou frustrada diante da mudança de endereço do Sr. Manoel Pinheiro; (ii) em 18/11/2014, o intimando recusou-se a prestar depoimento fora de seu local de domicílio, em razão de sua idade avançada, afirmando ainda que, “em decorrência de designação do Comando da PMMG, cumpriu ordem de preparar e treinar a Guarda Rural Indígena”, não tendo cometido qualquer delito e, se o tivesse cometido, estaria acobertado pela Lei da Anistia; (iii) em 18/12/2014, o Sr. Manuel Pinheiro recusou-se a prestar depoimento na data estabelecida, tendo em vista viagem previamente agendada; (iv) em 19/12/2014, o intimando concordou em prestar depoimento no Município de Congonhas do Campo/MG, a ser realizado em 19/2/2015.

c) Metas para 2015

c.1) Oitiva, em 19/2/2015, do Sr. Manoel dos Santos Pinheiro, policial militar reformado, responsável pela atuação da Guarda Rural Indígena no Estado de Minas Gerais e pelo funcionamento do Presídio Krenak;

c.2) Realização de consulta pública na Terra Indígena Krenak, situada no Município de Resplendor/MG e na Terra Indígena Pataxó (antiga Fazenda Guarani), situada em Carmésia/MG, com o objetivo de discutir com os indígenas a possibilidade de transformação da antiga sede da Fazenda Guarani e das ruínas do Presídio Krenak em sítios de memória;

c.3) Intensificar o diálogo institucional com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com vistas a que seja implementada a recomendação constante do relatório final da

Comissão Nacional da Verdade,⁹ para anistia e reparação aos indígenas atingidos por atos de exceção no caso do Reformatório Krenak e da Guarda Rural Indígena, disponibilizando o material probatório colhido pelo Ministério Público Federal;

c.4) De igual modo, intensificar o diálogo institucional com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;

c.5) Ajuizamento de Ação Civil Pública, lastreada no Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000929/2013-49/PRDC-MG, com vistas a obter pedido oficial de desculpas do Estado brasileiro pelas violações aos direitos humanos dos Krenak ocorridas durante o regime militar; a condenação da União em promover a realização de estudo aprofundado sobre os efeitos psicossociais da violência de Estado sobre a população indígena Krenak e outros povos indígenas atingidos; a condenação da União a reparar os danos morais coletivos infringidos ao povo Krenak durante a ditadura militar, incluindo (i) medidas voltadas à preservação da língua e cultura das etnias atingidas; (ii) publicação de material didático sobre os impactos da implantação do Reformatório Krenak, da Fazenda Guarani e do funcionamento da Guarda Rural Indígena; (iii) instalação de marcos que indiquem as rotas dos deslocamentos forçados e respectivos retornos pelos quais passou o povo Krenak; (iv) garantia de utilização das rotas migratórias utilizadas pelos Maxacali (corredores étnicos); (v) fortalecimento das políticas públicas de atenção à saúde dos povos Krenak e Maxacali, bem como; (vi) do sistema educacional indígena nas aldeias Krenak e Maxacali, estimulando seus processos próprios de ensino e aprendizagem; (vii) capacitação contínua dos servidores públicos com atuação junto aos povos indígenas; (viii) recuperação ambiental das terras indígenas, mediante consulta pública e participação efetiva dos povos interessados;

c.6) Oferecimento de denúncia, após término da instrução do Procedimento Investigativo Criminal nº 1.22.009.000437/2012-92/PRM-Governador Valadares/MG, pelos crimes tipificados no artigo 1º, alíneas b, c e e, em concurso material com o artigo 2º da Lei nº 2.889, de 01/10/1956.

Waimiri-Atroari

A apuração da responsabilidade do Estado brasileiro pela morte dos indígenas da etnia Waimiri-Atroari, em razão da construção da Rodovia BR-174, segue sendo apurada pelo grupo, tendo entrado em sua fase final.

Além de serem colhidos diversos documentos, inclusive em contato com pesquisadores ligados ao Grupo *Tortura Nunca Mais*, realizaram-se, ao longo do ano, oitivas de sertanistas (José Porfírio de Carvalho, acesso ao acervo de Gilberto Pinto Figueiredo, por meio de sua família), missionários (Egydio Schwade) e trabalhadores da obra. Promoveu-se

9 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: Textos Temáticos*, volume II, dezembro/2014, pág. 254.

também diálogo com o professor Stephen Baines, da Universidade de Brasília, o qual deverá ser aprofundado em 2015.

Torna-se necessário dialogar mais uma vez com os indígenas, de forma a completar a narrativa da violação de direitos e concluir os trabalhos.

Metas para 2015

Para alcançar os objetivos instituídos no presente planejamento, o GT definiu as ações prioritárias, a serem desenvolvidas nos prazos preestabelecidos, conforme segue:

1. Reunião dos membros, sistematização das informações preliminares, elaboração de relatório e contato com o procurador natural para apresentação do caso e forma de trabalho do GT, bem como para definição de data para visita à área, oitiva de testemunhas e demais diligências – março/2015.

2. Adoção, durante o ano, de medidas específicas relacionadas à violação dos direitos dos povos indígenas pelo regime militar:

a) representação aos procuradores naturais quanto aos casos de violações aos direitos dos povos indígenas pelo regime militar que ainda não são objeto de apuração;

b) estabelecimento de diálogo com o Poder Executivo Federal para a criação de Comissão Nacional Indígena da Verdade, tal como sugerido no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade;

c) intensificação do diálogo institucional com a Comissão de Anistia e com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, com vistas a contemplar formas de anistia e reparação aos indígenas atingidos pelo regime militar;

d) continuação da atuação do MPF de promoção da regularização e desintrusão das terras indígenas, bem como por sua recuperação ambiental, como forma de reparação coletiva pelas graves violações cometidas contra eles pelo regime militar; e

e) gestão, junto ao Ministério da Educação (MEC), a fim de garantir que as violações dos direitos dos povos indígenas pelo regime militar sejam também incluídas nos currículos de ensino.

3. Reunião de todo o GT para apresentação dos resultados obtidos em cada caso (item 2) e definição dos respectivos encaminhamentos (ajuizamento de ações, realização de audiência pública, reuniões com autoridades nacionais e internacionais, entre outras) – julho/2015

4. Reunião para avaliação dos resultados e definição dos novos casos para atuação em 2015, com base na experiência acumulada em 2014 – novembro/2015.

Serão realizadas três reuniões ordinárias do GT durante 2015:

- a) em março, para definição de estratégia e divisão de tarefas (item 1);
- b) entre junho e julho, para acompanhamento da estratégia;
- c) em novembro, para avaliação das ações e definição do planejamento, ambas para 2015.

3 Planejamento Temático da Câmara

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio da sua Secretaria Executiva e Assessoria de Planejamento, tornou-se responsável pela elaboração da programação orçamentária e gestão dos gastos com diárias, passagens e eventos.

Em 2014, ocorreu uma autorização parcial da programação orçamentária, dividida por semestre, em função de nova regulamentação a ser implementada no MPF, tendo em vista o § 6º do art.18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, que trata do controle de empenho dessas despesas por parte dos gestores.

O referencial monetário para cada semestre foi no valor de R\$ 647.598,00 (seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais), sendo possível o remanejamento dos valores entre as três rubricas, assim distribuídos, preliminarmente:

Descrição	Referencial Monetário (1º semestre)	Referencial Monetário (2º semestre)
Diárias	R\$ 258.376,00	R\$ 258.376,00
Passagens	R\$ 279.630,00	R\$ 279.630,00
Eventos	R\$ 109.592,00	R\$ 109.592,00
Total por semestre	R\$ 647.598,00	R\$ 647.598,00
Total em 2014	R\$ 1.295.196,00	

Essa DIVISÃO SEMESTRAL permitiu um acompanhamento efetivo e um controle mais eficaz dos recursos disponibilizados. Ao final do ano, a execução financeira atingiu o montante de R\$1.013.620,28 (Um milhão, treze mil, seiscentos e vinte reais e vinte e oito centavos)¹⁰.

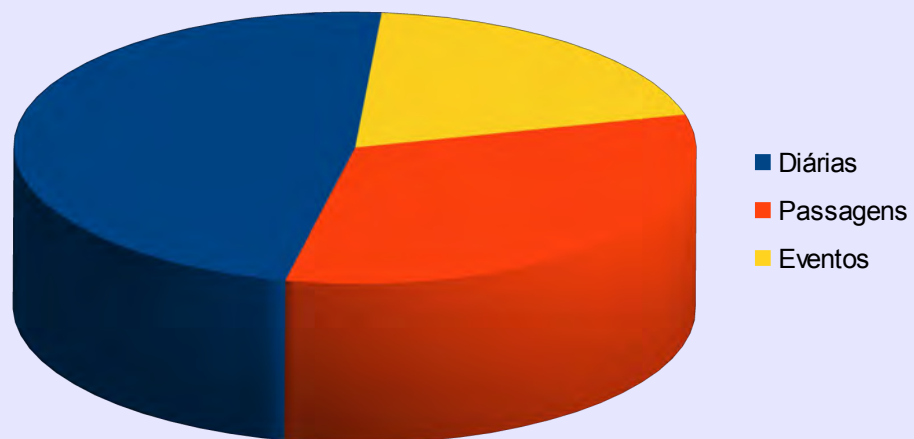
Distribuição do Orçamento da 6ª CCR

Exercício 2014

Descrição	Valores
Diárias	R\$486.125,30
Passagens	R\$328.191,89
Eventos	R\$199.303,09
Total em 2014	R\$1.013.620,28

¹⁰ Fonte: Coordenadoria de Viagens e Eventos

Distribuição do orçamento da 6ª CCR em 2014



4 Atividades dos membros relacionadas à temática da 6ª CCR

4.1 - Reuniões do Dr. Daniel Antônio de Moraes Sarmento

	DATA	COMPROMISSO
1	11 e 19/3/2014	Reunião para tratar de assuntos do Quilombo da Marambaia
2	24 e 25/4/2014	Seminário Internacional sobre a Convenção 169 da OIT
3	12/5/2014	Reunião ordinária da 6ª CCR
4	13 e 27/5/2014	Reunião para tratar de assuntos do Quilombo da Marambaia
5	3/6/2014	Reunião com o Dr. Guilherme Calmon e com a Dra. Walquíria Inamura sobre comunidade de quilombolas no Espírito Santo
6	5 e 6/6/2014	I Encontro Temático da 6ª CCR

4.2 - Reuniões da Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

	DATA	COMPROMISSO
1	16/1/2014	Reunião no gabinete com o Dr. Paulo Maldos e Diogo Santana
2	31/1/2014	Reunião com Sr. Marcelo Zelic, do Grupo <i>Tortura Nunca Mais</i> Reunião no gabinete com o Dr. Paulo Maldos
3	3/2/2014	Reunião com os Cinta Larga, na 2ª CCR
4	4/2/2014	Entrevista para produtora de vídeo e Secom no gabinete. Assunto: Ações ou programas mais importantes de 2013 realizados pela 6ª CCR
5	6/2/2014	Reunião no gabinete com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - presença de dois representantes, a pedido de seis lideranças indígenas Ka'apor do Maranhão Assunto: Segurança na comunidade e exploração ilegal de madeira
6	7/2/2014	Reunião com os servidores da 6ª CCR
7	14/2/2014	Dra. Deborah recebeu no gabinete a visita de Adelar e Michael, do Cimi
8	17/2/2014	Reunião na 6ª CCR com o Prof. Antônio Carlos e outros Reunião na 6ª CCR com os gestores e os participantes da reunião da manhã
9	18/2/2014	Reunião com o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Reunião com o Dr. Caixeta e Dr. Godoy na 6ª CCR Reunião com membros do GT <i>Educação Indígena</i> Reunião na 6ª CCR - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério Público do Trabalho (MPT) Assunto: Termo de Conciliação Judicial referente à Saúde Indígena
10	19/2/2014	Reunião na 6ª CCR com Dr. Mário Gisi e Conrado, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) Assunto: Atividade petrolífera no Vale do Javari
11	20/2/2014	Visita na 6ª CCR de 20 alunos do curso de formação missionária - Cimi
12	21/2/2014	Reunião Ordinária do Colegiado da 6ª CCR
13	24/2/2014	Reunião com o PGR, coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Corregedor e Ouvidor

14	25/2/2014	Reunião na 6ª CCR com os procuradores regionais em Mato Grosso, Barra do Garças e Dra. Márcia Assunto: Marãiwatsédé Continuação da reunião ocorrida pela manhã da mesma data, na 6ª CCR, com o Dr. Paulo Maldos como convidado. Assunto: Marãiwatsédé Audiência com o Ministro Teori Zavascki no STF Assunto: Ação Cível Originária nº 2323
15	26/2/2014	Reunião com Rodrigo Coimbra no gabinete Assunto: Reprogramação orçamentária
16	27/2/2014	Reunião com o Dr. Rodrigo Rigamonte, do Conselho Nacional de Justiça(CNJ), e Dr. Carlos Henrique, da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) Reunião com lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul e Cimi Assunto: Questão fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul – Terena e Guarani Kaiowá
17	11/3/2014	Reunião com Terri Aquino no gabinete Assunto: Estrada que corta a TI Alto Tarauacá-AC Reunião com o Cimi no gabinete Audiência com o Ministro Luiz Fux, no STF, com a presença de 5 a 10 lideranças indígenas Kayabi acompanhando a Dra. Deborah
18	12/3/2014	Entrevista ao <i>Interesse Público</i> no gabinete Assunto: 50 anos do Golpe Militar
19	17/3/2014	Reunião do GT <i>Quilombos</i> na 6ª CCR Reunião do GT <i>Quilombos</i> com a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) na 6ª CCR
20	18/3/2014	Reunião do GT <i>Quilombos</i> <i>Seminário Os Impactos dos Projetos Econômicos e o extermínio de culturas: energia e mineração em terra e rios dos povos originários</i> , no auditório Espaço Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília (UnB) <i>Mesa: Consulta Prévia- Convenção 169 da OIT</i> Reunião na 6ª CCR com o Sr. André Luiz Siqueira, Diretor Presidente da Ecoa Assunto: Entrega do Resumo Executivo do Plano de Prevenção, Mitigação e Adaptação para o Pantanal
21	19 e 20/3/2014	Seminário sobre <i>Sistema Jurídico Kaingang</i> , em Curitiba-PR
22	21/3/2014	Reunião com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Dr. Wilson na 6ª CCR Assunto: Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) Reunião com liderança do povo Ashaninka do rio Amônia-AC, Benki Pianko Assunto: Andamento do processo contra as empresas madeireiras que invadiram o território Ashaninka na década de 1980
23	31/3/2014	Reunião na 6ª CCR, com vários órgãos Assunto: Estrada que atravessa a TI Alto Tarauacá-AC
24	7/4/2014	Reunião no gabinete com advogados da Comunidade Rio dos Macacos
25	9/4/2014	Plenária Geral Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)
26	10/4/2014	Curso em parceria com a Escola da Magistratura Regional Federal (Emarf). Palestra ministrada pela Dra. Deborah
27	11/4/2014	Curso em parceria com a Emarf
28	14/4/2014	Reunião no gabinete com representante da Associação Internacional Maylê Sara Kali, Lucimara Cavalcante Assunto: Acampamento Romani da Etnia Calon, em Joinville-SC Exibição do documentário “Índio Cidadão?” no Memorial JK da PGR, seguida de debate
29	15/4/2014	Reunião no gabinete com representantes da Rede Cerrado (coordenador Luis Carraza e Cesar Victor, do Espírito Santo), uma liderança comunitária e representantes da Secretaria Executiva da Rede. Assunto: Relato da atuação da Rede Cerrado, seu histórico de projetos e atuação

30	23/4/2014	Reunião na 6ª CCR com o GT <i>Tapajós</i> Assunto: Estratégias de atuação na Bacia Teles Pires/Tapajós Seminário Internacional sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Auditório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
31	24/4/2014	Audiência Pública <i>Conflitos no campo e as demarcações de terras indígenas</i> , na Câmara dos Deputados Seminário Internacional sobre a Convenção 169 da OIT no Auditório do CNMP
32	25/4/2014	Seminário Internacional sobre a Convenção 169 da OIT no Auditório do CNMP
33	28/4/2014	Entrevista para TV Justiça no gabinete Assunto: Lei nº12.966/2014
34	30/4/2014	Reunião com lideranças Tuxá, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e Advocacia-Geral da União (AGU) no Plenário do CSMPPF Assunto: Diálogo com todos os atores públicos incumbidos de levar adiante a ação de desapropriação
35	6/5/2014	Reunião sobre Rio dos Macacos com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Ministério da Defesa (MD), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) Local: PR/BA
36	8/5/2014	Reunião com Dr. Paulo Maldos no gabinete
37	9/5/2014	Plenária CNPI Local: Salão Negro do Ministério da Justiça
38	12/5/2014	Seminário <i>Comunidades Quilombolas no Processo de Licenciamento Ambiental</i> Palestrante- Painel I: Política Nacional do Meio Ambiente e a Proteção dos Quilombolas Local: Auditório da FCP Reunião com o procurador-chefe da PR/SC, Dr. Marcelo da Mota Entrevista concedida ao Sr. Leandro Valarelli no gabinete Assunto: Avaliação externa sobre a incidência do Instituto Socioambiental (ISA) nas políticas socioambientais brasileiras no período de 2009-2013 Reunião Ordinária na 6ª CCR
39	13/5/2014	Reunião com representante da FCP no gabinete
40	14/5/2014	Reunião com Jéfferson/Secom na 6ª CCR Assunto: Nova intranet e página da 6ª CCR
41	16/5/2014	Reunião com o Dr. Eduardo El Haje no gabinete
42	17/5/2014	Aula - Curso dos novos procuradores, no Hotel Royal Tulip
43	21/5/2014	Viagem a Roraima Local: Comunidade Indígena Tabalascada/RR Reunião no gabinete com o Dr. Sílvio Amorim Júnior, procurador regional da República/Secretaria de Relações Institucionais/PGR Assunto: Andamento legislativo de projeto e de requerimento que objetivam revogar a Convenção 169 da OIT Reunião com a Deputada Janete Capiberibe no gabinete Assunto: Saúde dos índios no Estado do Amapá, em especial, sobre a Casa do Índio (Casai)
44	22/5/2014	Dra. Deborah como expositora da Aula Magna: <i>Avanços e Desafios à atuação do MP em defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais</i> Local: Ministério Público Estadual/MG
45	23/5/2014	Comissão Indígena da Verdade e Justiça Local: Chácara do Cimi- Centro de Formação Vicente Cañas (Luziânia-GO)
46	26/5/2014	Reunião no gabinete com Dr. Luciano Assunto: Retirada do Hotel Tropical da área marginal do Rio Negro
47	27/5/2014	Encontro Nacional de Comunidades Quilombolas Assuntos: Ameaças e caminhos a serem enfrentados na perspectiva da construção de uma sociedade pluriétnica e pluricultural Local: Planaltina-DF (<i>Campus</i> da UnB)
48	28/5/2014	Reunião no gabinete com Dr. Carlos Eduardo, advogado da Associação dos Advogados dos

		Trabalhadores Rurais
49	29/5/2014	Reunião no gabinete com representante do Povo Tenharim, acompanhado da Ouvidoria e Coordenador Regional da Funai
50	2/6/2014	Reunião com Cimi e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) no gabinete
51	4/6/2014	Videoconferência na 6ª CCR com representante da Advocacia dos Trabalhadores Rurais de Rio dos Macacos Soraia Tupinambá, Kurt Damm e Klaus Hermamm
52	5/6/2014	I Encontro Temático em parceria com a Rede Cerrado, na PGR I Encontro Temático em parceria com a Rede Cerrado Local: Fundação Nacional de Artes (Funarte), em Brasília-DF Abertura oficial do VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado Explanção: Território, biodiversidade, água e cultura Local: Complexo Cultural da Funarte/DF
53	6/6/2014	I Encontro Temático em parceria com a Rede Cerrado Local: Funarte/DF
54	9/6/2014	Reunião no gabinete com representante da <i>Foodfirst Information & Action Network/Fian</i> e Cleber do Cimi Assunto: Monitoramento do caso Guarani-Kaiowá e apresentação da atual situação do caso
55	10/6/2014	Reunião no gabinete com Adelar, do Cimi Assunto: HC 296507- Kaingang
56	11/6/2014	Reunião com a Ministra do Meio Ambiente, Isabela Teixeira Local: Ministério do Meio Ambiente Reunião com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo Local: Ministério da Justiça Assunto: Buriti-MS
57	13/6/2014	Audiência com Ministro Rogério Schietti, no STJ Assunto: HC 296507- Kaingang presos no Sul
58	16/6/2014	Reunião com a AGU; procurador da República em Roraima, Gustavo Kenner; Ministério das Relações Exteriores (MRE) Assunto: Repatriação das amostras de sangue coletadas de forma indevida de índios Yanomami por pesquisadores norte-americanos
59	18/6/2014	Posse como membro da 6ªCCR no Memorial JK, PGR
60	27/6/2014	Reunião no Gabinete do PGR, com o PGR, Coordenadores das CCRs, PFDC, Corregedor e Ouvidor Pauta: Transição e reorganização das CCRs; planejamento temático X trabalho para projetos finalísticos; sugestões para regulamentação dos GTs; política institucional para perícia Videoconferência do GT <i>Educação Indígena</i> (GTEI) na 6ª CCR
61	1/7/2014	Reunião com Funai, ICMBio, representante da Reserva Extrativista (Resex) e representantes indígenas no auditório do Bloco B, PGR Assunto: Apolima-Arara
62	2/7/2014	Reunião com o Ministro da Justiça e cinco lideranças indígenas da região Local: Ministério da Justiça Assunto: Informes dos últimos encaminhamentos da <i>Mesa Mato Grosso do Sul</i> Reunião no gabinete com os antropólogos Leonardo, Bruno e Elaine
63	3/7/2014	Reunião no gabinete com Marcelo Veigas, do Ministério da Justiça Reunião no gabinete com o Cimi
64	5 e 6/7/2014	VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado
65	7/7/2014	Reunião no Ministério da Justiça Assunto: Questões Indígenas - TI Barra Velha
66	9/7/2014	Reunião no gabinete do PGR, com o PGR, Ministro da Justiça e Governador da Bahia Pauta: Questões indígenas no Estado da Bahia Reunião no gabinete com Basílio Priprá Assunto: Excesso de chuvas, barragem de contenção, áreas inundadas, lideranças Xokleng
67	28/7/2014	Reunião na 6ª CCR com o procurador da Funai Flávio Chiarelli, PGR, Diretoria de Proteção

		Territorial (DPT), ICMBio, 4ª CCR e o procurador da República no Acre Assunto: TI Nawa
68	29/7/2014	Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais – 1ª Turma, no Auditório nº2 da ESMPU
69	30/7/2014	Reunião com Saulo, do Cimi, no gabinete
70	31/7/2014	Plenária CNPI, no Centro de Formação Indigenista em Sobradinho-DF Reunião com Secom no gabinete
71	1/8/2014	Reunião do Comitê de Gestão Estratégica (CGE) no gabinete do PGR Plenária CNPI Local: Centro de Formação/Sobradinho Reunião com o presidente, procuradora e Alessandro Reis da FCP no gabinete Assunto: Porto Trombetas Reunião com o Ministro da Saúde, Arthur Chioro Local: Gabinete do Ministro da Saúde
72	6/8/2014	Reunião com o Professor Alfredo Wagner no gabinete
73	7/8/2014	Reunião GTs e membros da 6ª CCR no auditório do Bloco B da PGR Assunto: Estratégias de atuação Entrevista para a TV Centro América (Dra. Deborah e Dr. Wilson) Assunto: Operação no Mato Grosso
74	8/8/2014	Reunião com os representantes dos pescadores na 6ª CCR.
75	13/8/2014	CIV – Índios e Minorias – Turma 2, na ESMPU
76	19/8/2014	Entrevista à TV Amazônia no gabinete Audiência com lideranças Kaingang no gabinete
77	20/8/2014	Reunião com Maurício Guetta e Márcio Santilly/ISA no gabinete Assunto: Casos de violência
78	21/8/2014	Reunião com Dra. Mônica Bona e Dr. Deltan Dallagnol (PR Paraná), no gabinete Assunto: PA 100001000117/2014-31. Impugnação perante CSMP – Portaria nº 484
79	22/8/2014	Reunião no gabinete com o Dr. Alberto Nino, diretor de assuntos regulatórios e operações no Departamento Jurídico da Vale Assunto: Atualização das ações da Vale S.A. e Grupos Indígenas
80	27/8/2014	Reunião no gabinete com Saulo e Adelar do Cimi Reunião no gabinete com Dr. Carlos Eduardo – Advogado ATR – Rio dos Macacos
81	29/8/2014	Reunião no Município de Marechal Thaumaturgo
82	1/9/2014	Reunião na PR/PE Assunto: Transporte escolar indígena – Local: PR/PE Seminário “Direitos das Minorias” Palestra: Minorias étnicas e a Convenção 169 da OIT Local: Edifício-sede da Justiça Federal
83	2/9/2014	Entrevista ao <i>Interesse Público</i> no gabinete Assunto: Atuação nacional do MPF na garantia dos direitos dos povos indígenas, em especial na questão da demarcação de terras.
84	4/9/2011	Visita à 6ª CCR de 22 lideranças agroextrativistas, indígenas e trabalhadores rurais da Amazônia que estavam em Brasília participando do 2º Encontro Formativo do Programa Liderar. Desenvolvimento de lideranças entre povos e comunidades tradicionais da Amazônia.
85	4/9/2014	Reunião sobre Teles Pires na 6ª CCR
86	5/9/2014	Reunião do GT <i>Educação Indígena</i> na 6ª CCR
87	8/9/2014	Mesa de abertura do curso <i>Etnografia do Conflito Além da Mediação</i> Local: Hotel Naoum Plaza Reunião sobre Rio dos Macacos, com a presença do Dr. Walter Rothemburg. Local: SG/PR Reunião com Dr. Caixeta na 6ª CCR

88	9/9/2014	Reunião do GT <i>Comunidades Tradicionais</i> na 6ª CCR Reunião com o PGR, coordenadores das Câmaras e procuradores-chefes no Gabinete do PGR
89	10/9/2014	Entrevista no gabinete com Iara Ferraz, antropóloga e integrante da equipe de pesquisa Movimentos Sociais e esfera pública, pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ Assunto: Defesa dos direitos dos povos
90	12/9/2014	Reunião com o Cacique Damião e cinco lideranças no gabinete
91	15/9/2014	Reunião do GT <i>Quilombos</i> na 6ª CCR
92	22/9/2014	Painel "Definição dos limites de atuação da 1ª CCR com as CCRs e a PFDC" durante o Encontro Nacional, em Brasília. Local: Hotel Mercure Líder Reunião com o Cimi no gabinete Assunto: RMS 29087
93	23/9/2014	Reunião Ordinária na 6ª CCR
94	25/9/2014	Reunião com Francisco Arara no gabinete Assunto: Questão fundiária do povo Arara do rio Guariba-MT Reunião com Cacique Babau, Adelar (Cimi) e José Teixeira no gabinete Assunto: Ameaças e mandado de prisão
95	26/9/2014	Entrevista acadêmica- Daniele Ferrer- UCB
96	30/9/2014	Reunião com o PGR de Cuba, Dario Delagado, no Memorial Assunto: Atuação da 6ª CCR
97	1/10/2014	Reunião com Dr. Maurício Guetta, do ISA, no gabinete
98	3/10/2014	Reunião do CGE no Gabinete do PGR Entrevista ao pesquisador Jefferson Dias de Lima da Universidade Federal de Goiás (UFG) no gabinete Assunto: Subsistema de atenção à saúde indígena
99	6/10/2014	Apresentação à 6ª CCR do projeto <i>Livro Infantil Kaingang</i> e os andamentos dados até o momento, com a presença da Secom e de antropólogos da 6ª CCR. Local: 6ª CCR
100	8 e 9/10/2014	II Encontro Temático da 6ª CCR Local: Salvador-BA
101	13/10/2014	Reunião na 6ª CCR com as antropólogas Iara Ferraz e Isabel Vidal; Dr. Ubiratan; Dra. Lilian; e o procurador-chefe da PR/PA Assunto: Questões de Marabá
102	16/10/2014	Reunião com o Cimi e 40 lideranças Guarani-Kaiowá no auditório do 5ª andar da PGR Reunião com os Enaewnê-nawê na 6ª CCR
103	20/10/2014	Reunião do GT <i>Demarcação</i> na 6ª CCR Reunião com trinta lideranças de dezoito povos e Henyo Barreto no auditório do 5º andar da PGR Assunto: O papel da Câmara no âmbito do 1º módulo do curso básico de formação em PNGATI
104	24/10/2014	Reunião com o Dr. Gustavo Kenner e Dr. Caixeta no gabinete
105	28/10/2014	Entrevista ao <i>Interesse Público</i> no gabinete Assunto: Balanço das ações da 6ª CCR para um programa de retrospectiva
106	29/10/2014	Reunião Ordinária na 6ª CCR
107	31/10/2014	Entrevista à Rede Câmara no gabinete Assunto: PL 7447/2010
108	3/11/2014	Reunião no gabinete com Brent Millikan (Diretor do Programa Amazônia) e entidades da sociedade civil: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), ISA, Contectus e <i>International Rivers</i>
109	5/11/2014	Mesa de Controvérsias sobre Terra e Território – Palestra: O papel do MPF na efetivação das políticas públicas de acesso à terra e sua relação com a mediação de conflitos Local: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)- Palácio do Planalto Reunião com procuradores da República do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Mato

		Grosso Assunto: Ajuizamento de ACPs em defesa das Bacias Hidrográficas – Local: PR/PA
110	7/11/2014	Reunião com o MPOG, MPT, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e lideranças indígenas no Auditório JK, na PGR
111	10/11/2014	Reunião com Dr. Paulo Maldos, Secretário Nacional e Juliana Miranda, Sec. Adj. Articulação Social/PR no gabinete Assunto: Consulta Prévia Tapajós
112	11/11/2014	Audiência Pública na Comissão de legislação participativa da Câmara dos Deputados, no Anexo II, Plenária 3 Assunto: Situação das CASAI's
113	12/11/2014	Reunião Ordinária na 6ª CCR
114	17/11/2014	Lançamento do vídeo sobre Conflitos com as comunidades pesqueiras no Brasil de norte a sul, produzido pelo Conselho Pastoral de Pescadores Local: Sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
115	19/11/2014	Entrevista coletiva na 6ª CCR Assunto: Ações coordenadas em defesa das bacias hidrográficas
116	21/11/2014	Seminário <i>Conhecimento e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais: diálogos entre academia e movimentos sociais</i> Local: UFPA Correição Ordinária na 6ª CCR
117	26/11/2014	II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, no Parlamundi da Legião da Boa Vontade (LBV) Mesa: <i>Territórios: acesso, regularização e conflitos</i>
118	27/11/2014	Entrevista- Marcelo/Carta Capital no gabinete Assunto: Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi)
119	3 a 5/12/2014	XIV Encontro Nacional da 6ª CCR
120	6/12/2014	Encontro dos alunos do Colégio Rosário
121	10/12/2014	Receber 25 procuradores de Moçambique e Dr. Walter Assunto: Direitos Fundamentais Local: Plenário do CSMPPF Reunião com Daniel Cerqueira no gabinete Assunto: Direito à consulta prévia aos povos indígenas do Brasil
122	11/12/2014	Reunião com Anac, Funai, PR/AP, MD, PRR 1ª Região na 6ª CCR Assunto: Pistas de pouso no Amapá
123	12/12/2014	Reunião com o Cimi e lideranças Pataxó na 6ª CCR
124	15/12/2014	Chácara do Cimi
125	17/12/2014	Reunião com Ana Carolina no gabinete Assunto: o processo histórico de fundação e organização da Câmara; desenvolvimento do "esprit de corps" no MPF, que tem ajudado procuradores a trabalhar em prol dos povos indígenas

4.3 - Reuniões do Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira

	DATA	COMPROMISSO
1	28/4/2014	Reunião da 6ª CCR (videoconferência)
2	12/5/2014	Videoconferência da reunião ordinária da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
3	13/5/2014	Reunião para tratar de questões da comunidade indígena Xokleng Local: sala da biblioteca em Porto Alegre-RS

4.4 - Reuniões da Dra. Eliana Péres Torelly de Carvalho

	DATA	COMPROMISSO
1	13/8/2014	Reunião com pescadores artesanais, acompanhados do pesquisador Roberto Martins de Souza, do Instituto Federal do Paraná
2	19/8/2014	Reunião com Cleber, do Cimi, lideranças indígenas do Rio Grande do Sul e representante da Articulação dos povos indígenas da Região Sul (Arpin Sul)
3	7 e 8/10/2014	II Encontro Temático da 6ª CCR em Salvador
4	29/10/2014	Reunião na 6ª CCR
5	19 a 21/11/2014	Seminário em Belém-PA
6	2 a 5/12/2014	XIV Encontro Nacional da 6ª CCR em Florianópolis-SC

4.5 - Reuniões do Dr. João Akira Omoto

	DATA	COMPROMISSO
1	8 e 9/10/2014	II Encontro Temático da 6ª CCR (Quilombolas)
2	16/10/2014	Encontro com as lideranças indígenas Guarani-Kaiowá na 6ª CCR
3	29/10/2014	Reunião Ordinária na 6ª CCR
4	12/11/2014	Reunião extraordinária na 6ª CCR
5	21/11/2014	Reunião na presidência da Funai
6	25/11/2014	Reunião na Funai
7	3 a 5/12/2014	XIV Encontro Nacional da 6ª CCR
8	11/12/2014	Reunião na Secretaria de Articulação Social da Presidência da República Assunto: Terra Indígena Xokleng

4.6 - Reuniões do Dr. Luciano Mariz Maia

	DATA	COMPROMISSO
1	21/2/2014	Reunião ordinária da 6ª CCR
2	18/3/2014	Reunião GT <i>Quilombos</i> Gravação de entrevista sobre os ciganos no Brasil, para o Programa <i>Caminhos da Reportagem</i> , da TV Brasil
3	2/4/2014	Audiência Pública "Combate à discriminação e Políticas Públicas relacionadas à comunidade cigana no Município de Poços de Caldas" Local: Auditório da Subseção de Poços de Caldas da OAB
4	28/4/2014	Reunião ordinária da 6ª CCR
5	30/4/2014	Reunião com a Chesf e lideranças Tuxá na 6ª CCR
6	22/5/2014	Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, para discutir políticas públicas para a preservação da cultura do povo cigano no Brasil Local: Anexo II da Câmara dos Deputados
7	23 e 24/5/2014	III Encontro Kalé-Romá do Brasil e I Encontro Cigano do Agreste Pernambucano. Local: Câmara dos vereadores de Caruaru- PE
8	3/6/2014	Audiência Pública sobre a Convenção 169 da OIT Local: Plenário 6- Anexo II da Câmara dos Deputados
9	7/8/2014	Reunião na 6ª CCR para discutir atuação dos GTs

10	1/9/2014	Reunião na PR/PE Assunto: Transporte escolar indígena
11	9/9/2014	Reunião do GT <i>Comunidades Tradicionais</i>
12	23/9/2014	Reunião Ordinária da 6ª CCR
13	8/10/2014	Audiência Pública com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com a participação das lideranças Tumbalalá e Tuxá
14	12 a 19/10/2014	Seminário de Capacitação para América Latina da Rede Latinoamericana para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades Massivas, organizado pelo Instituto Auschwitz para a Paz e Reconciliação - AIPR, em Oswiecim, Polônia
15	29/10/2014	Reunião Ordinária da 6ª CCR
16	5/11/2014	Conferência "Os Direitos Fundamentais dos povos ciganos do Brasil" - Semana Universitária da UnB
17	12/11/2014	Reunião Ordinária da 6ª CCR
18	18/11/2014	Reunião com as lideranças dos índios Tuxá, de Rodelas
19	3 e 4/12/2014	XIV Encontro Nacional da 6ª CCR, em Florianópolis-SC
20	9/12/2014	Reunião para tratar do caso dos Tuxá. Participaram da reunião: Funai, AGU, MJ, Incra e Secretaria Geral da Presidência da República

4.7 - Reuniões do Dr. Márcio Barra Lima

	DATA	COMPROMISSO
1	7/8/2014	Reunião dos GTs e membros da 6ª CCR no auditório do Bloco B, 5º andar Assunto: Estratégias de atuação
2	29/8/2014	Reunião em Marechal Thaumaturgo-AC, com a participação da Funai, ICMBio, indígenas e extrativistas
3	4 a 6/11/2014	Viagem institucional para a Amazônia realizada pelo Ministério da Defesa, representando a 6ª CCR. Inspeção nas condições da Escola Estadual Indígena Nossa Senhora da Imaculada Conceição (EEINSIC-QE), situada em "Querari", no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM
4	3 a 5/12/2014	Participação no XIV Encontro Nacional da 6ª CCR, em Florianópolis-SC

4.8 - Reuniões da Dra. Maria Eliane Menezes de Farias

	DATA	COMPROMISSO
1	21/1/2014	Reunião com os Tupinambá
2	3/2/2014	Reunião com o Cacique Babau sobre a TI Tupinambá
3	21/2/2014	Reunião ordinária da 6ª CCR
4	21/3/2014	Reunião com representantes da SPU sobre regularização fundiária de áreas ocupadas por populações tradicionais
5	30/4/2014	Reunião com os Tuxá
6	8/5/2014	Reunião com indígenas da Aldeia Wassú Cocal, na 6ª CCR. Após a reunião, a Dra. Maria Eliane acompanhou-os em outra reunião com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
7	12/5/2014	Reunião ordinária da 6ª CCR

5 Estatísticas

5.1 - Portarias Publicadas/6ª CCR

22

5.2 - Correspondências Recebidas e Expedidas

Recebidas	Expedidas
2.048	582

5.3 – Passagens

Membros da 6ª Câmara nos estados e nos municípios	223
Analistas Periciais e Técnicos	65
Colaboradores eventuais	19
TOTAL	307

5.4 – Diárias

Membros da 6ª Câmara nos estados e nos municípios	746
Analistas Periciais e Técnicos	397
Colaboradores eventuais	70
TOTAL	1.213

5.5 - Atuação Pericial

Tema	Relatório Técnico	Parecer Técnico	Laudo Pericial	Inquérito Civil	Total
Saúde Indígena	1	-	-	-	1
Impacto Socioambiental	3	3	-	-	6
Territorialidade Quilombola	-	-	-	-	-
Sustentabilidade Socioeconômica	-	-	-	-	-
Pluralismo Jurídico: Área criminal	7	8	2	-	17
Regularização Fundiária	6	4	-	-	10
Conflito Socioambiental	3	7	-	1	11
Pluralismo Cível	-	3	-	-	3

Conflito Fundiário	2	1	-	-	3
Educação Indígena	2	1	-	-	3
Geoprocessamento	-	2	-	-	2
Orçamento Temático	-	-	-	-	-
Outros	23	5	-	-	28

5.6 - Reuniões Ordinárias

Procedimentos Administrativos Relatados	Quantidade
Homologação de arquivamento	862
Não Homologação de Arquivamento	29
Outras deliberações	5
Homologação de declínio	26
Não Homologação de declínio	5
Outras deliberações sobre os declínios	2
TOTAL	929

5.7 - Histórico das reuniões ordinárias

SESSÃO	DATA	P.A.	DEBORAH	GILDA	MARIA ELIANE	LUCIANO	JOÃO AKIRA	DANIEL SARMENTO	ELIANA	DOMINGOS SÁVIO
395	21/2	337	95	194	48	-	-	-	-	-
396	12/5	121	56	-	28	-	-	10	-	27
397	23/9	223	118	-	-	67	-	-	38	-
398	29/10	154	78	-	-	-	46	-	30	-
399	12/11	96	37	-	-	39	20	-	-	-
TOTAL		931	384	194	76	106	66	10	68	27

5.8 - Procedimentos Distribuídos e Relatados

	Distribuídos	Relatados
Deborah Duprat	549	384
Eliana Torelly	89	68
João Akira	171	66
Luciano Mariz	188	106
Gilda	194	194

Maria Eliane	76	76
Daniel Sarmento	10	10
Domingos Sávio	27	27
TOTAL	1.304	931

5.9 - Quantidade de ICPs e PAs instaurados

	ICPs	PAs
6ª CCR	1.751	240

5.10 - Procedimentos instaurados nos estados (por área de atuação, assunto e tipo)

Estados	Procedimentos					
	Notícia de Fato	Inquérito Civil	Procedimento preparatório	Procedimento administrativo	Procedimento Investigativo criminal	Total por estados
 AC	6	19	10	1	-	36
 AL	7	23	9	-	-	39
 AM	13	116	29	6	1	165
 AP	8	18	9	8	1	44
 BA	63	110	27	24	5	229
 CE	2	41	44	5	1	93
 DF	64	74	97	52	-	287
 ES	10	20	11	2	-	43
 GO	10	134	11	7	1	163

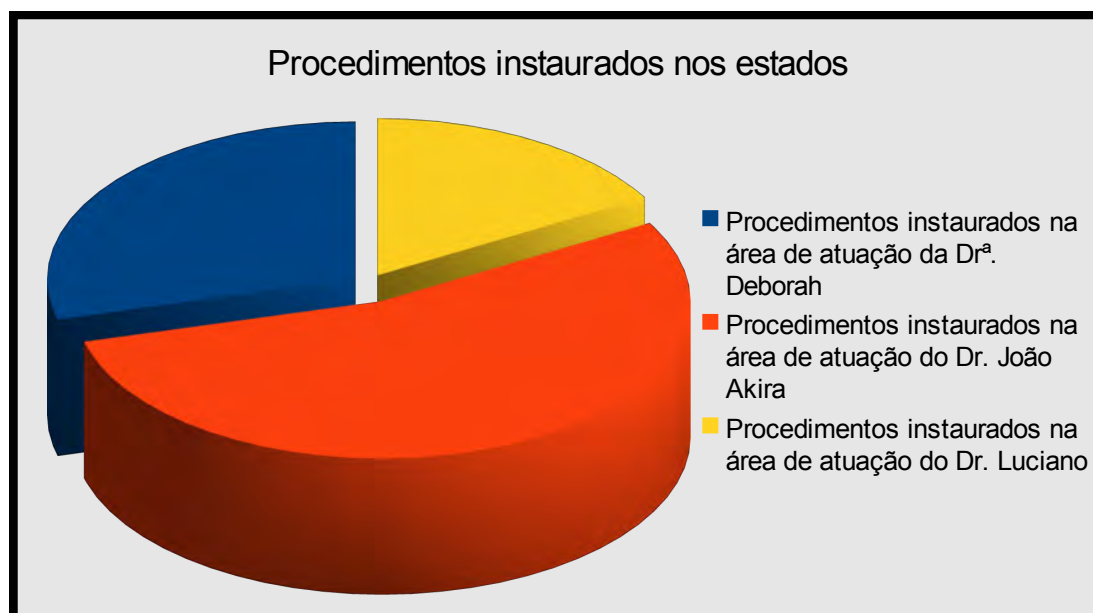
 MA	38	40	29	1	-	108
 MG	28	94	44	2	2	170
 MS	32	59	36	11	1	139
 MT	84	149	64	4	-	301
 PA	38	104	71	31	4	248
 PB	21	22	23	1	-	67
 PE	30	77	19	2	7	135
 PI	13	5	3	-	-	21
 RJ	20	72	43	17	1	153
 RJ	306	79	38	1	21	445
 RN	4	7	9	8	3	31
 RO	8	64	21	11	-	104
 RR	20	24	28	-	-	72
 RS	87	124	56	16	2	285
 SC	22	58	25	14	-	119
 SE	9	15	4	8	-	36

 SP	55	184	58	5	2	304
 TO	8	19	31	1	-	59
Total	1006	1751	849	238	52	3896

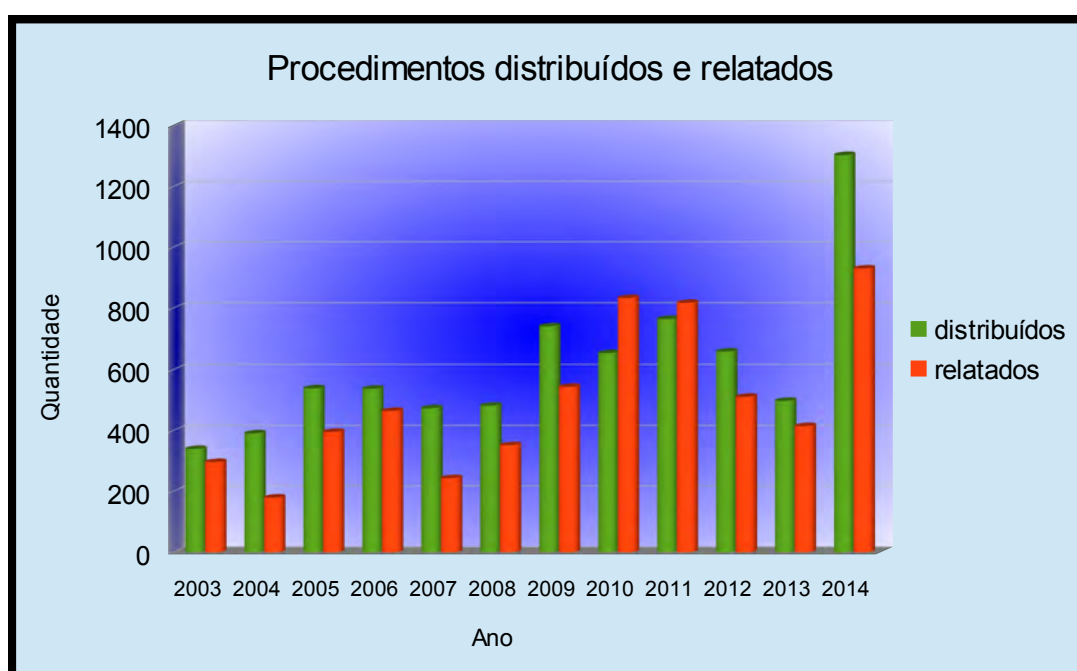
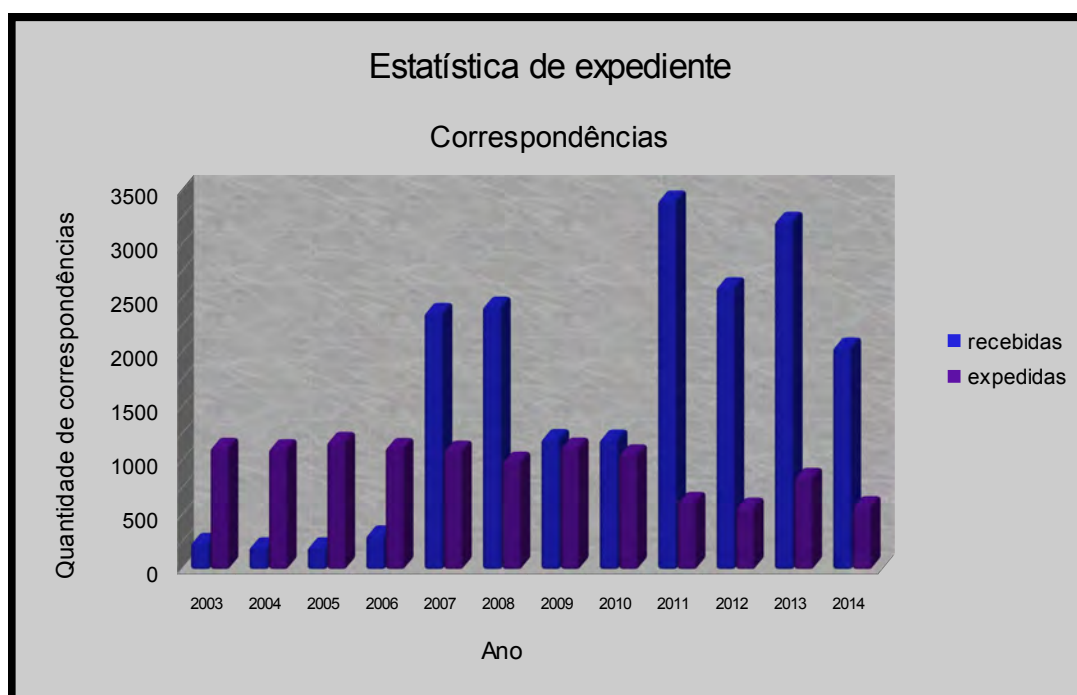
*Carta Precatória do MP: Tocantins-1

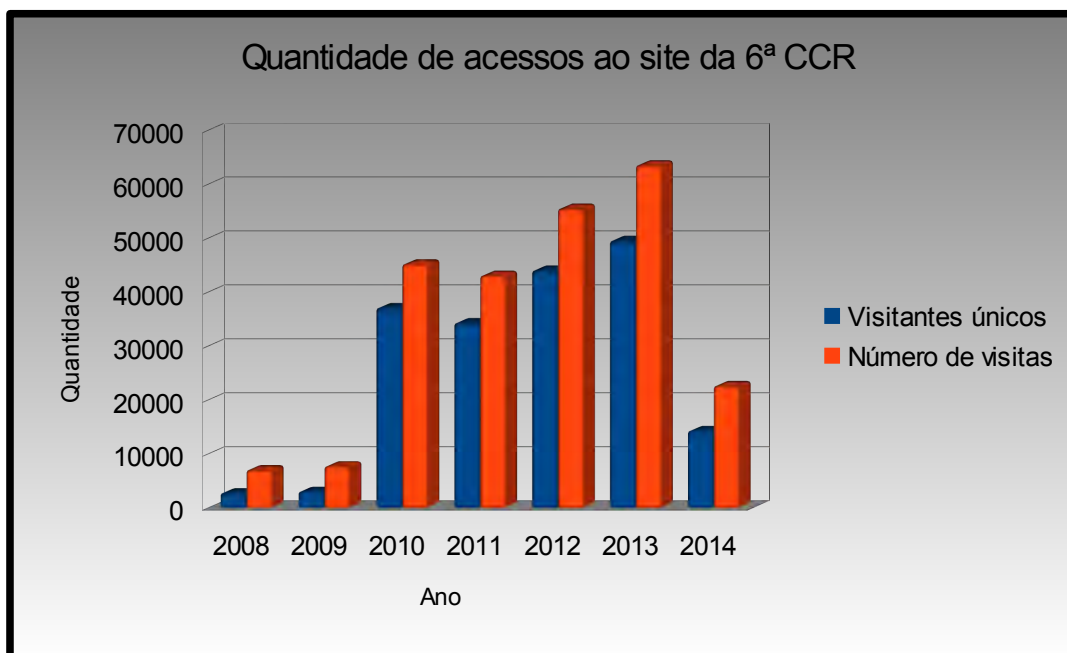
*Sem Registro de Grupo Temático- Procedimento de Cooperação Internacional- PGR: DF-22 e MG-1

5.11 – Gráficos e Estatísticas da 6ª Câmara¹¹



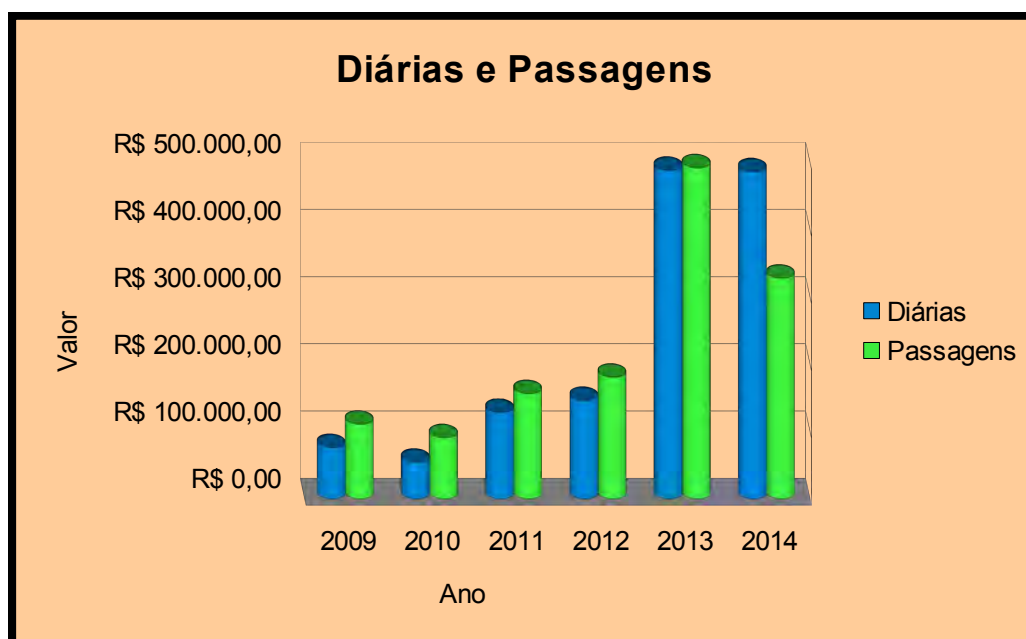
¹¹ Os gráficos que não apresentam as fontes foram realizados com base nas informações dos Relatórios de Atividades anteriores.





Fonte: Site de estatística de acessos, com informações fornecidas pela Secom/PGR.

* Os dados de acesso de 2014 são relativos apenas ao período de 21 a 23 de julho e a partir de 18 de agosto, devido a falhas no sistema.



Fonte: Coordenadoria de Viagens e Eventos

5.12 - Material de Biblioteca

Em 2014 o acervo da 6ª CCR começou a ser encaminhado para a Rede de Bibliotecas do MPF, disponível fisicamente na PGR, com o objetivo de centralizar o material.

Essa iniciativa propicia amplo acesso por parte dos interessados ao conteúdo que aborda a temática da Câmara. Além disso, o arquivo receberá tratamento especializado, no que compete à manutenção e conservação.

5.13 - Alguns fatos de 2014 envolvendo a temática da 6ª CCR¹²

- Reportagens no *Interesse Público*

- Reportagem da revista televisiva *Interesse Público*, com o título "Seminário reúne especialistas para debater os 10 anos da Convenção 169 da OIT ", publicada em 28/4/2014¹³ pela Secom/PGR.

Confira alguns recortes do vídeo:



12 As reportagens e informações disponíveis neste item e no item "Eventos" foram resumidas e têm como base as publicações da Secom/PGR e Ascoms do MPF.

13 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1sMw_yP2yLs>.



- Reportagem da revista televisiva *Interesse Público*, com o título “Comunidade de pescadores faz acordo para sobreviver”, publicada em 10/6/2014, relatando sobre a construção de um estaleiro em Barra do Riacho-ES. Para resguardar os pescadores foi firmado um Termo de Compromisso Socioambiental entre a empresa, a comunidade, os Ministérios Públicos Estadual e Federal¹⁴.

Confira alguns recortes do vídeo:



- Segunda reportagem da série “Ministério Público Federal (MPF) em Defesa das Unidades de

¹⁴ Texto baseado na reportagem do *Interesse Público*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=chRaPoWHJYo&index=4&list=PLbbVbiVtNjF32hj1h56_pVIEKqtq2A5-K.

Conservação” na revista televisiva *Interesse Público*, publicada em 16/6/2014¹⁵ pela Secom/PGR¹⁶, abordou a VIII Feira dos Povos do Cerrado, na qual os povos do cerrado foram ouvidos pelo MPF.

Confira alguns recortes do vídeo:



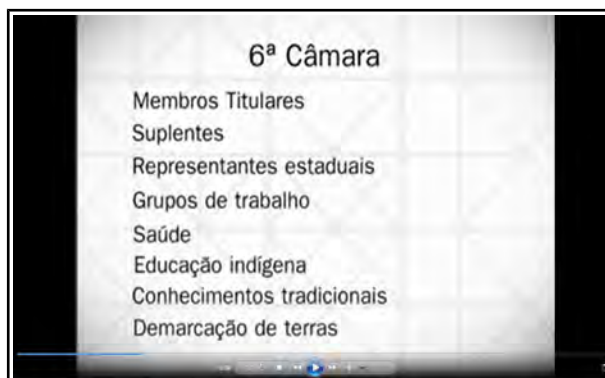
15 Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pxgUIA3dV4w&list=PLbbVbiVtNjF1FTtFzYacPMe9AOh0WaMob>>.

16 Reportagem disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/interesse-publico-veja-a-segunda-reportagem-da-serie-mpf-em-defesa-das-unidades-de-conservacao>.

- **Série Nossas Conquistas**¹⁷

- A Série *Nossas Conquistas* publicou em 11/6/2014 um vídeo sobre as atuações que foram destaque na 6ª Câmara em 2013. Entre os temas abordados estão: planos do órgão colegiado para 2014, funcionamento da 6ª CCR e trabalho integrado dos membros pelo país¹⁸.

Confira alguns recortes do vídeo:



- Na Série *Nossas Conquistas* de 17/6/2014 foi abordado o trabalho realizado pelo MPF em Mato Grosso do Sul com os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, no intuito de ouvir as demandas das comunidades tradicionais¹⁹.

Confira alguns recortes do vídeo:



- Na Série *Nossas Conquistas* de 2/7/2014 foi abordado o trabalho realizado por membros e servidores do MPF/AM nos últimos dois anos, os quais ouvem e dão os devidos

17 Os *links* das reportagens da intranet do MPF não constam neste Relatório, pelo fato de serem inacessíveis ao público externo.

18 Texto baseado na publicação da intranet do MPF, de 11/6/2014 - "Série Nossas Conquistas: confira as atuações que foram destaque na 6ª Câmara em 2013". Vídeo disponível em: <<http://www.tvmpf.mpf.gov.br/videos/412>>.

19 Texto baseado na publicação na intranet do MPF, de 17/6/2014 - "Série Nossas Conquistas: MPF/MS dá exemplo de aproximação com o cidadão". Vídeo disponível em: <<http://www.tvmpf.mpf.gov.br/videos/487>>.

encaminhamentos às demandas da comunidade²⁰.

Confira alguns recortes do vídeo:



- Portarias

- Os procuradores da República Wilson Rocha Assis e Ricardo Gralha Massia foram indicados para integrar o GT Terras Públicas/Desapropriação da 5ª CCR, por meio do Ofício nº 280/2014/6CCR/MPF, de 13 de agosto, em atendimento ao convite do Ofício nº 852/2014/PGR/5ªCCR/MPF, de 15 de julho (PORTARIA 5ª CCR Nº 10, de 25 de agosto de 2014).
- Por meio da Portaria PGR/MPF Nº 598, de 6 de agosto de 2014 (alterada pela Portaria PGR/MPF Nº 646, de 22 de agosto de 2014), foi instituído um Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de modelo de organização e funcionamento da atividade pericial, formado por representantes das Câmaras, PFDC, AMGE e Secretaria de Pesquisa e Análise. O servidor que representa a 6ª Câmara é o analista pericial em antropologia Marco Paulo Fróes Schettino.

²⁰ Texto baseado na publicação na intranet do MPF, de 2/7/2014 - "Série Nossas Conquistas: No Amazonas, MPF vai ao encontro da população para ouvir demandas". Vídeo disponível em: <<http://www.tvmpf.mpf.gov.br/videos/508>>.

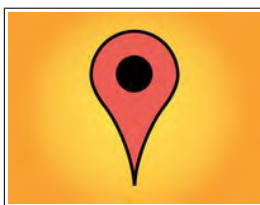
- Projetos

- SiGEO

O Sistema de Informações Georreferenciadas (SiGEO) do MPF visa agilizar a atuação da instituição pelo intercâmbio e consolidação de dados de diversas instituições públicas e do movimento social. O cerne do projeto é a formação de um extenso banco de dados, contendo informações geográficas e estatísticas, que serão apresentadas em uma plataforma *on-line* customizada de acordo com objetivos estratégicos de atuação elencados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF. Como resultado imediato, o MPF e a sociedade terão em mãos um retrato espacial e estatístico sobre diversos problemas enfrentados pela instituição, o que possibilitará uma atuação mais ágil, precisa e inteligente do MPF. Na primeira fase do projeto, que se iniciou em agosto de 2014, consolidou-se a estrutura tecnológica necessária para o funcionamento do sistema e as parcerias institucionais para intercâmbio de informações. As temáticas priorizadas nessa primeira fase foram as correspondentes à atuação da 4ªCCR e da 6ªCCR. A segunda fase do projeto propõe a reunião de dados das demais Câmaras e de algumas procuradorias da República nos estados e municípios, multiplicando o tamanho do banco de dados e abrindo as informações para o acompanhamento por parte da sociedade civil.



Treinamento do SiGEO na 6ª CCR



Logomarca do SiGEO

- Projeto "Aldeia da Memória - Biblioteca Virtual da 6ªCCR"²¹

Este projeto está vinculado ao Planejamento Estratégico do MPF e ao Planejamento Temático da 6ª CCR, com o objetivo de fomentar a comunicação e a coordenação entre as instâncias do MPF, visando uma atuação efetiva. As finalidades do Projeto "Aldeia da Memória" são elaborar uma biblioteca virtual temática composta por documentos orais e escritos; fomentar a memória institucional, consolidando e documentando o conhecimento adquirido pela atuação judicial e extrajudicial; construir uma reflexão sobre a atuação da 6ª CCR, auxiliando na coordenação mais eficiente.

Em 2014 já foram realizadas as seguintes etapas: gestão do projeto e da documentação; apresentação da proposta ao Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF) e a sua respectiva aprovação; elaboração do Plano de Projeto e do Plano de Comunicação. A previsão de finalização do projeto é setembro de 2015 e os beneficiários são as populações indígenas, membros e servidores do MPF.

- Projeto GT *Educação Indígena* "MPF em defesa da escola indígena"²²

Este projeto visa dar maior amparo à educação indígena, conforme mencionado no relatório de atividades do respectivo GT. Entre os beneficiários do projeto estão membros, servidores do MPF e população indígena. O projeto iniciou-se em dezembro de 2014 e tem previsão de término em agosto de 2015.

- Série Manual de Atuação - 6ª CCR "Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral – Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais"²³

Com o objetivo de oferecer aos membros ingressantes no MPF conhecimento acerca da temática quilombola (regularização de territórios quilombolas), foi elaborado um Manual de Atuação da 6ª CCR pelo GT *Quilombos*, que aborda a regularização de territórios quilombolas.

O manual foi realizado por meio de levantamento antropológico, jurídico e de políticas públicas relacionados à temática, com apresentação do produto em meio impresso e digital. Além disso, será criado um ambiente interativo para acesso ao manual e a peças correlatas, resultando em maior coordenação na atuação dos membros do MPF. Os clientes do projeto são os membros do GT *Quilombos* e os beneficiários, a sociedade em geral e as comunidades quilombolas.

21 Texto retirado da Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

22 Texto retirado da Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

23 Texto retirado da Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

6 Eventos

6.1 - Eventos apoiados pela 6ªCCR

- De 17 a 21 de março: Programa de Formação para Peritos do MPF, oferecido pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), em parceria com a 6ª CCR, no Auditório JK, da PGR. Participaram do evento 46 servidores nomeados no cargo de analista pericial do MPU em 2014. A Assessoria Pericial da 6ª CCR participou do evento, ministrando palestras relacionadas à Antropologia para os novos servidores dessa área, nos três últimos dias do Programa.²⁴

- 2 de abril: Audiência Pública em Poços de Caldas-MG, sobre a situação das comunidades ciganas que vivem nesse município, com a participação de representantes das comunidades e autoridades federais, estaduais e municipais. Pelo MPF, participou o subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia.²⁵

- 10 de abril: Promoção do fórum "A Questão Indígena e o Poder Judiciário" em parceria com a Escola da Magistratura Regional Federal - 2ª Região (Emarf), com o Ministério da Justiça e com a Fundação Nacional do Índio (Funai), realizado no auditório do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro. "O evento é parte do Programa de Estudos Avançados (PEA), uma iniciativa da Comissão de Gestão da Administração Judiciária da Emarf. Integra a programação de 2014 do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais da 2ª Região (CAE)". Pelo MPF, participaram do fórum a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat e os procuradores da República Daniel Sarmento, Julio José Araujo Junior e Felício Pontes Júnior.²⁶

- 6 de maio: Rodada de negociação entre a comunidade quilombola Rio dos Macacos (Simões Filho-BA) e o governo federal, que terminou sem acordo. A reunião foi conduzida pela Dra. Deborah Duprat e pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Leandro Bastos Nunes.²⁷

- 22 e 23 de maio: Encontro em Belo Horizonte-MG, com o apoio da 6ª CCR, PFDC, ESMPU e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional do MP estadual, para tratar da atuação conjunta dos MPs em defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais. Entre os participantes estavam membros do MPF e do MP/MG.²⁸

24 Resumo baseado na reportagem publicada na intranet do MPF em 19/3/2014 - "SGP promove Programa de Formação de Peritos do MPF" - e no folder com o cronograma do evento.

25 Resumo baseado na reportagem da Ascom/MG, publicada no site do MPF em 25/4/2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/audiencia-publica-obtem-propostas-em-favor-de-ciganos-que-vivem-em-pocos-de-caldas-mg>.

26 Resumo baseado na reportagem da Secom/PGR, de 11/4/2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-trf2-e-funai-promovem-seminario-sobre-a-questao-indigena>.

27 Resumo baseado na reportagem da Ascom/BA, publicada no site do MPF em 6/5/2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/rio-dos-macacos-mpf-defende-suspensao-de-processo-contra-quilombolas>.

28 Resumo baseado na reportagem da Ascom/MG, publicada no site do MPF em 24/5/2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/6a-camara>.

- 5 e 6 de junho: No I Encontro Temático da 6ª CCR, o MPF atendeu às comunidades tradicionais do cerrado no Complexo Cultural da Funarte, em Brasília-DF²⁹. O evento da 6ª CCR fez parte do VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, realizado pela Rede Cerrado³⁰. A coordenadora da 6ª CCR, Deborah Duprat, representou o MPF na condução dos trabalhos.



Arte do I Encontro Temático da 6ª CCR



Foto: Antonio Augusto/SECOM/MPF

- 24 a 28 de novembro: II Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais³¹, em Brasília-DF, organizado pela Comissão Nacional de Populações e Comunidades Tradicionais, com a participação de diversos órgãos, membros e servidores do MPF e comunidades tradicionais. Dra. Deborah Duprat participou da mesa *Territórios: acesso, regularização e conflitos*.

[e-pfdc-participam-de-evento-sobre-povos-e-comunidades-tradicionais-em-bh](#)>.

29 Resumo baseado na reportagem da Secom/PGR, de 9/6/2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/durante-dois-dias-mpf-atende-a-comunidades-tradicionais-em-brasilia>.

30 Leia a íntegra da Carta Final do VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado: <<http://www.redecerrado.org.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/456-territorio-autodeterminacao-e-agroecologia-resumem-o-desejo-dos-povos-tradicionais-do-cerrado>>. Acesso em: 1/7/2014.

31 Resumo baseado na reportagem da Secom/PGR, de 28/11/2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/demarcacao-territorial-de-comunidades-tradicionais-deve-ser-pensada-fora-da-caixinha-defende-coordenadora-da-6a-CCR-1>.



Foto: Antônio Augusto/SECOM-PGR

6.2 - Participação em Audiências Públicas

- 20 de abril: Audiência Pública *Comunidades Fundo de Pasto*, com o objetivo de instruir o Inquérito Civil Público nº 1.14.012.000011/2014-13 e possibilitar ampla discussão pela sociedade acerca dos impactos sociais causados pelo empreendimento de irrigação “Baixo de Irecê” da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Paranaíba – CODEVASF face às comunidades tradicionais da região denominadas “fundos de pasto”³².
- 24 de abril: Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para debater “Os conflitos no campo e as demarcações de terras indígenas”, com a participação da subprocuradora-geral da República Deborah Duprat.
- 3 de junho: Audiência Pública na Câmara dos Deputados, com a participação do subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia, defendendo que a vinculação do Brasil à Convenção 169 da OIT seja mantida.³³



Foto Antônio Augusto/Secom/MPF

32 Trecho retirado de relatório enviado à 6ª CCR, por meio do OFÍCIO Nº 342 – TXF/BA, de 3 de junho de 2014.

33 Resumo baseado na reportagem da Secom/PGR, de 4/6/2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-defende-que-vinculacao-do-brasil-a-convencao-169-da-oit-seja-mantida>.

- 11 de novembro: Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, com a participação da subprocuradora-geral da República Deborah Duprat. Assunto: situação das CASAIs.³⁴



Foto: Antônio Augusto/Secom/MPF

- Algumas reuniões em fotos

- 7 de agosto: Os membros e coordenadores dos GTs da 6ª CCR reuniram-se para traçar as estratégias de atuação para os próximos meses de 2014. Os assuntos discutidos foram: nova estruturação dos grupos de trabalho e os encontros regional e nacional da Câmara³⁵.



Foto: Carlos Alberto/Secom/MPF.

- 4 de setembro: Dra. Deborah Duprat reuniu-se com 15 lideranças agroextrativistas, indígenas e trabalhadores rurais da Amazônia³⁶.

34 Reportagem de 14/11/2014, disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-pede-mudancas-no-sistema-de-saude-indigena-em-audiencia-na-camara>.

35 Resumo baseado na reportagem da intranet do MPF, de 18/8/2014 - "6ª Câmara de Coordenação e Revisão define estratégias de atuação para os próximos meses").

36 Resumo baseado na reportagem da intranet do MPF, de 8/9/2014 - "6ª Câmara promove aproximação com comunidades da Amazônia".



Foto: Carlos Alberto / Secom / MPF

- 6 de outubro: Reunião na 6ª Câmara para apresentação de material didático indígena.



Foto: 6ª CCR

- 16 de outubro: Reunião com Funai, IcmBio e Dnit, com a participação da Dra. Deborah, dos procuradores da República Thiago Augusto Bueno e Ana Carolina Haliuc Bragança.



Foto: 6ª CCR

- 10 de dezembro: Dra. Deborah recebeu Dr. Walter Rothenburg e 25 procuradores da República em Moçambique.



Foto: 6ª CCR

6.3 - Eventos promovidos pela 6ª CCR

- 14 de abril: Pré-estreia do documentário "ÍNDIO CIDADÃO?", promovida pela 6ª CCR em parceria com a produtora 7G Documenta, no Memorial do MPF. Participaram do evento Dra. Deborah Duprat, que conduziu o debate após a sessão de pré-estreia; o diretor do documentário, Rodrigo Siqueira Ferreira; o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida; a indígena Valdelice Veron; lideranças indígenas Ailton Krenak e Álvaro Tukano; deputada federal Erika Kokay.³⁷



Foto: João Américo, Secom/MPF

- 23 a 25 de abril: Seminário Internacional "10 anos da Convenção 169 da OIT", promovido pelo MPF (por meio da 6ª CCR), e pelo CNJ, com apoio da Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. O evento foi realizado no Auditório do Conselho Nacional do

³⁷ Resumo baseado na reportagem da Secom/PGR, de 14/4/2014. Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/vivemos-talvez-o-periodo-mais-dramatico-da-historia-indigena-diz-representante-do-mpf.

Ministério Público (CNMP), com a participação/análise de especialistas brasileiros e estrangeiros e palestras ministradas por representantes de órgãos públicos brasileiros e internacionais.³⁸



Foto: Leonardo Prado/Secom/MPF

- 8 a 12 de setembro: Curso *Etnografia do Conflito Além da Mediação*, realizado para 21 analistas periciais em antropologia, foi uma parceria entre o programa *Desenvolver* e a 6ªCCR, que teve como objetivo “ampliar os conhecimentos e habilidades dos antropólogos do MPF necessários à investigação e análise de situações de conflito envolvendo grupos sociais, organizações e instituições com interesses diversos ou antagônicos, assim como entre esses grupos e o Estado e suas políticas públicas”.³⁹



Foto: Instituto Internacional de Educação do Brasil

38 Resumo baseado na reportagem da Secom/PGR, de 25/4/2014 e da ESMPU, de 19/3/2014. Respectivamente, disponíveis em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/avancos-da-justica-colombiana-sao-apresentados-no-encerramento-de-seminario-sobre-convencao-169-da-oit>. e <http://escola.mpu.mp.br/noticias/noticias/copy4_of_news_item.2014-03-19.8714198804/>.

39 Resumo baseado na publicação da reportagem “Antropólogos do MPF participam de curso sobre análise de situações de conflito” na intranet do MPF, em 22/9/2014.

- 8 e 9 de outubro: *II Encontro Temático 6ª CCR- Quilombolas*, em Salvador-BA, com a participação de membros e servidores do MPF, representantes da comunidade quilombola Rio dos Macacos e pescadores artesanais.⁴⁰



Arte do II Encontro Temático da 6ª CCR

- 3 a 5 de dezembro: XIV Encontro Nacional da 6ª CCR, em Florianópolis-SC, com a participação de membros e servidores do MPF, e convidados. Entre os temas abordados estão demarcação e sobreposição territorial.⁴¹



Arte do XIV Encontro Nacional da 6ª CCR

6.4 - Outros eventos

- 3 de junho: *II Prêmio da República* na categoria *Índios, Comunidades Tradicionais e Minorias*, em virtude das **três ações coordenadas** realizadas entre dezembro de 2012 e

40 Reportagem publicada na intranet do MPF em 8/10/2014 - "Encontro da 6ª Câmara do MPF discute conflitos e estratégias de soluções para a questão Quilombola".

41 Reportagem de 3/12/2014, disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/destaques-do-site/encontro-nacional-da-6a-camara-reune-procuradores-de-todo-o-pais-em-santa-catarina>>.

novembro de 2013 – "Dia D da Saúde Indígena", "MPF em defesa das terras indígenas" e "MPF em defesa das terras quilombolas", em evento anual da Associação Nacional dos Procuradores da República. O procurador da República Leandro Mitidieri, um dos que esteve à frente das ações, recebeu o troféu.⁴²

O projeto MPF na Comunidade, idealizado pelo procurador da República Julio José Araujo Junior e realizado pelo MPF no Amazonas, recebeu menção honrosa.



⁴² Resumo da reportagem publicada na intranet do MPF em 6/6/2014 - "Projetos vinculados à 6ª Câmara são destaque no II Prêmio República". Reportagem da Ascom/AM, disponível em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/projeto-mpf-na-comunidade-ganha-premio-nacional/.

7 Comunicação

7.1 - Boletim Informativo

Periódico quinzenal, em nova versão, com atividades e notícias vinculadas a temas de interesse das populações indígenas e comunidades tradicionais, voltado para o público interno e externo. A *clipagem*, composta por notícias publicadas no *site* e na intranet do MPF, é feita pela Secretaria de Comunicação da PGR.

Em 2014, foram publicadas 23 edições e entre os assuntos que formaram os Boletins Informativos estão:

- recomendações para garantir aos indígenas atendimento médico e alimentos, envio de equipe de saúde a aldeias, educação, previdência e direito à terra;
- investigação de supostas agressões a quilombolas;
- demarcação de terra indígena;
- notícias sobre a educação indígena, a regularização fundiária e indenizações pagas a indígenas;
- apuração pelo MPF de genocídio de ribeirinhos;
- atuação para coibir discriminação contra índios, garantir documentação a indígenas e direitos fundamentais das comunidades tradicionais e populações indígenas;
- participação do MPF em reuniões com lideranças indígenas;
- eventos envolvendo a temática da 6ª CCR, para discutir a situação das comunidades ciganas, a Comissão Nacional da Verdade e violações cometidas contra indígenas durante a ditadura militar;
- denúncias de crimes ambientais em terras indígenas.

Essa seleção de notícias pode ser visualizada no *site* da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão no endereço: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/docs_boletim-informativo/>.



Ministério Público Federal

6ª Câmara de Coordenação e Revisão

6ª Câmara de Coordenação e Revisão

Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

você está aqui: página inicial → documentos e publicações → boletim informativo

Institucional

Apresentação

Composição

Grupos de trabalho

Atuação

Ações coordenadas

Agenda

Atos do colegiado

Encontros

Eventos

Extrajudicial

Judicial

Por temas

Documentos e publicações

Acervo (biblioteca)

Artigos

Boletim informativo

Clipping da mídia

E-Clipping Jurídico

Legislação

Orçamento temático

Relatório de atividades

Boletim informativo

BOLETIM INFORMATIVO

Seleção quinzenal realizada pela 6ª Câmara com as principais informações publicadas no site e na intranet nacional

Notícias externas

- **31/07/2014** - MPF/AM e MPT discutem alternativas para cadeia produtiva da piaçava
- **28/07/2014** - Saúde indígena: MPF/RJ cobra aplicação de verbas em Angra dos Reis
- **24/07/2014** - MPF/RO: índios Terena terão direito a reserva indígena em Vilhena
- **24/07/2014** - Serrarias em terra indígena são fechadas em operação conjunta do MPF/PA, PF e Ibama
- **24/07/2014** - MPF/RR quer garantir salário-maternidade às indígenas Macuxi menores de 16 anos
- **21/07/2014** - MPF/RS pede prazo razoável para demarcação de área quilombola
- **21/07/2014** - MPF/MS: União e Funai devem prestar assistência a trabalhadores indígenas
- **21/07/2014** - Educação indígena: fórum criado por MPF/PA discute melhorias e valorização
- **18/07/2014** - MPF/RS recorre para garantir saúde a índios Kaingang de Mato Castelhanos
- **16/07/2014** - MPF/PB reforça importância da articulação entre ciganos para manter cultura

Dê sua opinião! Envie críticas, elogios ou sugestões para 6ccamara@pgr.mpf.gov.br

LEIA TAMBÉM AS EDIÇÕES ANTERIORES

7.2 - Clipping da mídia

Esse informativo, publicado diariamente, apresenta notícias sobre temas relacionados a populações indígenas e comunidades tradicionais, resultado de pesquisas em veículos da mídia tradicional, além de *sites* e *blogs*.

O resultado é apresentado em um documento em formato PDF e nomeado por data, podendo ser acessado em <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/clipping/>.



MPF
Ministério Público Federal

6ª Câmara de Coordenação e Revisão
Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

6ª Câmara de Coordenação e Revisão

você está aqui: página inicial → documentos e publicações → clipagem da mídia

Institucional

Apresentação

Composição

Grupos de trabalho

Atuação

Ações coordenadas

Agenda

Atos do colegiado

Encontros

Eventos

Extrajudicial

Judicial

Por temas

Documentos e publicações

Arquivo (biblioteca)

Artigos

Boletim Informativo

Clipagem da mídia

E-Clipping Jurídico

Legislação

Orçamento temático

Relatório de atividades

Clipagem da mídia

→ Ir um nível acima

Diariamente, a área administrativa da 6ª Câmara realiza pesquisa em veículos da mídia tradicional, além de sites e blogs sobre temas relacionados a populações indígenas e comunidades tradicionais. O resultado é oferecido em um documento em formato PDF e nomeado por data. Para acessá-los, clique nos links abaixo. Além disso, o público interno do MPF também pode acessar, na intranet nacional, área "Notícias/MPF na Mídia", clipagem feita por empresa especializada e que abrange todas as temáticas de atuação do órgão.

[13_08_2014.pdf](#)

[12_08_2014.pdf](#)

[08_08_2014.pdf](#)

[07_08_2014.pdf](#)

[06_08_2014.pdf](#)

[05_08_2014.pdf](#)

[04_08_2014.pdf](#)

[01_08_2014.pdf](#)

[31_07_2014.pdf](#)

[30_07_2014.pdf](#)

[29_07_2014.pdf](#)

[28_07_2014.pdf](#)



6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Boletim de Notícias - Edição nº 163 / 2014

Brasília, 15 de setembro de 2014.

Índice

- Universidade indígena da Bolívia usa técnicas militares como castigo
- Guianense morre atropelado em comunidade indígena
- Bêbado, indígena sofre queda em aldeia e morre no Hospital da Vida
- O dilema de Marina: Candidata promete indenizar agricultores cujas áreas forem demarcadas, mas terá que mudar a Constituição Federal
- Roraima: Mais um agricultor assassinado por indígena
- Justiça anula demarcação de Terra Indígena no Paraná
- Brasil está ainda longe de ter presidente indígena, diz candidato Kaká Werá
- Ufes ainda não tem prazo para abertura do curso de Educação Indígena
- Marina ouve reivindicações de indígenas em Brasília
- Projeto prevê política de apoio às comunidades indígenas no MS

7.3 - E-clipping jurídico

Como forma de atingir as metas definidas em seu planejamento temático, a 6ª CCR, por meio de documento elaborado por sua Assessoria Jurídica, passou a divulgar mensalmente uma seleção de atos jurídicos promovidos pelo MPF, Judiciário e Executivo, relativos a populações indígenas e comunidades tradicionais, com o objetivo de subsidiar a atuação dos membros e noticiar aos interessados.

Acesse todo esse material no endereço <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/informativo_juridico/informativo-juridico>.

Institucional

[Apresentação](#)

[Composição](#)

[Grupos de trabalho](#)

Atuação

[Ações coordenadas](#)

[Agenda](#)

[Atos do colegiado](#)

[Encontros](#)

[Eventos](#)

[Extrajudicial](#)

[Judicial](#)

[Por temas](#)

Documentos e publicações

[Acervo \(biblioteca\)](#)

[Artigos](#)

[Boletim informativo](#)

[Clipping da mídia](#)

[E-Clipping Jurídico](#)

[Legislação](#)

[Orçamento temático](#)

[Relatório de atividades](#)

E-clipping jurídico - agosto de 2014

Legislação

LEI Nº 13.018, DE 22 JULHO DE 2014 - institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. [Clique aqui.](#)

Notícias

MS pede cotas raciais em concursos do Judiciário e Legislativo da União - Processos relacionados: [MS 33072](#) . [Clique aqui.](#)

Terra Quilombola do Bacabal/PA é reconhecida pelo INCRA. [Clique aqui.](#)

Para OIT, discussão sobre direitos indígenas só em 2021. [Clique aqui.](#)

Liminar proíbe extração de diamantes na Reserva Indígena Roosevelt e em seu entorno. [Clique aqui.](#)

Corte Interamericana de Derechos Humanos condena a Chile en caso Mapuche vs República de Chile. [Clique aqui.](#) [Decisão.](#)

Corte Constitucional del Ecuador emite sentencia en el caso La Cocha. [Clique aqui.](#)

Em decisão histórica, Tribunal de Justiça reconhece direitos das comunidades tradicionais a permanecerem em seu território e decide pela improcedência de ADI do MPF. [Clique aqui.](#)

CIDH publica informe "Pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial en las Américas". [Clique aqui.](#)

Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça (STJ)

31/07/2014 - DJ Eletrônico - HC 299.073/RQ - Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo MPF e pela Defensoria Pública da União em Rondônia, em favor de SIMEÃO TENHARIN, GILSON TENHARIN, GILVAN TENHARIN, VALDINAR TENHARIN E DOMICENO TENHARIN, com o fim de mantê-los no Presídio de Médio Porte Pandinha ou no Centro de Ressocialização do Vale do Guaporé, em Porto Velho, até o julgamento do habeas Corpus, porque a qualquer momento os indígenas poderiam ser removidos para Manaus. Liminar indeferida. [Clique aqui.](#)

01/08/2014 - DJ Eletrônico - HC 298.546/AM - Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado contra ato de Desembargador integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que indeferiu a medida de urgência pleiteada em favor de SIMEÃO TENHARIN, GILSON TENHARIN, GILVAN TENHARIN, VALDINAR TENHARIN E DOMICENO TENHARIN. Liminar indeferida. [Clique aqui.](#)

Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)

11/07/2014 - JF/AM - ACP nº 6774-30.2013.4.01.3200 - com pedido liminar, com o objetivo de condenar a União e a FUNAI para que procedam à conclusão do processo administrativo de demarcação da TI Pondiano, situada no Município de Autazes/Careiro, ocupada tradicionalmente pela etnia Mura." A decisão ratificou a concessão da liminar e julgou procedente o pedido. [Clique aqui.](#)

23/7/2014 - JF/BA - ACP nº 1178-38.2013.4.01.3306, com pedido liminar, com o fim de que a FUNAI e a União, no prazo máximo de 2 (dois) anos, concluam definitivamente o procedimento geral de demarcação da Terra Indígena Tumbalelé. Acolhimento parcial dos pedidos. [Clique aqui.](#)

2/7/2014 - JF/MT- Ação Civil Pública nº 9024-63.2014.4.01.3600 - com pedido de medida liminar,

7.4 - Sítio Eletrônico

Em 2014 o sítio eletrônico da 6ª CCR foi reformulado, inclusive com a migração dos dados para Plone 4, que permitiu gerenciar melhor todo o conteúdo, em observância ao que determina a [Lei de Acesso à Informação \(LAI\) - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Cumpre destacar a inclusão no menu à direita, do *banner* “Pesquisa Processual e de Documentos”, que possibilita aos cidadãos que cadastraram suas demandas na 6ª CCR acompanhar as tramitações.

Acesse: <6ccr.pgr.mpf.mp.br>.

